UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
CENTRO DE CIÊNCIAS AGRÁRIAS
DEPARTAMENTO DE ESTUDOS INTERDISCIPLINARES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM AVALIAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS

DANIELLE ABREU SILVA

AVALIAÇÃO DO PROGRAMA PRÊMIO ESCOLA NOTA DEZ NO CONTEXTO DE COLABORAÇÃO ENTRE ESCOLAS PÚBLICAS MUNICIPAIS DO ESTADO DO CEARÁ

FORTALEZA
2024

DANIELLE ABREU SILVA

AVALIAÇÃO DO PROGRAMA PRÊMIO ESCOLA NOTA DEZ NO CONTEXTO DE COLABORAÇÃO ENTRE ESCOLAS PÚBLICAS MUNICIPAIS DO ESTADO DO CEARÁ

Dissertação apresentada ao Mestrado Profissional em Avaliação de Políticas Públicas da Universidade Federal do Ceará, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre. Área de concentração: Avaliação de políticas públicas

Orientador: Prof. Dr. Júlio Alfredo Racchumi Romero.

FORTALEZA

2024

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
Universidade Federal do Ceará
Sistema de Bibliotecas
Gerada automaticamente pelo módulo Catalog, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

S579a Silva, Danielle Abreu.
Avaliação do programa prêmio escola nota dez no contexto de colaboração entre escolas públicas municipais do Estado do Ceará. / Danielle Abreu Silva. – 2024.
102 f. : il. color.

Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Ceará, Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação, Mestrado Profissional em Políticas Públicas e Gestão da Educação Superior, Fortaleza, 2024.
Orientação: Prof. Dr. Júlio Alfredo Racchumi Romero .

1. Políticas públicas. 2. Políticas públicas educacionais. 3. Bonificação. 4. Ensino fundamental. 5. Prêmio escola nota dez. I. Título.

CDD 378

DANIELLE ABREU SILVA

AVALIAÇÃO DO PROGRAMA PRÊMIO ESCOLA NOTA DEZ NO CONTEXTO DE COLABORAÇÃO ENTRE ESCOLAS PÚBLICAS MUNICIPAIS DO ESTADO DO CEARÁ

Dissertação apresentada ao Mestrado Profissional em Avaliação de Políticas Públicas da Universidade Federal do Ceará, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre. Área de concentração: Avaliação de políticas públicas.

Aprovada em: 21/02/2024.

BANCA EXAMINADORA

_____

Prof. Dr. Júlio Alfredo Racchumi Romero (Orientador)
Universidade Federal do Ceará (UFC)

_____

Profa. Dra. Ana Paula de Medeiros Ribeiro
Universidade Federal do Ceará (UFC)

_____

Profa. Dra. Débora Lúcia Lima Leite Mendes
Universidade Federal do Ceará (UFC)

AGRADECIMENTOS

Ao longo da jornada percorrida - desde o início da elaboração, investigação até a conclusão desta pesquisa -, vivenciei diversas inquietações, receios, momentos de ansiedade, e enfrentei inúmeras idas e vindas, acompanhadas por inúmeros desafios. Todavia, ao lado das adversidades, também se ergueram muitas vitórias e encontros significativos, pelos quais sou profundamente grata.

Expresso minha gratidão primeiramente a Deus, que me guiou, fortaleceu e sustentou ao longo de cada jornada e em todas as circunstâncias desafiadoras, constantemente iluminando o caminho a seguir.

Ao meu esposo, pelo apoio inabalável em cada desafio. Seu apoio foi a âncora que me sustentou nos momentos mais difíceis, sua presença trouxe conforto e força, e seu encorajamento foi a motivação que impulsionou meu progresso. Em cada desafio enfrentado, encontrei conforto e encorajamento nas palavras amorosas, gestos generosos e na presença constante. Sou verdadeiramente abençoada por ter um esposo tão dedicado e solidário ao meu lado, e é com profunda gratidão que reconheço o impacto positivo que ele teve ao longo da construção da minha pesquisa.

Aos meus pais, irmãos (as), sobrinhos e amigos pelo apoio que têm proporcionado ao longo dos anos, em cada etapa da minha jornada, desde os momentos desafiadores até as celebrações de conquistas. Suas palavras encorajadoras, gestos generosos e amor incondicional foram fontes constantes de inspiração. Agradeço por serem meu alicerce, por compartilharem alegrias e superarem desafios ao meu lado. Cada membro da minha família desempenha um papel único e significativo na minha vida, e é com profunda gratidão que reconheço o valor inestimável do apoio que recebo deles.

Ao professor Doutor Júlio Alfredo Racchumi Romero expresso minha profunda gratidão por ter aceitado o desafio de me orientar nesta jornada acadêmica. Sua dedicação, paixão pela pesquisa e ensinamentos foram pilares essenciais na construção dos alicerces teórico-metodológicos que deram suporte a este estudo. Agradeço especialmente pela confiança depositada em meu trabalho e pela credibilidade que sempre me concedeu. Sua orientação sábia e inspiradora foi um farol que guiou meus passos, e é com imensa gratidão que reconheço a influência fundamental que teve no desenvolvimento desta pesquisa.

À ilustre banca de qualificação da minha dissertação, composta pelo professor Doutor Júlio Alfredo Racchumi Romero (Orientador) e as professoras Doutoras: Ana Paula de Medeiros Ribeiro e Débora Lucia Lima Leite Mendes expresso minha profunda gratidão.

Agradeço sinceramente pelas valiosas recomendações e orientações fornecidas durante a qualificação, as quais desempenharam um papel crucial na redefinição e aprimoramento do meu trabalho de pesquisa. Estou imensamente grata pela honra de tê-los como membros da banca de defesa desta dissertação, confiante de que suas contribuições continuarão a enriquecer e fortalecer o desenvolvimento deste estudo.

Por fim, a todos que direta ou indiretamente contribuíram para meu sucesso acadêmico, o meu muito obrigada.

RESUMO

O Prêmio Escola Nota Dez (PENdez) é uma política educacional que bonifica até 150 (cento e cinquenta) escolas públicas com os melhores resultados e apoia pedagógica e financeiramente as escolas com os mais baixos resultados apresentados nas avaliações do SPAECE. Deste modo, pode ser considerada como política indutora da melhoria da qualidade do ensino ofertado pelas escolas participantes cujos resultados nas avaliações foram os menores e insatisfatórios. A presente pesquisa, de abordagem qualitativa, objetivou avaliar os resultados obtidos do PENdez no regime de colaboração – administrativo, pedagógico e financeiro – considerando uma escola apoiada no 5º ano do Ensino Fundamental, localizada no município de Maracanaú, no período de 2017 a 2019. A pesquisa teve como procedimento metodológico as análises bibliográficas de artigos e teses, análises de documentos, como as Leis, decretos e relatórios de dados elaborados pela SEDUC/CE e entrevistas, na perspectiva de uma avaliação em profundidade. Para coleta de dados, realizamos entrevistas abertas com a gestora da escola, professores e uma técnica da Secretaria de Educação do Município (SME). Os dados coletados apontam que os processos pedagógicos da escola são reorientados pelo teste padronizado do Sistema Permanente de Avaliação da Educação Básica do Ceará (SPAECE), direcionando o que, como e para que ensinar. Na visão da diretora e dos professores, foi comum considerar o Prêmio Escola Nota Dez como uma iniciativa propositiva que vem gerando uma movimentação no cotidiano das instituições educativas em torno de uma melhoria no desempenho escolar dos estudantes. Além desse movimento, também constatamos que mesmo com a cooperação técnico-pedagógica entre a escola que apresentava baixo rendimento e a escola premiada com bom desempenho, a repercussão foi insuficiente em relação à melhoria dos resultados educacionais da escola em estudo, o contexto social e a realidade na qual a escola apoiada está inserida é um dos fatores apontados pelos entrevistados que contribuem negativamente para o processo de ensino e de aprendizagem, como também a falta de políticas públicas municipais mais direcionadas que podem também afetar este quadro.

Palavras-chave: política públicas; políticas públicas educacionais; bonificação; ensino fundamental; prêmio escola nota dez.

ABSTRACT

The "Prêmio Escola Nota Dez" (PENdez) is an educational policy that rewards up to 150 (one hundred and fifty) public schools with the best results and provides pedagogical and financial support to schools with the lowest results presented in the SPAECE assessments. Thus, it can be considered as an inducing policy for the improvement of the quality of education offered by participating schools whose results in the assessments were the lowest and unsatisfactory. This qualitative research aimed to evaluate the results obtained from PENdez under the collaboration regime - administrative, pedagogical, and financial - considering a school supported in the 5th year of Elementary Education, located in the municipality of Maracanaú, from 2017 to 2019. The research methodology included bibliographic analyses of articles and theses, document analyses, such as laws, decrees, and data reports elaborated by SEDUC/CE, and interviews, from the perspective of an in-depth evaluation. For data collection, open interviews were conducted with the school principal, teachers, and a technician from the Municipality's Education Department (SME). The collected data indicate that the pedagogical processes of the school are reoriented by the standardized test of the Permanent System of Assessment of Basic Education of Ceará (SPAECE), guiding what, how, and why to teach. In the view of the principal and teachers, it was common to consider the "Prêmio Escola Nota Dez" as a proactive initiative that has been generating movement in the daily life of educational institutions around an improvement in students' academic performance. In addition to this movement, we also found that even with the technical-pedagogical cooperation between the school with low performance and the school awarded with good performance, the impact was insufficient regarding the improvement of the educational results of the school under study; the social context and the reality in which the supported school is inserted are among the factors pointed out by the interviewees that negatively contribute to the teaching and learning process, as well as the lack of more targeted municipal public policies that can also affect this situation.

Keywords: public policies; educational public policies; bonus; elementary education; "prêmio escola nota dez".

LISTA DE ABREVIATURAS

CIPP	Contexto, insumo, processo e produto
COPEM	Coordenadoria de Cooperação com os Municípios
CREDE	Coordenadoria Regional de Desenvolvimento da Educação
EA	Escolas Apoiadas
EJA	Educação para Jovens e Adultos
EP	Escolas Premiadas
FECOP	Fundo Estadual de Combate a Pobreza
FUNDEB	Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos profissionais da Educação
FUNDEF	Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e Valorização do Magistério
ICMS	Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços
IDE	Índices de Desempenho Escolar
IDEB	Índice de Desenvolvimento da Educação Básica
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
IQE	Índice de Qualidade da Educação
IQM	Índice de Qualidade do Meio Ambiente
IQS	Índice de Qualidade da Saúde
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação
MAISPAIC	Programa de Aprendizagem na Idade Certa
MEC	Ministério da Educação
NRCOM	Núcleo Regional de Cooperação com os Municípios
PAIC	Programa de Alfabetização na Idade Certa
PDDE	Programa Dinheiro Direto na Escola
PENDez	Prêmio Escola Nota Dez
PIB	Produto Interno Bruto
PISA	Programa Internacional de Avaliação de Estudantes
PROUNI	Programa Universidade para todos
SAEB	Sistema de Avaliação da Educação Básica
SEDUC	Secretaria de Educação

SME	Secretarias Municipais de Educação
SPAECE	Sistema Permanente de Avaliação da Educação Básica no Estado do Ceará
TSEM	Técnico da Secretaria de Educação de Maracanaú
UFC	Universidade Federal do Ceará
Unicef	Fundo das Nações Unidas para a Infância

SUMÁRIO

1	**INTRODUÇÃO**	13
2	**PERSPECTIVA AVALIATIVA E PERCURSO METODOLÓGICO DA PESQUISA**	15
2.1	**Perspectiva avaliativa: avaliação em profundidade**	15
2.2	**Percurso metodológico**	17
3	**POLÍTICAS PÚBLICAS EDUCACIONAIS DE BONIFICAÇÃO E COOPERAÇÃO: O PENDez E O REGIME DE COOPERAÇÃO NO ESTADO DO CEARÁ**	23
3.1	**Políticas Públicas**	23
3.2	**Políticas Públicas Educacionais no Brasil e no Ceará**	26
3.3	**O Programa de Aprendizagem na Idade Certa (MAISPAIC): trajetória de uma política pública educacional**	31
3.4	**Política de Avaliação em Larga Escala: análise conceituais das gerações da avaliação**	34
3.5	**Política de Avaliação em Larga Escala no contexto escolar contemporâneo**	43
3.6	**Políticas de Bonificação Educacional no Ceará: breve relato de sua origem e trajetória**	45
3.7	**O PENDez como política de bonificação e indução a cooperação: análise do conteúdo e trajetória institucional**	48
4	**PROCESSO DE ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS DADOS DA PESQUISA**	56
4.1	**Cenário Educacional em Maracanaú**	57
4.1.1	***Caracterização da escola apoiada de Maracanaú***	61
4.2	**Apresentação e discussão dos resultados**	63
4.2.1	***Perfil do gestor e docentes da escola apoiada de Maracanaú e do Técnico da Secretária de Educação***	64
4.3	**Análises das entrevistas**	65
4.3.1	***A visão da diretora (D1)***	65
4.3.1.1	*CATEGORIA 1- As atribuições do gestor e a concepção de escola de qualidade*	65

4.3.1.2 CATEGORIA 2- Práticas pedagógicas: planejamento, matriz curricular, avaliação e projetos escolares 66
4.3.1.3 CATEGORIA 3- O Prêmio Escola Nota Dez: efeitos na gestão escola... 67
4.3.2 A visão docente 71
4.3.2.1 CATEGORIA 1- As atribuições docentes e a concepção de escola de qualidade 71
4.3.2.2 CATEGORIA 2- Práticas pedagógicas: planejamento, matriz curricular, avaliação e projetos escolares 73
4.3.2.3 CATEGORIA 3- O Prêmio Escola Nota Dez: efeitos no trabalho docente ... 75
4.3.3 A visão do técnico da Secretaria de Educação de Maracanaú (TSEM) 81
4.3.3.1 CATEGORIA 1- As atribuições do técnico da secretária e a concepção de escola de qualidade 81
4.3.3.2 CATEGORIA 2- Práticas de orientação pedagógicas e de acompanhamento das avaliações externas 82
4.3.3.3 CATEGORIA 3- Impactos do Prêmio Escola Nota Dez no Município 83
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS 85
REFERÊNCIAS 91
APÊNDICE A – ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA PARA O GESTOR DA ESCOLA APOIADA DE MARACANAÚ 97
APÊNDICE B – ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA PARA OS PROFESSORES DA ESCOLA APOIADA 99
APÊNDICE C – ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA PARA O TÉCNICO DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DE MARACANAÚ... 101

1 INTRODUÇÃO

O estado do Ceará celebrou, em 2017, uma década do Programa de Alfabetização na Idade Certa (PAIC), uma iniciativa de política pública educacional implementada em 2007. Este programa foi concebido com a proposta de estabelecer uma parceria colaborativa entre o estado e os 184 municípios cearenses, visando a promoção de uma educação integral e de qualidade para os estudantes do ensino fundamental. Ao longo dos anos, o PAIC passou por ajustes e adaptações em suas estratégias, refletindo o compromisso contínuo com a melhoria do sistema educacional e o desenvolvimento integral das crianças. Uma dessas mudanças é o Prêmio Escola Nota Dez, cenário desse trabalho, que foi lançado, em 2009, como uma das ações do Programa de Alfabetização na Idade certa (PAIC), o Prêmio foi criado através da Lei Nº 14.371, de 19 de junho de 2009 (CEARÁ, 2009) e disciplinado na Lei Nº 14.580, de 21 de dezembro de 2009 (CEARÁ, 2012), com regulamentação no Decreto Nº 29.896, de 16 de setembro de 2009 (CEARÁ, 2012). O Prêmio atua como um instrumento motivador para que as instituições de ensino aprimorem seus desempenhos, ao mesmo tempo em que se configura como um suporte para aquelas com resultados menos satisfatórios nas avaliações do Sistema Permanente de Avaliação da Educação Básica do Ceará (SPAECE). Destinado a premiar até 150 escolas públicas com os melhores resultados nos 2º, 5º e 9º anos do Ensino Fundamental, o prêmio também desempenha um papel crucial ao proporcionar apoio financeiro às 150 escolas que apresentam indicadores educacionais mais baixos no 5º e 9º ano (CEARÁ,2012). Essa abordagem visa não apenas reconhecer o mérito, mas também promover uma abordagem inclusiva e de incentivo à melhoria constante no cenário educacional.

A escolha do objeto de estudo, o Prêmio Escola Nota Dez no contexto de colaboração administrativa, pedagógica e financeira entre escolas públicas municipais, não ocorreu de modo aleatório, mas partiu da vivência da pesquisadora como ex-gerente do Programa de Aprendizagem na Idade Certa (MAISPAIC) no município de Maracanaú, professora da rede Estadual e mestranda do Programa de Pós-graduação em Avaliação de Políticas Públicas da Universidade Federal do Ceará (UFC) ao observarmos o desenvolvimento das ações de cooperação pedagógica entre as escolas premiadas e apoiadas com o intuito de melhorar a aprendizagem dos estudantes.

Maracanaú, cidade onde realizamos nossa pesquisa, é um município brasileiro do Estado do Ceará localizado na região metropolitana de Fortaleza, distante 24km da capital. É um dos maiores centros industriais do estado, possui o segundo maior produto interno bruto do estado, atrás apenas de Fortaleza. (CARVALHO,2009).

A pesquisa também apresenta uma relevância social significativa ao trazer à tona a realidade experimentada pelos municípios, proporcionando uma base para a expansão e aprimoramento das discussões sobre política educacional de forma abrangente. Além disso, contribui para aperfeiçoar o funcionamento do regime de colaboração proposto pelo Prêmio, promovendo reflexões importantes sobre sua eficácia. Em um âmbito pessoal e profissional, a pesquisa é valiosa ao permitir que nos aprofundemos no Programa e compreendamos melhor a realidade local, nos permitindo um olhar aprofundado dessa política principalmente o seu contexto político e sua trajetória institucional, oferecendo uma contribuição significativa para o refinamento de nossa prática pedagógica e impulsionando o processo de autoformação. O conhecimento gerado a partir dessa investigação não apenas enriquece nossa compreensão do cenário educacional, mas também fortalece nossa capacidade de impactar positivamente o sistema educativo por meio de intervenções eficazes.

À medida que nos aprofundávamos na literatura sobre o tema, tornava-se evidente a complexidade dele, exigindo uma clareza cuidadosa em relação ao foco da pesquisa, especialmente devido ao envolvimento direto com o objeto em questão. Era crucial libertar-nos do que vivenciamos como gerente do PAIC para exercitar uma visão mais aguçada, envolvendo ações reflexivas do pensamento, como classificar, selecionar, ordenar, comparar e resumir, conforme preconizado por Freire (1996). Esse exercício de observação foi não apenas necessário, mas fundamental para o êxito da pesquisa, permitindo uma abordagem mais profunda e interpretativa dos significados dos resultados encontrados.

Na proporção que a pesquisa avançava e a pesquisadora acumulava experiência, desenvolvendo-se e tomando contornos mais definidos, surgiu a pergunta que impulsionou esta pesquisa, qual seja: quais os efeitos educacionais do Prêmio Escola Nota Dez no contexto de colaboração administrativa, pedagógica e financeira no período de 2017 a 2019 em uma escola do município de Maracanaú?

Essa indagação demandava uma extensa jornada e indicava a necessidade de estabelecer elementos cruciais para proporcionar a compreensão indispensável sobre o Prêmio Escola Nota Dez; assim, optou-se, com base na proposta de avaliação em profundidade de políticas públicas sociais delineada por Rodrigues (2008), pela análise de conteúdo da política, pela investigação do contexto em que o PENDez foi implementado no Estado e pela análise da trajetória institucional que ele percorre, a partir de pesquisas bibliográficas, documentais e de campo. Em outras palavras, essa abordagem avaliativa se aprofunda nas esferas do Estado, do Município de Maracanaú e do ambiente escolar.

Além da questão inicialmente apresentada e diante da percepção da necessidade de iniciar a compreensão do PENDez em uma escola municipal a partir de um contexto mais abrangente, uma vez que é impossível discutir uma política pública de forma dissociada da realidade que a originou outras indagações fundamentais emergiram para respondê-la. Entre essas indagações, destaca-se, por exemplo: em razão da política de indução adotada pelo Prêmio Escola Nota Dez, houve sinais de mudanças no trabalho docente da escola apoiada? A realidade da escola apoiada condizia com a realidade da escola premiada que estava dando apoio? Houve avanço significativos nos resultados das avaliações externas da escola apoiada?

Para chegarmos à resposta das questões e da pergunta de partida, definimos o seguinte objetivo geral: avaliar os resultados obtidos do Prêmio Escola Nota Dez no regime de colaboração administrativa, pedagógica e financeira considerando uma escola apoiada no 5º ano do Ensino Fundamental localizada no município de Maracanaú no período de 2017 a 2019. Os objetivos específicos: i) descrever o prêmio escola nota dez e os contextos de implementação no Estado do Ceará ii) identificar as ações pedagógicas propostas pelo prêmio escola nota dez que influenciam no desempenho dos educandos na escola apoiada de Maracanaú; iii) analisar como os recursos provenientes do Prêmio Escola Nota Dez são administrados pela escola; iv) verificar se a política de responsabilização adotada pelo prêmio vem provocando mudanças no trabalho docente da escola apoiada de Maracanaú.

Esta pesquisa foi pautada numa abordagem qualitativa, tendo o estudo de caso como ferramenta metodológica, utilizando-se técnicas de pesquisa documental, bibliográfica e de campo, com realização de entrevistas semiestruturadas submetidas a análise de conteúdo.

Para fundamentar nosso trabalho trouxemos uma discussão teórica acerca das temáticas que se articulam sobre a proposta do Prêmio Escola Nota Dez como uma política pública de bonificação e colaboração. Para isso usamos as pesquisas de Pereira (2009), Coutinho (1995), Línera (2010), Peters (1986), Secchi (2012), entre outros, que trazem uma discussão acerca dos principais conceitos de políticas públicas e políticas públicas educacionais bem como as pesquisas de Coelho (2013), Sumiya (2015), Brooke e Cunha (2011), entre outros, que trazem discussões sobre política de bonificação e a política do Prêmio Escola Nota Dez.

Então, na tentativa de aproximarmos mais das reflexões sobre o regime de colaboração da política pública do PENdez, prosseguimos na escrita desta dissertação organizada em 5 capítulos incluindo essa introdução. Inicialmente, foi apresentada uma breve contextualização da temática, a problematização do lugar de fala da pesquisadora, as indagações de partida, o objeto e os objetivos, geral e específicos, desta dissertação.

No segundo capítulo, foram apresentados o percurso metodológico da nossa pesquisa, bem como a perspectiva avaliativa em que avaliamos o PENDez em três eixos da avaliação em profundidade: Contexto, conteúdo e trajetória, e os procedimentos metodológicos que foram utilizados. No terceiro capítulo trouxemos o referencial teórico fundamentado nas categorias de análise que alicerçam essa pesquisa avaliativa: políticas públicas, políticas públicas educacionais, política de bonificação educacional no Ceará e o Prêmio Escola Nota Dez como política de bonificação. No quarto capítulo é o momento em que trazemos o processo de análise e interpretação dos dados, a apresentação e discussão dos resultados encontrados com nossa pesquisa. E por fim, no quinto capítulo, trouxemos as nossas conclusões do resultado da pesquisa, onde apresentamos a nossa visão de tudo que foi coletado.

2 PERSPECTIVA AVALIATIVA E PERCURSO METODOLOGICO DA PESQUISA

O itinerário metodológico descrito nessa seção traz a perspectiva avaliativa adotada e a narrativa metodológica aplicada nesse estudo, com a finalidade de atender as questões e aos objetivos desta pesquisa, em que se descrevem aspectos e procedimentos metodológicos adotados nesse percurso investigativo, tais como a delimitação do estudo avaliativo e a forma de coleta e análise dos dados.

2.1 Perspectiva avaliativa: avaliação em profundidade

A avaliação da política pública é um campo complexo e necessário para alguns autores. Seu campo de estudo e práticas têm sido orientados historicamente por modelos tecnicistas que buscam resultados de avaliações direcionados para a verificação da eficiência, eficácia e efetividade das políticas. Historicamente, o fortalecimento da avaliação como etapa fundamental para as políticas públicas brasileiras vem desde a década de 1990 com a influência das diretrizes de organismos internacionais como é o caso do Banco Interamericano de Desenvolvimento e o Banco Internacional para Reconstrução e o Desenvolvimento. (RODRIGUES, 2008; GUSSI, 2019; OLIVEIRA, 2019).

A avaliação de políticas públicas nasceu da dominância da política de responsabilização presa ao interesse técnico da mensuração. (OLIVEIRA, 2019). Mesmo que o paradigma de uma avaliação tecnicista ainda tenha muita força no campo da avaliação em políticas públicas, outras perspectivas vêm surgindo nos últimos tempos, como é o caso da avaliação em profundidade.

A avaliação em profundidade, segundo Rodrigues (2008), é uma avaliação que mesmo extensa ela também é detalhada, densa e ampla, fazendo com que sua abordagem seja interdisciplinar.

> Ainda que falar em avaliação em profundidade possa expressar, num sentido metafórico, a imersão em uma particularidade do campo de investigação, saliento que o sentido aqui referido é o de abarcar a um só tempo as dimensões dadas tanto no sentido longitudinal-extensão do comprimento- como latitudinal- extensão na largura, amplidão. (RODRIGUES, 2008, p.10).

Cruz (2019) defende que essa perspectiva avaliativa é parte da epistemologia hermenêutica e a compreensão da política se dá através de seus sujeitos, desempenhando uma avaliação detalhada, densa e ampla da política.

A avaliação em profundidade toma quatro eixos de análises que são: i) conteúdo da política e/ou do programa: refere-se ao estudo sobre a formulação (objetivos, critérios, dinâmica de implantação, acompanhamento), as bases conceituais (paradigmas orientadores, conceitos e noções centrais, concepções e valores que informam o programa e a política); ii) trajetória institucional: alude a apreensão do grau de coerência ou dispersão dos objetivos do programa conforme o trânsito do mesmo pelas vias institucionais, ao longo do tempo; iii) espectro temporal e territorial abarcado pela política ou programa: trata do percurso da política de forma a confrontar suas propostas e objetivos gerais com especificidades locais e sua historicidade atribuindo-se aí, a importância da dimensão cultural; iv) análise de contexto de formulação da política: análise do momento político e das condições socioeconômicas em que foram formulados. (RODRIGUES, 2008)

Em coerência com o que traz a referida autora avaliamos o objeto da pesquisa, inserindo-o nos quatro eixos propostos. Optamos pela avaliação em profundidade por entender que esta possibilita a apreensão dos diferentes olhares para a política PENdez no que cerne aos sujeitos envolvidos.

Não competiu ao pesquisador, apenas definir cada eixo avaliativo e sim viabilizar os quatro eixos no processo avaliativo do objeto da investigação. Assim, precisamos ir a fundo em nossa pesquisa já que avaliávamos algo que faz parte da nossa vivência profissional. Precisamos estarmos atentos ao que diz Carvalho e Gussi (2011, p. 07):

> esta perspectiva sociopolítica de avaliação em profundidade de políticas públicas[...] como construção é um processo em aberto. E, neste sentido, é decisivo ter clareza que a avaliação de políticas públicas nunca é um exercício desinteressado e formal. É um processo de aproximações sucessivas que assume uma dimensão política. O avaliador pensa e avalia de um lugar sociopolítico, a exigir uma vigilância permanente para não cair nas armadilhas da subjetividade, dos próprios interesses, da vinculação institucional que podem implicar em vieses avaliativos.

Desta forma, fizemos uma análise a partir dos eixos propostos pela avaliação em profundidade:

a) análise de conteúdo: O objetivo deste eixo de análise é obter dados que possibilitem compreender os aspectos da formulação, da dinâmica de implementação, do acompanhamento e da avalição da política partindo das suas principais bases conceituais, objetivos, critérios, paradigmas orientadores e noções centrais que sustentam a política. Assim, coletamos e analisamos, por meio da pesquisa e análise documentais, os conteúdos dos dispositivos normativos, como Leis e Decretos, pertinentes a Política do Prêmio Escola Nota Dez;

b) análise do Contexto: Rodrigues (2008) diz que a análise de contexto deve buscar dados primários e secundários para analisar as condições sociais, econômicas e políticas, compreendendo o momento em que foi formulada a política PENDez em uma escola apoiada de Maracanaú;
c) análise de trajetória institucional: "Esta dimensão analítica pretende dar a perceber o grau de coerência /dispersão do programa ao longo do seu trânsito pelas vias institucionais." (RODRIGUES, 2008, p. 12). Assim, para traçar a trajetória institucional da política de bonificação do prêmio escola nota dez, uma política da esfera estadual e implementada na esfera municipal, realizamos pesquisas bibliográficas, documentais e de campo. Este eixo de análise apoiou-se em matérias veiculadas nos sítios eletrônicos do Governo do Estado do Ceará e da SEDUC;

Em relação ao espectro temporal, nosso estudo focou nos anos de 2017 a 2019, em que buscamos dados que foram úteis e conveniente ao desenvolvimento do nosso trabalho.

Sobre o tocante ao espectro territorial, nosso estudo englobou as escolas bonificadas pelo PENDez do Estado do Ceará, porém focamos na escola Manoel Rodrigues Pinheiro de Melo, situada na Avenida Central, número 2000, no bairro Conjunto Acaracuzinho no município de Maracanaú, como escola apoiada.

Ao avaliar uma política pública é possível proporcionar uma tomada de decisões a fim de melhorar o atendimento da política para todos os envolvidos, por isso a importância do diálogo entre a teoria e a realidade analisada para se obter os resultados esperados. Por esse motivo, adotamos a avaliação em profundidade do PENDez em uma escola apoiada do município de Maracanaú, com vistas a identificar os principais desafios para implementar a política, apontar novas metodologias que contribuam para a superação de possíveis fragilidades da política.

2.2. Percurso metodológico

Neste tópico, apresentamos as características da pesquisa e de forma detalhada, a metodologia utilizada na condução dessa pesquisa que foram pensados com o propósito de determinar os caminhos mais apropriados para atingir o objetivo geral proposto no trabalho.

Através da ótica que fundamenta este estudo e pela própria essência de seus propósitos e métodos técnicos, podemos caracterizar esta pesquisa como de natureza exploratória. Este delineamento se justifica ao considerarmos a revisão bibliográfica que orienta

a classificação da pesquisa científica, evidenciando a busca por compreensão e descoberta em relação ao fenômeno estudado. Os objetivos e procedimentos adotados estão alinhados com a investigação de aspectos ainda pouco explorados, destacando a intenção de ampliar o conhecimento existente sobre a temática abordada.

Segundo Gonsalves (2007), a característica principal da pesquisa exploratória é de desenvolver e esclarecer ideias com o propósito de proporcionar uma visão panorâmica ou uma primeira abordagem a um fenômeno específico. Essa abordagem é essencialmente inicial e busca entender de maneira ampla o objeto de estudo, não se aprofundando em aspectos mais detalhados. A pesquisa exploratória é também referida como "pesquisa de base" devido ao seu papel fundamental em fornecer dados elementares que servirão de suporte para estudos mais aprofundados sobre o tema em questão. Em resumo, a pesquisa exploratória funciona como um ponto de partida, estabelecendo as bases necessárias para investigações mais aprofundadas e específicas no futuro.

Essa abordagem permite o estabelecimento de um contato próximo com indivíduos que possuem experiências práticas relacionadas ao problema investigado, o que se alinha aos objetivos desta pesquisa. Dessa forma, a pesquisa exploratória surge como uma ferramenta valiosa para aprofundar a compreensão do fenômeno em questão, ao possibilitar uma imersão qualitativa e a coleta de perspectivas enriquecedoras.

Assim, para abordar essa estrutura investigativa, escolheu-se adotar uma metodologia de pesquisa qualitativa por nos possibilitar acessar o ambiente natural da pesquisa como fonte direta de dados. A pesquisa qualitativa segundo Moreira (2002) consiste na escolha adequada de métodos e teorias convenientes, no reconhecimento e na análise de diferentes perspectivas, nas reflexões dos pesquisadores a respeito de suas pesquisas como parte do processo de produção de conhecimento e na variedade de abordagens e métodos.

Minayo (1992) considera que a pesquisa qualitativa visa responder a questões muito peculiares, ela se preocupa, nas ciências sociais, com um nível de realidade que não pode ser quantificado, ou seja, a pesquisa qualitativa trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos a operacionalização de variáveis. Isso se alinha com a proposta da avaliação em profundidade aqui delineada, que busca explorar as situações vivenciadas pelos sujeitos, os atores que experienciam diretamente a política pública em questão. O enfoque na qualidade e na riqueza das informações qualitativas permite uma compreensão mais profunda e contextualizada do fenômeno em estudo, conforme preconizado pela perspectiva qualitativa adotada.

Assim, essa abordagem alinha-se com o propósito da avaliação em profundidade aqui proposta, cujo objetivo é explorar minuciosamente as situações vivenciadas pelos sujeitos, os protagonistas que estão imersos na política pública a ser avaliada. Nesse contexto, a escolha pela pesquisa qualitativa reflete a busca pela compreensão aprofundada e contextualizada, valorizando a riqueza das experiências individuais que experienciam a política em estudo.

Propomos o recurso da categorização como ferramenta metodológica nas pesquisas de caráter qualitativo. Nessa perspectiva as categorias analíticas definidas para essa avaliação são: Regime de colaboração, PENDez e Política de Indução a cooperação técnico-pedagógica.

Dessa forma, para alcançarmos os objetivos delineados previamente, elencamos os seguintes instrumentos e técnica de coleta de dados: observação direta e entrevistas semiestruturadas, ou seja, fomos ao local onde o evento ocorreu sem interferir ou alterar o ambiente, tendo assim a validade dos dados investigados.

A nossa pesquisa teve como procedimento metodológico análises bibliográficas de artigos e teses publicadas sobre o PENDez e análises de documentos, como as Leis, Decretos, relatórios de dados elaborados pela SEDUC/CE e entrevistas semiestruturadas.

Segundo Sá Silva; Almeida e Guindani (2009) a pesquisa bibliográfica e a documental, ambas têm o documento como instrumento de investigação, de acordo com os autores:

> [...] o elemento diferenciador está na natureza das fontes: a pesquisa bibliográfica remete para as contribuições de diferentes autores sobre o tema, atentando para as fontes secundarias, enquanto a pesquisa documental recorre a materiais que ainda não receberam tratamento analítico, ou seja, as fontes primárias. (SÁ SILVA; ALMEIDA; GUINDANI, 2009, p. 6.).

Oliveira (2007) ressalta que a diferença entre pesquisa bibliográfica e documental é que a primeira possibilita aos pesquisadores o contato mais próximo com as obras, artigos ou documentos que falem sobre o tema em estudo, já a segunda, pesquisa documental, é caracterizada como:

> [...] busca pelas informações em documentos que não receberam nenhum tratamento científico, como relatórios, reportagens de jornais, revistas, cartas, gravações, fotografias, leis, decretos, matérias de divulgação. (OLIVEIRA, 2007, p. 69).

Assim, com o uso da pesquisa bibliográfica realizamos busca, em bancos de dados periódicos, sobre o regime de colaboração e o prêmio escola nota no município de Maracanaú bem como, analisamos documentos que regem o PAIC e o PENDez e seus suportes legais, Leis, Decretos, Relatórios Oficiais e Protocolos que nos proporcionou uma maior apropriação da

lógica e funcionamento do Programa em uma trajetória institucional, assim como fundamentação para análise de dados empíricos obtidos pela investigação.

Na nossa pesquisa buscamos seguir a categoria do estudo de caso, conforme prescreve Martinez Kein (1999), com o propósito de buscar soluções para possíveis problemas encontrados. Avaliar o PENdez em uma escola municipal apoiada do Município de Maracanaú é o fenômeno a ser investigado a partir de um contexto real específico, o que a caracteriza como unidade de análise.

O próximo passo foi definir o *lócus* da pesquisa, ou seja, a escola a ser pesquisada, tendo em vista o significativo número de escolas que compõem a rede municipal de Maracanaú, torna-se importante determinar os critérios que foram criados para escolha da escola-campo onde se deu o estudo de caso. Iniciamos, junto a Secretária de Educação do Município de Maracanaú- CE, um levantamento de dados das escolas apoiadas para a seleção da escola a ser pesquisada, seguindo os seguintes critérios: i) escolas que foram contempladas com a bonificação do PENDez no período de 2017 a 2019; ii) resultados das escolas que foram contempladas com o prêmio na avaliação do SPAECE no período de 2017 a 2019; iii) Escolas que apresentam maior incidência de premiação e consequentemente de parceria de cooperação técnico- pedagógica; iv) Escolas que apresentam baixa evolução nos indicadores de proficiência em Língua Portuguesa e Matemática no 5º ano do Ensino Fundamental.

A partir do levantamento dos dados das escolas, deliberou-se que o estudo de caso seria conduzido em uma escola que se enquadrasse no perfil de média estabelecido, durante o intervalo de tempo especificado na coleta de dados, ou seja, de 2017 a 2019. Verificou-se, então, que dentre as escolas municipais sete se enquadravam em todos os critérios supracitados. Essa escolha estratégica permitiu uma análise mais aprofundada e representativa das dinâmicas do PENDez em um contexto escolar específico.

Levando em consideração o fato de que uma pesquisa qualitativa, realizada sob uma perspectiva em profundidade que demanda uma maior proximidade do pesquisador, caracterizada pelo seu envolvimento direto, optou-se por conduzir o estudo de caso na escola mais próxima à realidade da pesquisadora, dentre as 7 enquadradas. Essa decisão foi motivada pelas mesmas razões que nortearam a escolha do município como cenário de pesquisa, isto é, considerações de ordem técnica e prática, com ênfase na viabilidade de deslocamento. Essa abordagem permitiu uma imersão mais significativa no contexto escolar, favorecendo uma compreensão mais completa e aprofundada das nuances do PENDez nesse ambiente específico.

Assim, o estudo de caso ocorreu na escola denominada Manoel Rodrigues Pinheiro de Melo, cujo perfil está detalhado mais adiante.

Observamos junto aos professores e gestão o trabalho realizado na escola em um período de 3 semanas em que observamos como ocorreu o regime de cooperação técnico-pedagógica entre a escola e a escola que a apoiou, quais ações de cooperação administrativa, pedagógica e financeira foram desenvolvidas e como essas ações contribuíram para melhorar o desempenho dos estudantes da escola, as dificuldades e formas de enfrentamento vivenciadas durante o período de cooperação estabelecidos entre as duas escolas, premiada e apoiada e os impactos gerados pelo regime de colaboração no trabalho docente da escola apoiada.

A partir da abordagem de avaliação em profundidade que permeia todo o escopo desta pesquisa, e reconhecendo a importância de compreender o fenômeno em análise a partir da perspectiva dos atores diretamente envolvidos na experiência da política, foram definidos os seguintes sujeitos para esta pesquisa:

a) 1 representante da equipe de avaliação da Secretaria de Educação do Município de Maracanaú- CE, por participar de todo o processo de avaliação e monitoramento dos resultados da escola;

b) 1 integrante do núcleo gestor da escola a ser pesquisada; e

c) 2 professores do 5º ano do Ensino Fundamenta da escola escolhida (1 de língua portuguesa e 1 de matemática).

Ancorados em nossa fundamentação teórica e em nossos objetivos propostos realizamos a análise dos dados construídos e coletados ao longo do período em que estivemos no *lócus* da pesquisa.

Com o intuito de esclarecer ao leitor a avaliação e o percurso metodológico da presente pesquisa, elaboramos um quadro que sintetiza a proposta descrita acima:

Quadro 1 – Esquema de avaliação e o percurso metodológico da pesquisa:

OBJETIVO	**CAPÍTULO**	**EIXO**	**TIPOS DE PESQUISA**
Obter dados que possibilitem compreender os aspectos da formulação, da dinâmica de implementação, do acompanhamento e da avalição da política partindo das suas principais bases conceituais, objetivos, critérios, paradigmas orientadores e noções centrais que sustentam a política.	Trajetória de uma Política Pública Educacional	Contexto	Bibliográfica e Documental

Verificar as bases conceituais que sustentam a PENDez e justificam sua legitimidade e se estas são coerentes com os objetivos formulados e a realidade local.	Políticas de bonificação educacional no Ceará: trajetória temporal e análise do conteúdo da política e de suas repercussões	Conteúdo e trajetória temporal	Bibliográfica e Documental
Apreender os sentidos e os significados que a política detém para os diversos atores envolvidos compreendendo como as concepções dos sujeitos envolvidos interferem no modo como a política é implementada	O PENDez como política de bonificação e indução a cooperação	Espectro temporal / territorialidade	Bibliográfica e Documental

Fonte: Elaboração própria (2023).

Neste quadro, é fornecida uma exposição minuciosa da metodologia adotada para a condução da presente pesquisa. Tendo em vista que o nosso objeto de estudo se trata de uma política pública educacional de bonificação, buscamos pesquisas relacionadas ao tema que nos fornecessem diferentes perspectivas sobre o assunto, isso nos permitiu compreender melhor a complexidade e nuances do PENDez como uma política de bonificação, assim, no próximo capítulo, trazemos um estudo sobre a política do PENDez como política pública de bonificação e cooperação segundo alguns autores.

3 POLÍTICAS PÚBLICAS EDUCACIONAIS DE BONIFICAÇÃO E COOPERAÇÃO: O PENDez E O REGIME DE COOPERAÇÃO NO ESTADO DO CEARÁ

Neste capítulo, trouxemos um levantamento das principais produções acadêmicas realizadas e que utilizamos para fundamentar a nossa pesquisa. Esta revisão conversa com as dimensões da avaliação em profundidade que usamos como suporte para esse estudo. Apresentamos a análise de pesquisas sobre políticas públicas educacionais de bonificação e cooperação, o PENDez com ênfase no regime de cooperação no estado do Ceará e suas implicações para a garantia da aprendizagem dos estudantes da rede pública de ensino com o uso de avaliações externas. Partimos dos conceitos iniciais de políticas públicas educacionais, tema do nosso próximo tópico, tendo em vista que nosso foco de pesquisa é uma política educacional.

3.1 Políticas Públicas

Política Pública, de acordo com estudo de Pereira (2009) tem origem grega e seu início estava ligada a toda atividade humana que tinha como referência a esfera social, pública e cidadã. Para Coutinho (1995), a política é alicerçada nos estudos de Aristóteles, Rosseau e Lock. Para Aristóteles, a política está ligada a questões de interesse comum. Já para Rosseau, a política se apresenta de forma ampliada, levando em consideração as questões materiais e pessoais. No entanto, segundo o autor supracitado, é a partir de Locke que se pode observar uma mudança mais sólida no termo política, onde ela passa a incorporar a perspectiva do interesse de preservar e assegurar a expansão dos direitos naturais do indivíduo.

Sobre este viés, quando se pensa em Política, se pensa na própria consolidação do Estado, já que este, ao pensar no coletivo, desenvolve ações com objetivo de levar a sociedade gradualmente a um estágio de ordem e progresso, garantindo o direito de todos.

Línera (2010) compartilha das ideias de Coutinho (1995) ao entender que é importante enxergar que o Estado vai além da Política. O seu entendimento está correlacionado a sua natureza, bem como estruturação ao longo da vida em sociedade, sua lógica está posta a partir da problematização de vários aspectos, sobretudo, sob a perspectiva da correlação de forças políticas.

Essa conjuntura, segundo Línera (2010) expressa a luta de classes da sociedade moderna que demonstra e enfatiza que é possível a ampliação da figura do Estado, a expansão dos direitos políticos, a formulação de políticas públicas e sociais que atendam aos interesses

da sociedade, o que requer a organização política dos sujeitos de direitos, o empoderamento dos espaços políticos, para lutar e garantir na esfera da coisa pública os seus interesses. É dessa forma que se insere o papel da política enquanto mecanismo de formação de luta de classes, de concorrência, de afirmação da coletividade e de ampliação da cidadania, possibilitando o aumento da organização social dos atores envolvidos na multiplicação e afirmação dos direitos sociais.

E para se afirmar os direitos sociais é preciso a construção de políticas públicas que deve ser concebida a partir do princípio de universalidade dos bens públicos, garantindo a ação e soberania popular, afirmando os direitos sociais e satisfazendo os direitos e serviços sociais. (PEREIRA, 2009).

Discorrer sobre políticas públicas foi compreender como os governos traduzem seus propósitos em ações que trazem mudanças na sociedade. Estas ações, depois de formuladas, se transformam em planos, programas, projetos e pesquisas que serão desenvolvidos e aplicados em diversas áreas para a melhoria do corpo social. Peters (1986) afirma que é a soma das atividades dos governos e que influenciam diretamente na sociedade. Secchi (2012, p. 02) define Políticas Públicas como um plano que direcione o enfrentamento de um problema: “uma política pública é uma diretriz elaborada para enfrentar um problema público: uma política é uma orientação à atividade ou a passividade de alguém; as atividades ou passividades decorrentes dessa orientação também fazem parte da política pública.”.

Secchi (2012) afirma que uma política pública possui dois elementos fundamentais para a resolução de um problema compreendido como relevante para o bem coletivo, são eles: intencionalidade pública e resposta a um problema público, quando se tem a intenção, a pretensão em solucionar um problema público, busca-se elaborar uma política que busque solucionar e dar uma resposta a sociedade.

Definir política pública é saber que este termo possui muita generalização, essa definição vai se formando a partir de instrumentos variados. Políticas públicas, para Secchi (2012), toma forma de programas públicos, projetos, leis, campanhas publicitárias, esclarecimentos públicos, inovações tecnológicas e organizacionais, subsídios governamentais, rotinas administrativas, decisões judiciais, coordenação de ações de uma rede de autores, gasto público direto, contratos formais e informais, entre outros. Todo esse conjunto supracitado, são elementos que dão forma ao termo política pública, sejam eles em conjunto ou individuais.

A operacionalização das políticas públicas pode ocorrer em diversas áreas, como por exemplo: saúde; educação; segurança; gestão; meio ambiente; saneamento; habitação; emprego e renda; previdência social; planejamento urbano; justiça e cidadania; economia;

assistência social; relações internacionais; cultura e esporte; ciência, tecnologia e inovação; infraestrutura e transporte etc. Citamos apenas alguns exemplos de áreas de políticas públicas e dentro dessas áreas existem temas específicos que demandam políticas especificas, como afirma Secchi (2012, p. 12):

> [...] o conceito de política pública é transversal a diversas áreas ou setores de intervenção pública. No entanto, essa lista não é exaustiva. As áreas de políticas públicas são muitas, e dentro delas existem temas específicos (issues), que também demandam políticas específicas. Um exemplo disso seria um programa de cadastro bovino para ajudar no combate a febre aftosa, que é a operacionalização de uma política específica dentro de uma política agrícola mais genérica.

Todas as áreas citadas acima tornam o conceito de política pública ainda mais amplo, pois além de atuar em uma área específica, a mesma política pública poderá atuar em várias outras áreas através de ações que atendam as demandas de diferentes grupos sociais.

Pode-se, então, resumir o conceito de política pública como o campo do conhecimento que busca, ao mesmo tempo, 'colocar o governo em ação' e/ou analisar essa ação (variável independente). A formulação de políticas públicas constitui-se no estágio em que os governos democráticos traduzem seus propósitos e plataformas eleitorais em programas e ações que produzirão resultados ou mudanças no mundo real. (SOUZA, 2006).

Segundo Lima (2012), as políticas públicas configuram em um conjunto de decisões e não uma decisão ou ação isolada e que poderá ser uma política pública estatal quando o Estado é o principal atuante ou política privada de interesse público, quando o objetivo principal é enfrentar um problema da sociedade.

Para Mattos (2001), compreender políticas públicas é compreender que o Estado está em ação, ou seja, o estado implantará um projeto de governo, através de programas e ações voltadas para setores específicos da sociedade. Assim, as políticas públicas são de total responsabilidade do Estado no que diz respeito a sua implementação e manutenção relacionada a política implementada.

Ainda segundo o autor, o Estado é um conjunto de instituições permanentes como por exemplo os órgãos legislativos, tribunais, exército, dentre outros, que possibilitam a ação do governo. É o Estado que representa o povo, o território, o governo, os objetivos nacionais e a soberania, é o poder público em sentido amplo, formado por um conjunto de instituições que controlam e administram uma nação, de forma soberana e de modo impessoal, estável e permanente. Entendemos Governo como um conjunto de programas e projetos que partem da sociedade (políticos, técnicos, organismos da sociedade civil e outros), considerando-se aqui, a orientação política de um determinado governo que assume e desempenha as funções do Estado

por um determinado período. Já as políticas sociais são entendidas como ações do governo nas áreas de educação, saúde, meio ambiente, previdência, habitação, saneamento básico etc.

As políticas sociais, ainda segundo o autor supracitado, se referem a ações que determinam o padrão de proteção social, implementado pelo Estado, voltadas para redistribuição dos benefícios sociais com objetivo de diminuir as desigualdades estruturais produzidas pelo desenvolvimento socioeconômico.

Dessa forma, podemos entender educação como uma política pública social, de responsabilidade do Estado. As políticas sociais e a educação se encontram sob formas de interferência do Estado, visando a manutenção das relações sociais de determinada formação social.

A partir das definições supracitadas, é possível perceber que política pública, de maneira geral, é a busca para soluções de problemas que giram em torno de ideias e interesses de um governo. É a forma deste agir, ou como deveria agir, através de ações que corroborem para o bem-estar social. Pode-se citar, como exemplo, as políticas públicas educacionais, objeto de estudo do próximo tópico, que busca garantir o direito à educação escolar de qualidade.

3.2 Políticas Públicas Educacionais no Brasil e no Ceará

Nas últimas décadas, no Brasil o termo "Políticas Públicas" ganhou um rol de notoriedade em todos os campos: educação, saúde, esporte, cultura, etc. No entanto tais políticas nem sempre trazem os resultados esperados, pois somente garantir o acesso a todos estes serviços públicos não significa que estes tenham qualidade e que, quem precisa utilizá-los tenham seus direitos respeitados (SETUBAL, 2012). Na educação as Políticas Públicas se voltam para o enfrentamento dos problemas existentes no cotidiano das escolas, no entanto, somente o direcionamento de ações para educação não constitui uma forma de garantir uma educação de qualidade, posto que existam outros pontos que também devem ser tratados a partir das políticas públicas, como os problemas de fome, drogas e a própria violências que vem se instalando nas escolas em todo o Brasil (GIRON, 2008).

Os resultados de avaliações internacionais, como o Programa Internacional de Avaliação de Estudantes (PISA)x', mostram que o Brasil tem baixa proficiência em Leitura, Matemática e Ciências, se comparado com outros 78 países que participam da avaliação. Segundo Castro e Oliveira (2009), esse atraso na educação do Brasil se dá devido a grandes diferenças socioculturais e socioeconômicas reflexos de séculos de subvalorizarão e desorganização, possivelmente herança dos colonizadores portugueses. Enquanto na Europa

sempre houve uma preocupação com o letramento do povo comum, no Brasil Colonial até a educação dos mais ricos era precária.

Para Saviani (2008), as mudanças na educação só começaram a ser observadas a partir do século XX, quando houve a inclusão do ensino primário obrigatório e gratuito na Constituição Federal de 1934. Segundo o autor, durante o Estado Novo (1937-1934), com a reforma Capanema, o ensino foi organizado em primário, com duração de 4 anos, e médio, com dois ciclos, ginasial e colegial, além de estabelecer 4 anos para cursos de licenciatura e bacharelado.

A evolução da educação pública no Brasil teve como prioridade o ensino superior, deixando uma grande carência na educação básica. Maduro Júnior (2007) destaca que na década de 1950 o valor médio gasto por aluno de nível superior no Brasil era dez vezes o valor do Produto Interno Bruto (PIB) per capita da época e a mais de cem vezes o valor gasto por aluno do ensino primário. Nas décadas seguintes, esse valor cai para menos de 20 vezes, mas continua muito elevado.

No período de 1964 a 1985, houve uma revisão do sistema educacional brasileiro que levou a reestruturação das etapas de ensino, ficando primário e ginásio juntos, formando o 1º grau com duração de 8 anos e a instituição do ensino profissionalizante no 2º grau. (SAVIANI, 2008).

Outro avanço que merece destaque é a Constituição de 1988 (BRASIL, 1988) que em seu texto reconhece que a educação é direito de todos e dever do estado. Para garantir esse direito, fica instituída a vinculação de receitas, ou seja, os estados e municípios devem destinar 25% de sua receita e o governo federal deve destinar 18% para a manutenção e desenvolvimento do ensino.

Para Mendes (2001), no início, essa redistribuição de recursos entre os entes federados se deu sem uma transferência clara de distribuições, fazendo com que parte da educação básica, no caso, o ensino fundamental nem sempre recebesse a devida atenção dos gestores municipais. Além disso, até a aprovação da Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996, Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) (BRASIL, 1996), havia certa imprecisão sobre o que se enquadraria como manutenção e desenvolvimento do ensino, deixando margem para inclusão de outras rubricas no bojo dos gastos educacionais.

O Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e Valorização do Magistério (FUNDEF), estabelecido pela Emenda Constitucional nº 14, de setembro de 1996 (BRASIL, 1996a), também foi um importante avanço institucional. Ele direcionava 60% dos recursos destinados à educação para o financiamento do Ensino Fundamental, sendo

distribuídos proporcionalmente ao número de alunos matriculados. Com essa regra de distribuição, os prefeitos municipalizaram a educação primária em vários estados favorecendo a universalização do ensino. Segundo informações do Censo Escola, até o ano 2000 o número de matrículas no Ensino Fundamental da rede municipal cresceu 45% no ciclo inicial (1ª a 4ª série) e mais 80% no ciclo final (5ª a 8ª série).

O FUNDEF, em 2006, a partir de uma Emenda Constitucional nº 53, se expande e passa a se chamar Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos profissionais da Educação (FUNDEB), que amplia simultaneamente as fontes da receita e o percentual de vinculação dos recursos, além de incluir a pré-escola, o ensino médio e a educação de jovens e adultos. Para Militão (2012), a mudança trouxe avanços na gestão dos recursos como por exemplo, a definição colegiada dos padrões mínimos de gastos.

No mesmo período que foi criado o FUNDEB também foi sancionada a lei nº 11.114, de 16 de maio de 2005 (BRASIL, 2005) estabelecendo que o ensino fundamental passaria a ter 9 anos de duração com matrícula obrigatória a partir dos seis anos de idade. Assim, a educação básica passa a ter cinco anos para os anos iniciais (1º ao 5º ano), quatro anos para os anos finais (6º ao 9º ano) e três anos para o ensino médio.

Com isso, podemos observar que o Brasil, nas últimas décadas, vem avançando com relação à educação, mesmo sabendo que ainda há muito a melhorar. Essa afirmação de que o Brasil tem avançado na área da educação nas últimas décadas é sustentada por dados positivos em alguns indicadores sociais, por exemplo, houve um aumento significativo no acesso à educação básica, com mais crianças frequentando a escola e uma redução na taxa de analfabetismo. Além disso, programas governamentais, como o Prouni e o FIES, têm contribuído para o acesso ao ensino superior, especialmente para estudantes de baixa renda. No entanto, apesar do aumento no acesso à educação, a qualidade do ensino ainda é uma preocupação significativa. O desempenho dos alunos em avaliações nacionais e internacionais, como o IDEB e o PISA, muitas vezes revela deficiências alarmantes, especialmente em áreas como Matemática, Leitura e Ciências. Além disso, persistem desigualdades profundas no sistema educacional brasileiro, com disparidades marcantes entre regiões urbanas e rurais, bem como entre escolas públicas e privadas. Outro ponto de preocupação é o financiamento insuficiente e instável da educação. Apesar dos avanços, o investimento em infraestrutura escolar, formação de professores e materiais didáticos ainda é inadequado. Além disso, cortes orçamentários e instabilidade política podem comprometer os progressos já alcançados. Portanto, enquanto reconhecemos os avanços realizados, é fundamental reconhecer que ainda há muito a ser feito. Melhorar a qualidade do ensino, reduzir as desigualdades educacionais e

garantir um financiamento adequado são desafios urgentes que o Brasil enfrenta em sua busca por uma educação verdadeiramente inclusiva e de qualidade.

Mesmo assim, alguns estados têm se destacado por sua evolução acelerada nos resultados das avaliações nacionais, entre eles o Ceará. Durante a década de 2000, o estado implementou uma série de políticas que se mostraram exitosas em melhorar o desempenho de suas redes municipais de ensino. Uma rede de articulação se formou entre o estado e os municípios, operacionalizada pela cooperação técnica no âmbito de PAIC e distribuição de recursos e premiações por meio da política de cooperação do prêmio escola nota dez baseadas em regras que premiam o mérito do esforço individual e coletivo para o alcance de um resultado comum.

Dessa forma, o Ceará vem se destacando com avanços educacionais baseados em políticas de incentivo que contribuem para resultados favoráveis em avaliações nacionais. No próximo tópico, iremos discorrer sobre essas políticas de incentivo referenciado por alguns autores.

Para compreender o percurso e implantação das políticas públicas educacionais no Brasil julgamos necessário entender o desenvolvimento de suas ações a partir do trabalho do Estado e participação do povo em suas decisões. (OLIVEIRA, 2010). A partir desse entendimento, conceitua-se que,

> [...] políticas públicas é tudo aquilo que um governo faz ou deixa de fazer, política pública educacionais é tudo aquilo que um governo faz ou deixa de fazer em educação. Porém, educação é um conceito muito amplo para se tratar das políticas educacionais. Isso quer dizer que políticas educacionais é um foco mais específico do tratamento da educação, que em geral se aplica as questões escolares. Em outras palavras, pode-se dizer que políticas públicas educacionais dizem respeito à educação escolar. (OLIVEIRA, 2010, p. 04).

Vale ressaltar que a Política Pública Educacional, além de buscar atender a garantia do direito à educação, também está diretamente relacionada à educação formal, que se inicia na escola. Partindo desse pressuposto, pode-se dizer que as Políticas Públicas Educacionais interferem não só na vida dos discentes, mas em todos que formam a sociedade.

Ao fazer uma análise das últimas décadas, Setubal (2012) versa sobre a temática e percebe a notoriedade que se tem dado a essa expressão, considerando cada órgão responsável. Porém, nem sempre essas políticas chegam a atingir os objetivos esperados, como por exemplo: i) alguns planos de trabalhos que não são desenvolvidos como deveriam; e ii) recursos que, por muitas vezes, não chegam no prazo estipulado ou até mesmo não são utilizados corretamente. Tudo isso contribui para que, mesmo com a garantia de acesso aos serviços públicos, a qualidade ofertada muitas vezes é comprometida e os direitos desrespeitados.

Considerando o exposto, percebemos que a política pública em educação não caminha sozinha, para que seja garantido um bom funcionamento de todo um conjunto de políticas sociais é necessário um enfrentamento dos problemas existentes no cotidiano escolar. Nesse contexto, para ser assegurada uma educação de qualidade, é necessário a garantia de ações que envolvam políticas públicas que, em parceria abordem problemas que ultrapassam os muros da escola, por exemplo: i) a fome; ii) o combate às drogas; e iii) tornar mais acessível a saúde pública. Então compreender políticas públicas educacionais é entender que todo um conjunto de ações voltadas para a sociedade devem caminhar juntos. (QUADROS, 2008).

Conforme Giron (2008), falar de políticas públicas educacionais é tratar de projetos interligados que tenham o envolvimento não somente do Estado, mas de toda a sociedade que juntos possam contribuir para a construção de um povo, ou seja, que resgate a formação da cidadania.

Para Freire (1998), quando um governo direciona políticas públicas para a educação, ele demonstra sua preocupação com o futuro de um povo, pois é com educação pública, gratuita, inclusiva e de qualidade que se constrói uma sociedade mais igualitária.

Assim, as Políticas Públicas Educacionais deverão trazer ações para promover uma educação de qualidade e como resultado a construção de uma sociedade justa e democrática. Como exemplo podemos citar: a Educação para Jovens e Adultos (EJA), programa dedicado a educação de adultos que não terminaram os estudos na idade indicada; o Programa Universidade para Todos (PROUNI) criado para oferecer bolsas de estudo em instituições privadas de ensino superior para estudantes da rede pública; Programa Escola Acessível, criado para aumentar a acessibilidade no ambiente escolar da rede pública de ensino oferecendo informações e recursos para melhorar o aprendizado de estudantes com necessidades especiais; Programa Caminho da Escola, criado para melhorar e aumentar a frota de veículos que faz o transporte escolar nas redes municipais e estaduais; Educação em Prisões, uma política educativa de apoio financeiro e técnico para dar ensino a jovens e adultos que cumprem pena no sistema prisional; Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE) como política de incentivo a autogestão escolar para provimentos das necessidades prioritárias dos estabelecimentos educacionais para a garantia de uma educação de qualidade para todos e o Programa de Alfabetização na Idade Certa (PAIC), uma política educacional baseada no regime de colaboração entre o Ceará e seus municípios, que inicialmente abrangia 2º, 5º e 9º ano do ensino fundamental, atualmente abrange desde a educação infantil ao 9º ano do Ensino Fundamental, passando a se chamar Programa de Aprendizagem na Idade Certa, a qual falaremos mais

detalhadamente na próxima seção por se tratar da política que deu origem ao cenário do nosso estudo.

Com objetivo de alfabetizar todos os estudantes das redes públicas de ensino do estado até os sete anos de idade, o governo do estado do Ceará em parceria com o Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef) e instituições da sociedade civil lança o Programa de Alfabetização na Idade Certa (PAIC) como uma política de cooperação entre estado e municípios cearenses. A proposta seria o PAIC apoiar os municípios na formulação e implementação de políticas voltadas a garantia do direito de aprendizagem com prioridade a alfabetização. (CEARÁ, 2012). A história do PAIC remonta a década de 1990, quando o Ceará estava enfrentando desafios significativos no campo da educação incluindo altas taxas de analfabetismo e baixos índices de aprendizado nas séries iniciais. O Estado enfrentava dificuldades em relação a qualidade da educação e a retenção dos alunos nas primeiras séries do ensino fundamental.

Em 2005 o governo do Estado lançou oficialmente o Programa de alfabetização na Idade Certa, mas somente 56 municípios participaram do programa, em 2007, com início da gestão do Cid Gomes no governo estadual, a política foi estendida aos 184 municípios cearenses. Inicialmente foi dividida em 5 eixos: gestão municipal, avaliação externa, formação do leitor, alfabetização e educação infantil. Esses eixos trabalham de forma integrada para promover uma abordagem abrangente à alfabetização na idade certa. O PAIC busca criar um ambiente educacional que permita que todas as crianças desenvolvam as habilidades necessárias para a leitura e a escrita até o final do segundo ano do ensino fundamental, garantindo assim uma base sólida para o seu progresso educacional contínuo.

Uma característica central do PAIC é a adoção de uma abordagem pedagógica que valoriza o desenvolvimento das habilidades de leitura, escrita e matemática de forma contextualizada e significativa para as crianças. O programa enfatiza o uso de materiais didáticos apropriados e práticas pedagógicas que levam em consideração o nível de desenvolvimento cognitivo e as experiências prévias dos estudantes.

3.3 O Programa de Aprendizagem na Idade Certa (MAISPAIC): trajetória de uma política pública educacional

O PAIC é uma política pública educacional do Estado do Ceará, criada em maio de 2007 que contempla os 184 municípios cearenses, situada no marco do regime de colaboração, princípio previsto na Constituição Federal de 1988 (BRASIL, 1988), cujos objetivos são: i)

priorização da alfabetização de crianças; ii) implantação de sistemas municipais de avaliação da aprendizagem; iii) estímulos ao compromisso dos professores alfabetizadores com a aprendizagem das crianças e o desempenho docente; iv) políticas de incentivo à leitura e a escrita; (CEARÁ, 2012). Em 2011 a política passa atender até o 5° ano com objetivo de melhorar os resultados de aprendizagem da etapa inicial do Ensino Fundamental e em 2015 o Governo do Estado do Ceará, por meio da Secretaria de Educação (SEDUC), expande mais uma vez o programa e suas ações contemplam as turmas do 6º ao 9º ano, etapa final do Ensino Fundamental, através da Lei n° 15.921/2015 (CEARÁ, 2015), e a partir de então passa a ser chamado de Programa de Aprendizagem na Idade Certa (MAIS PAIC), substituindo o nome inicial PAIC.

O órgão responsável pelo MAISPAIC na SEDUC é a Coordenadoria de Cooperação com os Municípios (COPEM) que está voltado para políticas públicas desenvolvidas em regime de cooperação entre estado e municípios, como no caso do MAIS PAIC. A SEDUC se divide em 20 Coordenadoria Regional de Desenvolvimento da Educação (CREDE), de onde partem todas as ações do MAIS PAIC para os municípios. Cada uma possui um Núcleo Regional de Cooperação com os Municípios (NRCOM) com funcionários que atuam assessorando as equipes do MAIS PAIC, que por sua vez atuam conjuntamente com secretarias e com os dirigentes da escola e professores.

Um incentivo para o desenvolvimento das ações do MAIS PAIC são as bolsas (incentivos financeiros), divididas em 5 modalidades: i) aos consultores que trabalham na SEDUC; ii) aos formadores regionais que trabalham nas CREDEs; iii) aos formadores municipais que atuam junto aos professores nos municípios; iv) aos gerentes regionais; e v) aos gerentes municipais que atuam junto as SMEs. O papel desses atores junto à política do MAISPAIC é de extrema importância pois são eles que estão em contato direto com os professores desenvolvendo temáticas e estratégias pedagógicas que podem contribuir com a aprendizagem dos estudantes.

Outro fator importante dessa política de cooperação são as formações continuadas para os professores que são importantes protagonistas no processo educacional. Gatti (2016), versa que a formação continuada é um pilar fundamental para o desenvolvimento de boas metodologias do cotidiano da sala de aula.

Também devemos destacar que o professor precisa estar em constante processo de desenvolvimento de competências e habilidades tendo em vista que os alunos do século XXI estão inseridos em um contexto tecnológico avançado, dessa forma a formação continuada é uma política que vem valorizar as práticas docentes sendo capaz de proporcionar ao professor

qualificação para desenvolver melhores metodologias conforme a realidades dos estudantes que estão inseridos em uma sociedade moderna. (GATTI, 2016).

A formação continuada é o momento de ingresso dos atores envolvidos no cerne de concepções educacionais. Os professores têm neste momento uma oportunidade ímpar de refletir sobre suas práticas docentes. Nessa perspectiva, a proposta de formação busca explorar a riqueza pedagógica existente nas relações humanas decorrente da vivência dos elementos fundamentais de uma sociedade de conhecimento, baseado nos objetivos de aprendizagens assimilados por meio de práticas e metodologias que serão empregadas.

Para Vaillant (2016) é importante garantir um conjunto de ações como material estruturado, infraestrutura adequada com o contexto local para que a formação do professor seja efetiva e assim, tenham condições de garantir a aprendizagem dos estudantes.

Mas para que uma política venha a dar certo é preciso incentivos, pensando nisso, em 2009 o Ceará criou dois mecanismos de indução financeira a fim de estimular a garantia da alfabetização pelos municípios. A Lei do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) que condicionou parte do repasse do imposto aos indicadores de educação, saúde e meio ambiente. O segundo mecanismo foi o Prêmio Escola Nota 10, cenário do nosso estudo, que premia as 150 escolas com melhor índice educacional resultantes das avaliações externas no 5º ano do ensino fundamental e bonifica as 150 escolas com mais baixos resultados educacionais

Inicialmente o PAIC foi dividido em 5 eixos: gestão municipal, avaliação externa, formação do leitor, alfabetização e educação infantil. Com o MAISPAIC, o eixo de alfabetização foi dividido em eixo do ensino fundamental I e ensino fundamental II, ficando então com 6 eixos.

Nos eixos de Educação Infantil e se desenvolve ações de distribuição de materiais didáticos, discussão de estratégias pedagógicas e as formações continuadas para os docentes. Já o eixo de gestão municipal é voltado para formações das Secretarias Municipais de Educação (SMEs) e da gestão escolar. É esse eixo que orienta todas as ações de assessoria técnica e de fortalecimento institucional dor órgãos municipais. O eixo de avaliação externa é baseado no SPAECE que teve sua primeira edição em 1992, segundo Lima (2007), a avaliação externa cearense iniciou no governo do Ciro Gomes (1991-1994) com o objetivo de assessorar as maiores decisões com relação a gestão educacional. O autor indica que a avaliação foi ganhando importância como uma política do Estado. Para melhor compreensão na próxima seção iremos fazer uma discussão sobre a avaliação em larga escala e sua trajetória histórica.

3.4 Política de Avaliação em Larga Escala: análise conceituais das gerações da avaliação

A etimologia da palavra “avaliação” remonta do latim “avalere” derivado da composição a-valere, significando “atribuindo valor a algo”. Segundo Luckesi (1998), avaliar envolve dar um valor ou qualidade a algo e é uma atividade inerente aos seres humanos que faz parte de suas vidas cotidianas. Isso inclui a capacidade de diagnosticar, selecionar, classificar, qualificar, comparar e atribuir valor a fatos ou fenômenos. Para realizar uma avaliação, é necessário coletar informações que servirão como base para emitir julgamentos e tomar decisões. Esta, desempenha um papel fundamental em qualquer atividade produtiva e é especialmente crucial na avaliação de sistemas educacionais, programas, projetos e planos. O autor enfatiza que a avaliação é uma parte essencial da vida e do processo de tomada de decisões, com grande relevância em contextos educacionais e em outros setores.

Essa área do conhecimento tem acompanhado a jornada histórica da humanidade e passou por profundas transformações conceituais ao longo do tempo. As mudanças nos conceitos, funções e metodologias da avaliação foram influenciadas pelas tendências socioeconômicas e político-organizacionais predominantes em cada período. A evolução dos conceitos de avaliação pode ser dividida em cinco gerações distintas: a primeira geração, representadas por pioneiros como Alfred Binet, Edward Lee Thorndike e Joseph Mayer Rice, focou na mensuração; a segunda geração, liderada por epistemólogos como Lee Cronbach e Ralph Tyler, concentrou-se na descrição; a terceira geração, liderada por teóricos como Michael Scriven e Robert Stake, se concentrou no julgamento; a quarta geração, com estudiosos como Daniel Stufflebeam, Egon Lincoln e Yvona Guba enfatizou a negociação como um componente crucial da avaliação e por fim, a quinta geração traz a avaliação autêntica e formativa, que se concentra em tarefas do mundo real que refletem a aplicação do conhecimento, também destaca a avaliação formativa, que ocorre ao longo do processo de aprendizagem para fornecer feedback contínuo. Gran Wiggins e Jay McTghe são autores que contribuíram com a ideia de avaliação autêntica em seu trabalho sobre Design Instrucional. Paul Black e Dylan Wiliam são conhecidos por promover a avaliação formativa. Essas mudanças conceituais refletem a constante adaptação da avaliação às necessidades e contextos em constante evolução.

Apesar do amplo desenvolvimento que esse campo de estudo experimentou ao longo do tempo, é evidente que no cenário atual ainda persistem vestígios ancestrais que conectam a prática de avaliação a conceitos como medição, recompensa, punição, classificação e exclusão. Esses elementos da cultura avaliativa remontam ao período anterior à abordagem de Ralph Tyler, conhecido como a geração da medida, e continuam a exercer influência na área

de programas educacionais, muitas vezes restringindo a avaliação à simples ideia de mensuração por meio de exames.

Avaliar para medir, é uma cultura milenar que vem desde os primórdios da civilização. Na Grécia há registros que mostram que jovens eram submetidos a duras provas de competições atléticas, onde através da medição da resistência física, se escolhiam homens aptos para a fazer parte do exército. (ESCUDERO, 2003). No Império chinês, a mais de três mil anos, selecionava, pela força, aqueles soldados que melhor atendiam as suas necessidades e excluíam os demais. Na antiguidade, os adolescentes eram submetidos a provas ligados a verificação de seus costumes e só eram considerados adultos se fossem aprovados nesses testes.

De acordo com Luckesi (2011) os primeiros exames escolares datam do século XVI, com a publicação do Ratio Studiorum, em 1599, onde existia registro de um plano geral de ensino da Companhia de Jesus, era um manual que tinha como objetivo auxiliar o trabalho do professor. Possuía diretrizes voltadas para memorização, repetição e normas para prova escrita rígida com previsão de vários dias para realização dos exames, forma de correção que incentivava a competição com emissão de prêmios e/ou castigos.

No início do século XVII, Jhon Amos Comenius (1592-1670), bispo protestante, representante da ordem religiosa, apresentou uma concepção pedagógica muito semelhante à dos Jesuitas. A chamada Didática Magna, publicada em 1632, trazia uma proposta de educação em que o medo seria um bom instrumento para estimular o aluno a estudar para as provas. Portanto, o professor deveria se munir de ameaças, chantagens, em que a prova seria a arma do castigo. A pedagogia de Comenius admitia a necessidade de que cada estudante deveria se submeter, sucessivamente, aos exames, ou seja, as provas eram constates, não sobrando tempo para quase mais nada. (LUCKESI, 2011).

A Didática Magna de Comenio orientava que deveria ter uma pessoa nomeada pelo poder público encarregado de elaborar e aplicar as provas nas escolas, com o objetivo de verificar os avanços educacionais dos alunos e, caso o resultado não fosse satisfatório significava que a escola não estava exercendo sua função adequadamente. Nessa proposta já podemos verificar uma preocupação em acompanhar e controlar os professores e sistemas de ensino. (LUCKESI, 2011).

Segundo Escudero (2003) ao final do século XIX e nas primeiras décadas do século XX, foi aplicada uma atividade intensa chamada de testagem. Essa testagem sondava o rendimento baseando-se nas medições psicofísicas, ou seja, nas capacidades sensoriais, tempos de reação para estabelecer discriminações individuais. O objetivo era identificar diferenças individuais dentro do modelo de características e atributos que assinalavam a psicologia da

época e detectar potenciais diferenças que contribuíssem para a determinação da posição relativa do sujeito dentro da norma grupal.

Alfred Binet (1857- 1911) e Joseph Mayer Rice (1857-1934), principais expoentes, desenvolveram os primeiros testes padronizados de rendimento escolar, sistematizando os testes de inteligência e ortografia nas escolas, também desenvolveram os testes de aptidão intelectual que eram utilizados na admissão as universidades. (ESCUDERO, 2003).

Com essa aplicação de testes mensurando comportamentos veio a cultura de avaliação como medida nas escolas, onde nas primeiras décadas do século passado, avaliar era sinônimo de medir. A avaliação era totalmente técnica, consistia em testes de verificação, mensuração e quantificação de resultados. (ESCUDERO, 2003).

No início do século XX, a avaliação educacional passou a ser baseada no paradigma positivista próprio das ciências físico-naturais centradas nas diferenças individuais, utilizavam testes de inteligência para crianças e adultos, pautados na psicologia comportamental sobre a aprendizagem, usavam o teste para medir a inteligência. (ESCUDERO, 2003).

Rodrigues (2010) versa que a avaliação como medida era objetiva, técnica e consistia em testes de verificação, mensuração e quantificação da inteligência dos educandos. Logo, a avaliação educacional, antes de atingir a atividade cientifica no século XX, sofreu grandes transformações conceituais, passando pela medição científica da inteligência humana, pela medida por exames, chegando a era contemporânea.

> Guba e Lincoln (1989) se refieren a esta evaluación como a la primera generación, que puede legitimamente ser denominada como de la generación de la medida [...] Según estos autores, esta primera generación permanece, todavia, viva, pues todavia existen textos y publicaciones que utilizan de manera indisolubre evaluación y medida. (ESCUDERO, 2003, p. 14).

Pudemos observar que os modelos de avaliações, mesmo milenares, eram muito parecidos com os modelos atuais. Os exames escritos, testes padronizados, aplicação de vários testes durante o ano, aplicação de teste com fiscais em sala, ainda são utilizados até hoje para verificar a qualidade do ensino-aprendizagem. As pressões psicológicas de indução e motivação através de premiações, condecorações, solenidades de honra ao mérito fazem parte dos eventos anuais que todos os atores educacionais buscam participar.

Outro aspecto de avaliar é a avaliação por objetivos instituída por Ralph Winfred Tyler, um teórico que instituiu o termo avaliação educacional que teve grande influência dos sistemas de mensuração. Ele também criou um modelo sistemático que controlava as atividades que estavam relacionadas com a educação. Planejou e desenvolveu, no período da segunda guerra mundial (1939-1945), um estudo experimental em 30 escolas que ficou conhecido como

The Eigtht-Year-Study, onde eram analisados os resultados dos programas educacionais nos Estados Unidos a fim de esclarecer dúvidas sobre a eficiência de vários tipos de escolas. (VIANNA, 2000).

Tyler traz as concepções de avaliar por objetivos, uma nova visão de avaliação que tem como foco fazer uma comparação entre os objetivos estabelecidos com o que foi atingido pelo estudante. O autor compreendia que o currículo deveria ser construído partindo das habilidades necessárias para atingir os objetivos propostos, ele partia do princípio de que educar é mudar padrões de comportamento, ou seja, os efeitos da educação devem ser capazes de instigar transformações nos comportamentos estabelecidos na sociedade. As metas estabelecidas devem estar intimamente ligadas aos resultados desejados, pois apenas dessa forma é possível efetivar a transformação de novos valores sociais e culturais. (MACEDO; LIMA, 2013).

A fundamentação teórica de Tyler foi desenvolvida com base nas pesquisas de Alfred Binet sobre testes de inteligência. Segundo Vianna (2000) os resultados dos testes de inteligência eram usados como uma ferramenta para interpretar o desempenho dos alunos nos testes escolares, especialmente quando havia um desempenho abaixo do esperado. Isso sugere que os testes de inteligência eram considerados como um meio de entender o motivo por trás de um baixo desempenho acadêmico. A noção de que qualquer pessoa é capaz de aprender passou a ser questionada, o que resultou em mudanças nos testes de desempenho. Anteriormente, esses testes eram avaliados com base em critérios e o desempenho do aluno era medido em relação a um valor absoluto. No entanto, com as transformações, os testes passaram a ser referenciados a normas, ou seja, o desempenho do estudante passou a ser comparado com o comportamento do seu grupo. Essa mudança reflete uma abordagem mais relativa na avaliação de rendimento escolar, levando em consideração as características do grupo ao qual o aluno pertence.

Vianna (2000), afirma que a geração descritiva ou período Tyleriano trouxe uma mudança significativa no campo da educação, ao romper com a ideia de que a medida era o único domínio relevante. Essa ruptura possibilitou uma diferenciação efetiva entre avaliação e medida, destacando que a avaliação não se restringe apenas ao uso de medidas educacionais. Agora, a avaliação passou a ser entendida como uma forma de verificar se os objetivos educacionais e curriculares estão sendo alcançados. Isso implica que a avaliação vai além da simples mensuração e se torna uma ferramenta mais abrangente para verificar o progresso e o sucesso no ambiente educativo.

A avaliação tem papel fundamental ao fornecer informações e subsídios para uma análise crítica da instituição educacional. Essa análise crítica envolve a revisão e reformulação da programação curricular, visando melhorias e ajustes necessários. Através da avaliação, é possível identificar o que está funcionando bem e o que precisa ser aprimorado na instituição, levando em consideração os objetivos educacionais, o desempenho dos alunos, as metodologias de ensino e outros aspectos relevantes. Dessa forma, a avaliação não apenas mede o desempenho dos estudantes, mas também dá suporte para uma reflexão crítica sobre a qualidade do currículo e a eficácia das práticas educacionais, com o intuito de promover um processo contínuo de melhoria. (VIANNA, 2000).

O modelo de Tyler, em 1942, era fundamentado no paradigma da racionalização cientifica, que era amplamente utilizado em processos industriais. Esse modelo educacional estava diretamente relacionado com a preocupação em alcançar resultados eficientes e mensuráveis no cumprimento dos objetivos previamente planejados para o programa de ensino. Ele valorizava a definição clara e precisa dos objetivos educacionais, bem como o planejamento minucioso das atividades de ensino e avaliação. Através desse planejamento, buscava-se garantir uma organização eficiente do processo educacional, onde cada etapa estava alinhada com os estabelecidos. Essa abordagem enfatizava a ideia de controle e padronização, visando garantir que todos os alunos percorressem o mesmo caminho de aprendizagem e que seus resultados pudessem ser facilmente medidos e comparados. (CHUERI, 2008).

Nesse contexto, a avaliação é vista como um processo pelo qual se investigam os valores relacionados a educação. Esse processo envolve a avaliação periódica da eficiência ou ineficiência das escolas e sistemas de ensino. Para Tyler, a eficiência na educação está ligada a comparação entre o que foi prometido (os objetivos) e o que foi alcançado (os resultados), levando em consideração o custo-benefício.

De acordo com Vianna (2000), o objetivo principal da avaliação educacional é promover a eficácia escolar e dos métodos educativos. Isso significa que a escola deve ser vista como rentável, produtiva, eficiente e útil para o desenvolvimento econômico, configurando-se como um modelo avaliativo.

Assim, começamos a perceber uma crescente preocupação com a "responsabilização" no âmbito da administração pública. Essa responsabilização refere-se as obrigações do poder público de explicar suas ações e decisões a população e as agencias financiadoras, principalmente no que diz respeito aos serviços que prestam a sociedade. Desde a metade do século XX, as reformas na administração pública tiveram como foco principal a busca pela eficiência e eficácia na prestação desses serviços, e uma das estratégias para alcançar

esse objetivo foi a descentralização dos serviços. Inicialmente, essas reformas adotaram um modelo administrativo altamente orientado para a gestão, no qual os princípios do mercado privado foram aplicados a questão pública.

Isso significa que conceitos como eficiência e competitividade foram importados para a administração pública. A ênfase recai na prestação de contas, ou seja, na necessidade de tornar as ações do governo mais transparentes e responsáveis perante a sociedade. Além disso, a atenção também se concentrou na busca pela eficiência, ou seja, na maximização dos recursos disponíveis e no controle da qualidade dos serviços públicos oferecidos. Portanto, a "responsabilidade" tornou-se uma preocupação central nas reformas da administração pública, juntamente com a eficiência e o controle da qualidade dos serviços, como parte dos esforços para melhorar a prestação de serviços públicos a população. (ABRÚCIO, 1997).

Considerando que os objetivos são definidos em relação a resultados específicos e são avaliados através de testes baseados em normas ou critérios, a abordagem proposta por Tyler é a produtividade, "accountability." (VIANNA, 2000). As inovações de Tyler passaram a ser disseminadas e experienciadas, gerando refutações e contestações, às vezes, bastante acaloradas.

Cronbach (1963) um epistemólogo pertencente a segunda geração, levantou objeções ao modelo de Tyler no que diz respeito a concepção de limitar a avaliação apenas aos aspectos convencionais e cerimoniais da mensuração. Sua perspectiva sobre avaliação transcende a ideia de restringi-la exclusivamente aos resultados dos objetivos. Ele reconhecia a natureza multifacetada dos resultados da aprendizagem e acreditava que não deveriam ser reduzidos a apenas um único indicador. Para o autor, obter uma compreensão mais abrangente dos currículos e programas educacionais, assim como para facilitar intervenções por parte dos especialistas na melhoria das atividades educacionais, é necessária uma coleta diversificada de dados no processo de avaliação.

As contribuições de Scriven (1967) e Stake (1967), figuras proeminentes na terceira geração da avaliação, desafiaram de forma substancial o modelo objetivo proposto por Tyler e expandiram as críticas formuladas por Cronbach. A perspectiva de Scriven (1967) enfatizou a responsabilidade do avaliado em determinar o valor e o mérito do objeto sob avaliação, contestando uma abordagem exclusivamente focada em objetivos, devido à dificuldade inerente em julgar o valor ou mérito desses objetivos. Suas ideias, assim como as de Stake (1967), trouxeram uma perspectiva mais aberta e holística à avaliação, destacando a necessidade de considerar não apenas a realização dos objetivos como também a qualidade e relevância do que

está sendo avaliado. Essas abordagens revolucionaram o campo da avaliação, ao considerarem a complexidade inerente a mensuração do valor e mérito.

Conforme postula de Scriven (1967) a avaliação é conceituada como uma análise sistemática e imparcial do valor e mérito de um objeto. Dentro dessa perspectiva, a qualidade de um objeto está intrinsecamente ligada à presença de valor, à capacidade de satisfazer as necessidades das partes envolvidas e à demonstração de mérito, bem como à eficácia e eficiência dos resultados gerados. Um objeto pode, eventualmente, exibir méritos, porém, jamais alcançará valor sem essa qualidade subjacente. Isso nos leva à conclusão de que um objeto desprovido de mérito, ou seja, incapaz de cumprir o objetivo e de atender às demandas de seus stakeholders, carece, por consequência, de valor intrínseco.

Ao aplicarmos a concepção do Scriven (1967) ao âmbito educacional, podemos avaliar a eficiência e a eficácia de uma escola ou de um professor com base em critérios quantitativos, como taxas de evasão, aprovação ou reprovação, bem como por meio de testes padronizados de desempenho escolar, atribuindo mérito institucional e /ou profissional. No entanto, o verdadeiro julgamento de valor de uma instituição escolar ou de um educador transcende o mero reconhecimento de mérito, exigindo a consideração das necessidades das partes interessadas no sistema educacional. Desta forma, as ações de uma organização escolar ou a implementação de políticas, programas e projetos educacionais devem ser avaliados não apenas em termos de mérito, ou seja, eficiência e eficácia, mas também quanto ao seu valor intrínseco, relevância e impacto social.

De acordo com Scriven (1967), os especialistas em avaliação deverão adotar uma abordagem que envolve avaliar os resultados, fazer julgamentos sobre os objetivos e, ao final, formar integrações abrangentes sobre o valor global dos programas. Isso implica que o avaliativo ignore deliberadamente os objetivos declarados de um programa e investigue todos os seus efeitos, independentemente de qualquer retórica em torno do que o programa pretende alcançar. Segundo Scriven (1967), a vantagem dessa abordagem é que o avaliador que não se limita aos objetivos pode identificar efeitos significativos que não forma previstos, uma perspectiva que pode passar despercebida para o avaliador que está focado exclusivamente nos objetivos definidos. Portanto, os avaliadores devem julgar tanto os objetivos quanto os resultados. (VIANNA, 2000).

Stake (1967) em uma crítica contundente ao modelo de Tyler, argumentando que a avaliação não deve ser um evento isolado, mas sim um processo contínuo e abrangente que possibilita uma compreensão completa de todas as etapas envolvidas. Ele defendeu a ideia de que uma avaliação deve ser baseada em um levantamento amplo e aberto de informações,

permitindo uma tomada de decisões fundamentada em uma visão realista e holística do contexto em questão. Com essa abordagem, Stake (1967) destacou a importância de considerar não apenas resultados pontuais, mas também o processo em si e seus diversos elementos, contribuindo para uma avaliação mais completa e contextualizada.

Stufflebeam (1971), uma figura proeminente na quarta geração da avaliação, trouxe uma perspectiva inovadora ao campo. Enquanto se considerava a importância dos objetivos da avaliação, ele introduziu novos elementos cruciais no processo de avaliação. No cerne de seu modelo, não se encontra o mero estabelecimento de metas, mas sim a ênfase na tomada de decisões informadas. O trabalho de Stufflebeam (1971) expandiu a concepção tradicional de avaliação, posicionando-a como uma atividade contínua e em constante evolução que engloba quatro tipos de avaliação - contexto, insumo, processo e produto – (CIPP). Distinto da visão de Tyler, o modelo CIPP de Stufflebeam adota uma abordagem formativa, direcionada para aprimoramento e tomada de decisões, bem como uma abordagem somativa com foco na responsabilização e prestação de contas.

As críticas dirigidas a Tyler frequentemente abordam sua abordagem metodológica individualista na validação dos currículos, que se baseia na comparação entre a previsão dos objetivos propostos e os resultados obtidos, bem como a limitação percebida desse modelo quando se trata de experiências curriculares reformulares. Argumenta-se que a avaliação educacional exige uma abordagem mais abrangente, que inclui a coleta de uma variedade de informações, uma descrição detalhada dos currículos de intervenção e decisões para a melhoria das atividades educacionais. Isso destaca a necessidade de considerar aspectos qualitativos, contextualizados e holísticos na avaliação, em contraste com a abordagem mais restrita do modelo tyleriano.

Depresbiteris (1989) também se posiciona de forma crítica em relação às abordagens de Tyler, argumentando que ele falhou ao não integrar a avaliação a um processo contínuo e sistemático. Em outras palavras, a avaliação não deve ser vista como um evento único e separado, mas sim como parte de um ciclo de avaliação constante e estruturado. Além disso, a crítica menciona que essa abordagem também abandonou a importância de incorporar julgamentos de valor na avaliação, ou seja, considerar não apenas se os objetivos foram realizados, mas também se o que foi realizado tem méritos, valor e relevância.

De acordo com Vianna (2000), uma das críticas mais contundentes à avaliação por objetivos foi formulada por Parlett e Hamilton (1972), que se mostrou veementemente contrários a essa abordagem em razão de várias razões. Eles argumentaram que a avaliação por objetivos era problemática por conta da sua forte influência da tradição psicológica, que muitas

vezes negligenciava aspectos sociológicos cruciais. Além disso, Parlett e Hamilton também contestaram a abordagem por objetivos devido à sua ênfase excessiva em medidas quantitativas, que, na visão deles, não capturaram especificamente os valores humanos subjacentes aos processos educacionais. Essas críticas destacam as questões fundamentais de Parlett e Hamilton em relação à avaliação por objetivos.

Mesmo diante das críticas, Escudero (2003) comenta que Tyler é creditado por estabelecer os alicerces de um modelo de avaliação que serviu de base para desenvolvimentos subsequentes. Suas propostas teóricas tiveram um impacto significativo na educação, incluindo o trabalho de Benjamin Bloom na década de 1950. A teoria da taxonomia de objetivos de Bloom é mencionada como um exemplo específico dessa influência. Essa teoria propõe uma estrutura hierárquica para os objetivos educacionais, categorizando-os em diferentes níveis de complexidade e abrangência. Além disso, Bloom classifica os tipos de aprendizagem em categorias cognitivas (relacionadas ao conhecimento intelectual), afetivas (relacionadas a sentimentos e atitudes) e psicomotoras (relacionadas a habilidades motoras).

A influência da tendência norte-americana, enraizada no positivismo, deixou uma marca profunda na comunidade de autores brasileiros durante a década de 1970. Durante esse período, esses autores empenharam-se em disponibilizar diretrizes e ferramentas para a criação de teses e instrumentos de medição educacional, seguindo os princípios definidos por Tyler. Essa influência transcendeu a esfera acadêmica e se fez sentir na formulação de leis e decretos tanto em nível federal quanto estadual no Brasil, que regulamentaram a avaliação escolar na educação básica. Essa convergência de ideias e práticas demonstra a importância da abordagem norte-americana e positivista na educação brasileira, especialmente no que diz respeito à avaliação educacional. (CALDERÓN; POLTRONIERI, 2013).

À medida que a racionalização científica avançou, a avaliação educacional experimentou um progresso significativo, marcado por uma evolução epistemológica contínua. Esse processo gradual incorporou novos conceitos, específicas e métodos, ao mesmo tempo em que definiu aspectos cruciais relacionados à dimensão política e à implementação da prática da avaliação. Durante as últimas décadas do século XX e o início do século XXI, uma literatura relacionada a esse campo de estudo experimental foi uma questão notável. Essa expansão bibliográfica refletiu uma mudança significativa na abordagem da avaliação educacional. Enquanto na fase anterior a Tyler a avaliação era frequentemente confundida com medidas, na era tyleriana predominava uma valorização substancial da abordagem tecnicista em relação aos objetivos educacionais. É importante notar que esta ênfase na definição e escopo de objetivos

ainda mantém sua relevância na avaliação de programas educacionais, persistindo até os dias atuais. (DEPRESBITERIS, 1989).

No entanto, as concepções de Tyler continuam exercendo um domínio significativo sobre a teoria e a prática do desenvolvimento da avaliação em larga escala. Os testes padronizados, concebidos para validar objetivos educacionais e currículos, mesmo que tenham evoluído com a introdução de técnicas mais modernas na elaboração e correção de itens, ainda são frequentemente utilizados para prejudicar a eficiência e eficácia das instituições escolares.

3.5 Política de Avaliação em Larga Escala no contexto escolar contemporâneo

Segundo Gatti (2009) quando se fala em avaliação no campo da educação é importante compreender que ela se apresenta com diferentes características como, por exemplo, a avaliação de sistemas educacionais, avaliações de programas de autoavaliação, avaliação de desempenho escolar em sala de aula, avaliação institucional, dentre outras. Nesta seção partimos dos conceitos e abordagens das avaliações sistêmicas ou em larga escola.

Para se ter um diagnóstico do nível de aprendizagem dos estudantes precisamos de dados que serão coletados a partir das avaliações educacionais. Essas informações geradas a partir do diagnóstico aplicado permitem o desenvolvimento e a implementação de ações mais eficazes na busca de uma educação de qualidade. Segundo Calderón (2017):

> [...] o uso das avaliações externas focados nos resultados de aprendizagem possuem uma relação indissociável com a construção de uma escola eficaz, que é nada mais que uma escola que garanta a todas as crianças e jovens o real e efetivo direito a aprendizagem. Nessa perspectiva as avaliações externas devem ser consideradas como instrumentos para a garantia do direito a educação. (CALDERÓN, 2017, p. 41).

Um dos principais instrumentos para a elaboração de políticas públicas educacionais é a avaliação sistêmica. É a partir de seus resultados que se traçam metas para serem atingidas pelas unidades escolares. Tem como foco principal o desempenho da escola medido pela proficiência média atingida pela instituição, isso possibilitará aos gestores implementarem políticas públicas e as unidades escolares, um diagnóstico de seu desempenho. Seus resultados fornecem subsídios para a tomada de decisões destinadas a melhoria do sistema de ensino e das escolas e, ainda, permitem monitorar e acompanhar o desenvolvimento das redes ao longo de diferentes períodos, mediante a comparação dos resultados. (CALDERÓN, 2017).

Vale ressaltar que, no Brasil, a preocupação com os resultados educacionais surgiu na década de 1990, período em que foi implementado o Sistema de Avaliação da Educação

Básica (SAEB). Os resultados divulgados a partir da avaliação do SAEB vêm contribuindo para que o Ministério da Educação (MEC), Estados e Municípios desenvolvam políticas públicas que contribuam com a melhoria da aprendizagem dos estudantes.

Como o SAEB é uma avaliação nacional, estados e municípios vem buscando desenvolver seus próprios sistemas de avaliação estabelecendo metas e diretrizes específicas as suas realidades. No Ceará, desenvolveu o SPAECE com as mesmas características do SAEB, ou seja, aplicação de testes padronizados com o objetivo de coletar informações para subsidiar a formulação, reformulação e monitoramento de políticas públicas voltadas para uma educação de qualidade, pautado no princípio da equidade social.

Segundo Lima (2012) o Ceará foi um dos primeiros estados brasileiros a implementar um sistema de avaliação em larga escala, mesmo que no início avaliasse apenas as 4ª e 8ª séries do ensino fundamental. Até a edição de 1996 a avaliação do SPAECE era aplicada somente nos anos pares alternando com o SAEB que era aplicado nos anos ímpares. A partir de 2007 passa a ser uma avalição externa censitária e anual.

Esse sistema de avaliação do Ceará vem se fortalecendo ao longo dos anos, se fazendo presente no contexto do planejamento escolar e docente e em todas as ações e programas implantados pela SEDUC, que tem como principal objetivo elevar os indicadores do SPAECE, considerando-os como reflexo da melhoria da aprendizagem dos estudantes e da qualidade do sistema de ensino. (MAGALHÃES JÚNIOR; FARIAS, 2016).

A instituição responsável por elaborar, aplicar e divulgar os resultados do SPAECE é o CAED/UFJF. A partir de 2008 a avaliação passa a abranger os alunos do 2º, 5º e 9º ano do Ensino Fundamental, 1ª, 2ª e 3ª séries do Ensino Médio, sendo eles avaliados nas disciplinas de Língua Portuguesa e Matemática, indicando o nível de proficiência e a evolução do desempenho dos estudantes.

Assim, é possível compreender que o objetivo do SPAECE é fornecer subsídios para formulação, reformulação e monitoramento das políticas públicas educacionais, além de possibilitar aos professores, dirigentes escolares e gestores um diagnóstico da situação da educação básica da rede pública de ensino. (MAGALHÃES JÚNIOR; FARIAS, 2016).

Esse sistema de avaliação fortalece a política de responsabilização, onde a escola, os gestores e todos que fazem a equipe escolar são responsabilizados pelos seus resultados e a partir desses resultados, as escolas que melhor se destacarem com as maiores proficiências são reconhecidas e premiadas, bem como são incentivadas financeiramente as escolas que não atingirem bons resultados.

Explorou-se no campo de pesquisa a obtenção de informações acerca do entendimento que os participantes possuíam sobre avaliação em larga escala como o SAEB e SPAECE e como o trabalho era direcionado a essas avaliações. Entre as respostas obteve-se:

> No atual contexto cearense as avaliações externas são de grande importância para todas as escolas. Dentre as diversas ações feitas em prol da aprendizagem dos estudantes destacamos: lotação dos professores de acordo com seus perfis; avaliações diagnósticas no início de cada ano; plano de metas bimestrais a partir dos testes de leitura realizados semanalmente; simulados semanais (agosto a dezembro); alinhamento curricular com base nos descritores com baixo resultado diante dos simulados; intervenções semanais; conversa com as famílias; atualização dos cadastros dos alunos; dia D onde todas as turmas são avaliadas por meio de simulados (esquenta SPAECE e esquenta SAEB). (D1, 2023)

> Após a realização das avaliações diagnósticas realizada no início do ano, com base nos descritores das referidas avaliações, orientamos os planejamentos visando o aprimoramento das aprendizagens; realizamos ainda um estudo e análise dos resultados verificando os descritores que tiveram menor percentual de acertos e orientamos através de planejamentos voltados para o resgate dos descritores críticos, isso é inegociável, a escola tem que fazer; realizamos simulados quando se aproxima o dia das avaliações externas. (TSEM).

Dessa forma, compreendemos o SPAECE como uma política pública de avaliação educacional consolidada no estado do Ceará há mais de uma década que fortalece o regime de colaboração e bonificação entre o estado e os municípios cearenses.

Entre as políticas públicas de bonificação e cooperação, instituídas no Ceará, baseadas nos resultados do SPAECE com o intuito de melhorar a educação da rede pública de ensino podemos destacar o Prêmio Escola Nota Dez. Antes de detalharmos o Prêmio Escola Nota Dez vamos compreender a trajetória histórico da política de bonificação no Estado do Ceará.

3.6 Políticas de Bonificação Educacional no Ceará: breve relato de sua origem e trajetória

É objetivo desse tópico trazer o que dizem os programas governamentais sobre a política de bonificação educacional no Ceará, tendo em vista que esse tema se constitui aqui como uma categoria de análise teórica.

O estado do Ceará nos últimos anos vem passando por transformações de ordem política e institucional com significativa repercussão econômica. Segundo Sousa (2007) o período que teve início em 1987, conhecido como “Governo das Mudanças” trouxe várias reformas que buscavam equilibrar os gastos públicos através de ajustes fiscais e reorganização administrativa. Esse equilíbrio das contas públicas favoreceu a contratação de diversas operações de crédito, principalmente com organismos internacionais que posteriormente

passariam a ter papel fundamental na modernização das instituições cearenses. (VASCONCELOS, 2000).

No que tange à educação, para Gondim (1995), a primeira metade da década de 1990 é marcada pela persistência de elevados índices de analfabetismo e baixa cobertura da rede básica de ensino, onde o déficit de atendimento chegava a mais de 30% entre os alunos da zona rural. Essa situação era precária também para quem frequentava a escola, já que, segundo o autor os alunos do primeiro grau do Ceará não desenvolviam metade das habilidades necessárias para a série que cursavam.

Na intenção de minimizar essa situação tão grave na educação, em 1995 foi lançado o programa "Todos pela Educação de Qualidade para Todos" que promoveu diversos debates com objetivo de obter soluções para os problemas da educação no estado. (NASPOLINI, 2001).

A educação passa a ser prioridade para o governo do estado que em 1996 aprova a Lei nº 12.612/96 (CEARÁ, 1996) que direcionava parte considerável da receita do imposto estadual, ICMS, para gastos com educação. O ICMS correspondia, na época da criação da lei, a mais de 50% de toda a receita estadual e a 96% da arrecadação própria, constituindo sua fonte mais expressiva de receitas. Dessa forma, o novo marco legal veio a reforçar os incentivos do âmbito estadual para os prefeitos expandirem suas redes de ensino.

Segundo Naspolini (2001) até a virada do milênio, o estado já havia alcançado a universalização do acesso ao ensino fundamental para as crianças de 7 a 14 anos, com redução de mais de 20% da taxa de abandono e regularização do fluxo escolar.

O repasse do ICMS estava atrelado aos resultados das avaliações do SPAECE, que por sua vez, produziam informações que possibilitassem a definição de ações prioritárias de intervenção na rede pública de ensino (estadual e municipal). Os dados da avaliação até hoje servem de base para a criação de políticas públicas com mecanismos de incentivos associados a melhoria da qualidade da educação, dentre as quais se destacam o PAIC criado em 2007 e o Prêmio Escola Nota Dez, objeto de estudo do nosso trabalho, criado em 2009, ambos detalhados em outros tópicos. Sobre o dos sistemas estaduais de avaliação, Brooke e Cunha (2011, p.18) afirmam que

> [...] de forma isolada ou em conjunto com outras informações, os resultados gerados pelos sistemas estaduais de avaliação educacional estão sendo usados para finalidades que variam entre a criação de indicadores estaduais de desenvolvimento educacional e avaliação de desempenho individual de diretores escolares.

A relação entre as avaliações do SPAECE e as políticas de bonificação institucionalizadas no Ceará a partir de 2007 teve o objetivo de elevar os baixos índices educacionais de alfabetização. O SPAECE-Alfa, por exemplo, foi criado em 2007 pelo governo

do Estado, que priorizou a alfabetização das crianças até os sete anos de idade. A prova era aplicada com os alunos do 2º ano do Ensino Fundamental da rede pública de ensino, onde foi possível criar um indicador de qualidade sobre a habilidade de leitura de cada aluno avaliado, bem como possibilitar aos gestores criarem políticas de incentivo e transferência de recursos financeiros para os municípios e suas escolas. (BROOKE; CUNHA, 2011).

Segundo Burgos, Santos e Ferreira (2012), em 2007 o Estado assumiu a responsabilidade de cooperar com os municípios através de apoio técnico e financeiro para possibilitar a garantia da alfabetização em leitura e escrita dos alunos até o final do 2º ano do ensino fundamental.

> A rede estadual do Ceará praticamente não matrícula alunos nas séries iniciais, o que não o desobriga da responsabilidade ou da corresponsabilidade com relação a essa questão, já que a secretaria considera ser esse o caminho para colocar a educação do estado em outra rota e, portanto, ter resultados melhores, progressivamente, na educação básica como um todo. (BURGOS; SANTOS; FERREIRA, 2012, p.37).

No protocolo de intenções assinado em maio de 2007 entre os municípios e o governo do estado, coube à SEDUC prestar assessoria técnica nos municípios e avaliar os resultados das capacidades de leitura dos alunos no 2º ano do Ensino Fundamental por meio do SPAECE-Alfa. Assim, a priorização da alfabetização foi estimulada nos municípios através do repasse do ICMS, onde a Lei Estadual nº 12.612/1996 (CEARÁ, 1996) estabeleceu que o Estado deverá distribuir 25% (cota parte) de toda a arrecadação com ICMS para os 184 municípios. A referida lei definia que 25% da cota parte do ICMS seriam divididos da seguinte maneira: 12,5% eram relativos a proporção dos gastos em educação sobre a receita municipal; 7,5% eram distribuídos a todos os municípios e 5% eram distribuídos proporcionalmente, de acordo com a população de cada município.

Essa lei foi alterada pela Lei Estadual nº 14.023/2007 (CEARÁ, 2007) e condicionou parte do repasse do imposto a indicadores da educação, saúde e meio ambiente. Os três índices criados para avaliar as condições e avanços de cada uma das áreas foram: Índice de Qualidade da Educação (IQE), Índice de Qualidade da Saúde (IQS) e o Índice de Qualidade do Meio Ambiente (IQM). Ficando dividido 18% em função dos resultados da educação, 5% em relação aos resultados da saúde e 2% em função dos resultados no meio ambiente. Esse novo modelo favorece a gestão por resultados, onde ganha mais quem tiver o melhor desempenho.

Com o objetivo de garantir bons resultados na educação, onde está a maior parte do repasse, o governo do estado, cria em 2009 o Prêmio Escola Nota Dez, como já citado anteriormente. Esse prêmio tem características muito próximas à Política Educacional Escola

do Novo Milênio de 2001 com metas únicas para todas as escolas e, dentre outros aspectos, tem a escola como foco principal em suas ações. O Prêmio Escola Nota Dez representa uma nova fase de bonificação e responsabilização educacional no Estado e tem por objetivo fortalecer, valorizar e ampliar o trabalho já empreendido pelos municípios e as escolas em relação a alfabetização.

Após essa análise sobre a política de bonificação no estado do Ceará emerge uma compreensão aprofundada dos elementos cruciais que agora servirão como alicerces para as discussões subsequentes sobre a avaliação do Prêmio Escola Nota Dez em um dado contexto. Esta política de bonificação, objeto central desta pesquisa, está inserido na esfera da política de bonificação. Com essa base estabelecida, torna-se possível abordar os tópicos essenciais que nortearão a avaliação do PENDez, seu impacto e eficácia, contribuindo assim para a análise crítica e aprimoramento contínuo das políticas educacionais em âmbito mais amplo.

3.7 O PENDez como política de bonificação e indução a cooperação: análise do conteúdo e trajetória institucional

O objetivo desta seção é, a partir de pesquisas já publicadas a respeito da temática, analisar o conteúdo da política do PENDez, tendo como base seus objetivos, bases conceituais e trajetória sendo investigada por meio da análise de materiais institucionais relacionados à sua implementação. A discussão incorpora, igualmente, a essência central que orienta essa política, considerada como sua semântica direta e específica: a bonificação. Além disso, destaca-se a abordagem crítica ao conteúdo, fundamentada na compreensão dos sujeitos envolvidos na pesquisa, enriquecendo assim a análise por meio de perspectivas diversas e aprofundadas.

Inicialmente, para falarmos do conteúdo da política do PENDez, tem-se primeiramente que falar sobre o PAIC que é o programa em que o PENDez está inserido, para assim compreender o conteúdo da política em estudo.

Em maio de 2007, o Programa de Alfabetização na Idade Certa (PAIC) foi oficialmente lançado como política pública educacional no estado do Ceará, com o propósito de eliminar o analfabetismo. O então Ministro da Educação, Fernando Haddad, prestigiou o evento de lançamento do PAIC, marcado pela adesão dos prefeitos ao programa por meio de um Protocolo de Intenções. Esse protocolo, celebrado entre o governador, a secretaria de educação do estado e os prefeitos dos 184 municípios, reflete as características de uma política pautada no regime de colaboração, um princípio estabelecido na Constituição Federal (CF) de 1988 (BRASIL, 1988). Essa adesão conjunta evidencia o compromisso compartilhado e a

cooperação entre o governo estadual e os municípios na busca pela erradicação do analfabetismo, consolidando o PAIC como uma iniciativa alinhada aos princípios previstos na CF, de 1988 (BRASIL, 1988). Portanto, o Programa de Alfabetização na Idade Certa (PAIC) representa uma iniciativa de política pública promovida pelo Governo do Ceará, sob coordenação da Secretaria de Educação (SEDUC), com o respaldo do Governo Federal e a colaboração de parceiros governamentais e não governamentais. Desenvolvido em um regime de colaboração efetivo entre o estado e os municípios, o PAIC desempenha um papel crucial no apoio às administrações municipais para a concepção e execução de políticas educacionais direcionadas à garantia do direito à aprendizagem, com ênfase prioritária na alfabetização das crianças. Esta abordagem reforça o compromisso conjunto de diferentes esferas governamentais e setores da sociedade na promoção da educação de qualidade, contribuindo para a construção de uma base sólida de conhecimento desde as fases iniciais da formação escolar. (CEARÁ, 2012).

Dentre seus objetivos, destaca-se a priorização da alfabetização de crianças como uma das metas centrais do Programa de Alfabetização na Idade Certa (PAIC). Além disso, o PAIC visa à implementação de sistemas municipais de avaliação de aprendizagem, buscando avaliar e monitorar o progresso educacional das crianças de maneira abrangente. O programa também almeja fomentar o comprometimento dos professores alfabetizadores com o processo de aprendizagem das crianças, incentivando práticas pedagógicas eficazes e promovendo o aprimoramento contínuo do desempenho docente. Além disso, o PAIC engaja-se em políticas de estímulo à leitura e à escrita, reconhecendo a importância dessas habilidades fundamentais para o desenvolvimento educacional e cognitivo das crianças, visando construir uma base sólida para a formação acadêmica ao longo de sua trajetória escolar. (CEARÁ,2012).

O movimento em torno de um desafio compartilhado por todos os municípios, a saber, o analfabetismo infantil, desempenhou um papel fundamental no processo de adesão ao Programa de Alfabetização na Idade Certa (PAIC). O programa ofereceu suporte e colaboração para resolver uma questão que afetava todas as localidades, conquistando, assim, uma adesão integral. O PAIC adota uma abordagem que mescla elementos de centralização e descentralização, assegurando autonomia aos entes envolvidos, conceito que Machado (2014) denomina de "administração orquestrada". Sob esse modelo de coordenação, conhecido como "descentralização orquestrada", o Governo do estado reconhece que algumas decisões devem ser tomadas centralmente, embora com a participação dos municípios por meio de seus representantes no Comitê de Articulação, enquanto outras decisões são deixadas para a esfera de autonomia dos próprios municípios, no exercício de sua discricionariedade. Essa abordagem

equilibrada visa otimizar a eficiência na resolução do problema do analfabetismo, promovendo a colaboração e a sinergia entre os diversos atores envolvidos.

No âmbito das responsabilidades, à Secretaria de Educação do Ceará (SEDUC) incumbiu a tarefa de oferecer assessoria técnica nos diversos eixos do Programa de Alfabetização na Idade Certa (PAIC), adaptando suas ações à realidade e à diversidade existente entre os municípios participantes. Além disso, cabia à SEDUC a avaliação dos resultados provenientes das avaliações realizadas no 2º ano do ensino fundamental. Por sua vez, aos municípios coube a responsabilidade de prover o suporte logístico necessário e os materiais requeridos para a execução das atividades do Programa. Adicionalmente, os municípios foram encarregados de disponibilizar equipes técnicas locais, contribuindo assim para a implementação efetiva das propostas do PAIC em seus respectivos contextos educacionais. Essa distribuição de responsabilidades reflete a dinâmica de colaboração entre o órgão central e as instâncias municipais, promovendo uma abordagem conjunta na busca pelo alcance dos objetivos do programa (CEARÁ,2012).

Com o intuito de evitar interrupções no Programa nos municípios, decorrentes da mudança de gestão dos prefeitos, foram estabelecidas diretrizes que servem como referência para a definição de metas pelas Secretarias Municipais de Educação (SMEs) durante a implementação de políticas voltadas para a alfabetização das crianças. Esse conjunto de orientações foi concebido visando proporcionar uma continuidade eficaz às ações do PAIC, independentemente das mudanças administrativas locais. Após um processo abrangente de sensibilização, divulgação e efetiva implementação do PAIC, os gestores municipais no Ceará passaram a compreender que o êxito na aprendizagem está intrinsecamente vinculado à alfabetização das crianças, refletindo diretamente na qualidade geral da educação. Esses princípios tornaram-se fundamentais para orientar as ações desenvolvidas nos municípios e nas escolas, fortalecendo a percepção de que a alfabetização constitui um alicerce essencial para o progresso educacional e o aprimoramento do sistema de ensino.

Em conformidade com as orientações fornecidas pela Secretaria de Educação do Ceará (SEDUC), cada município elabora um Planejamento de Trabalho Anual, abrangendo ações em cada um dos eixos do Programa de Alfabetização na Idade Certa (PAIC), incluindo metas específicas e metodologias para atingi-las. Esse processo, delineado a partir das diretrizes estabelecidas, permite uma adaptação eficiente do programa às necessidades particulares de cada localidade. A SEDUC desempenha um papel ativo no acompanhamento do cumprimento das metas estabelecidas, supervisionando o processo por meio dos Centros Regionais de Educação e em colaboração direta com os municípios, através dos gerentes municipais. Essa

abordagem orientada para resultados busca garantir a efetividade do PAIC em cada município, promovendo uma implementação consistente e alinhada aos objetivos do programa educacional.

As transformações no sistema educacional do estado do Ceará, principalmente, do Programa de Alfabetização na Idade Certa (PAIC) com um sistema de avaliação e monitoramento, oferecem uma estrutura que permite monitorar e implementar novas ações nas políticas públicas de educação no estado. Essa abordagem contínua de avaliação proporciona um mecanismo dinâmico para ajustar e reorientar as iniciativas, à medida que os resultados são obtidos ou não. A flexibilidade para reavaliar metas e realizar ajustes é fundamental para a eficácia das políticas educacionais, visto que o plano inicial pode ser adaptado às necessidades emergentes, representando não uma perda, mas uma capacidade de resposta às demandas e desafios que surgem ao longo do processo. Essa capacidade de adaptação demonstra um comprometimento contínuo com a melhoria da qualidade da educação no estado do Ceará.

Após o lançamento do Programa de Alfabetização na Idade Certa (PAIC) como política pública em 2007, o programa passou por processos de aprimoramento para garantir o cumprimento da meta de alfabetizar todas as crianças até os oito anos de idade. Uma das mudanças notáveis foi a implementação do Prêmio Escola Nota Dez em 2009, estabelecido pela Lei Nº 14.371, de 19 de junho de 2009 (CEARÁ, 2009). Essa iniciativa foi concebida com o propósito de fortalecer o regime de colaboração, integrando elementos como a provisão de recursos, apoio direto às escolas e cobranças, conforme destacado por Abrúcio (2016) ao mencionar a "competição administrativa". Essas reformulações evidenciam o compromisso contínuo em ajustar e aprimorar as estratégias do PAIC, visando alcançar padrões mais elevados de desempenho educacional e promovendo uma gestão mais eficaz do sistema de ensino no estado do Ceará. (CALDERON, RAQUEL E CABRAL, 2014, p.20), em suas conclusões, os autores destacam a parceria entre Escolas Premiadas (EP) e as Escolas Apoiadas (EA) como uma “experiência que pode ser replicada e adaptada a outras realidades educacionais”.

A essência do Prêmio Escola Nota Dez reside na proposta de que uma escola que apresenta excelentes resultados na avaliação externa do SPAECE forneça apoio técnico e pedagógico a outra escola que enfrenta desafios e apresenta resultados menos satisfatórios, conforme abordaremos mais detalhadamente posteriormente. Essa abordagem reflete um compromisso com a colaboração horizontal entre as instituições educacionais, onde a expertise e os métodos bem-sucedidos de uma escola podem ser compartilhados para impulsionar o desempenho de outras, promovendo uma cultura de cooperação e melhoria contínua no sistema educacional.

Buscou-se no campo, saber sobre o conhecimento que os sujeitos tinham sobre o PENDez e seus efeitos no trabalho docente. Entre as respostas, obteve-se:

> Realmente, é um estímulo significativo. A ideia de buscar inspiração em escolas premiadas, apesar de ser admirável, nem sempre está de acordo com a nossa realidade. Sabemos que Sobral é um caso de sucesso notório, porém, em Maracanaú, a realidade da escola é totalmente diferente, as dificuldades são bem mais substanciais. Porém quando há um estímulo financeiro para o professor e para a escola, o trabalho é feito com mais entusiasmo e dedicação e um professor estimulado faz toda diferença no processo de ensino e aprendizagem. (P1, 2023).

> Não creio que isso seja um estímulo, visto que, antes de termos conhecimento do apoio financeiro, mesmo assim, os professores, funcionários e a direção da escola já mantêm um compromisso de buscar sempre um ensino de qualidade. Agora os recursos influenciam na aquisição de materiais, melhorar a infraestrutura, o que pode sim impactar no ambiente de aprendizagem. Mas, independentemente da existência desse apoio financeiro para o professor ou não, a escola tem se empenhado constantemente em alcançar suas metas educacionais. (P2, 2023).

> É notável que o impacto mais significativo não se limita apenas ao prêmio em si, mas a transformação que ele gerou. A mudança de atitude que deu origem a ações que anteriormente não aconteciam, como a parceria entre os professores e coordenadores, o suporte logístico e de material, incluindo a disponibilidade de máquinas de xerox. Sem dúvidas a injeção de recursos financeiros aprimorou o ambiente escolar, refletindo diretamente na qualidade do processo ensino-aprendizagem. Um exemplo concreto desse impacto positivo é a instalação de sistemas de climatização nas salas de aula, que trouxe mais conforto e concentração para os alunos, especialmente nas tardes quentes. O investimento em tecnologia, como a máquina de xerox, acelerou o processo eliminando a necessidade de copiar longos textos no quadro, otimizando o tempo. (P1, 2023).

> Depende do profissional, se ele é sincero no que faz ou não, se é dedicado ao trabalho, isso independe de dinheiro. Os resultados não são facilmente influenciados por questões financeiras. Na verdade, o que a gente quer é sempre atingir as metas, nos deixa triste receber um resultado e vê que nossos índices baixaram. Mesmo sem receber nada isso é questão de honra pra gente. E quando a gente sabe que a escola está sendo apadrinhada, aí é que aumenta a responsabilidade, porque a gente sabe que se não fizermos um bom trabalho vai prejudicar a escola premiada que fez um bom trabalho. (P1, 2023).

> Pra mim a maior recompensa não é a bonificação e sim saber que meus alunos aprenderam durante o ano, isso é o que me deixa feliz. Mesmo sem existir bonificação, nunca deixamos de realizar nosso trabalho com dedicação. Mas não vou dizer que o dinheiro não é bom, mas é um dinheiro sofrido, muitas cobranças em cima da gente, as vezes é por tão pouco que não atingimos a meta, mas eu sei que a culpa não é minha, tem todo um contexto envolvido. (P2, 2023).

Percebe-se pelo exposto, uma divergência nas concepções, deixando clara, em alguns sujeitos a ideia de que o prêmio contribui com o trabalho docente, mas não pode ser o único meio de incentivo, pois a melhoria nos resultados educacionais vai além do financeiro, depende muito do profissional que exerce essa função.

Sobre seu conteúdo e trajetória institucional, buscaram-se ainda informações nas leis e decretos que sustentam a política do Prêmio Escola Nota Dez os quais além dessas

informações gerais de conceitos e objetivos, traz um conjunto de informações mais específicas sobre o Prêmio.

Algumas informações apresentadas em SEDUC (2012), tornam-se relevantes para compreensão dessa política, por exemplo:

Em junho de 2009, com o objetivo de fortalecer, valorizar e ampliar o trabalho que vinha sendo empreendido pelas escolas em relação à alfabetização, o Governo do Estado do Ceará, através da SEDUC, instituiu o "Prêmio Escola Nota Dez", por meio da Lei 14.371, de 19 de junho de 2009 (CEARÁ, 2009). O Prêmio era destinado a 150 (cento e cinquenta) escolas públicas que apresentarem Índice de Desempenho Escolar – Alfabetização/IDE-Alfa entre 8,5 e 10. Também prevê a contribuição financeira e apoio técnico pedagógico das escolas Premiadas para até 150 escolas com menores IDE-Alfa, calculado utilizando como referência o resultado do SPAECE-Alfa. Segundo a SEDUC (2012) o prêmio é financiado pelo Fundo Estadual de Combate a Pobreza (FECOP) e administrado pela SEDUC. Assim, podemos verificar que inicialmente o prêmio foi destinado as escolas que oferecessem o 2º ano do Ensino Fundamental, ou seja, escolas que conseguissem atingir a meta em níveis de alfabetização e prestar apoio as escolas com os menores rendimentos em alfabetização.

Em 2011, o governo do Estado, através da SEDUC, expandiu as ações do PAIC até o 5º ano do Ensino Fundamental, buscando melhorar a aprendizagem dos estudantes desta etapa inicial. O PAIC passa a ser denominado Programa de Aprendizagem na Idade Certa (PAIC + 5). A Lei 14.371 (CEARÁ, 2009) foi revogada e aprovada a Lei Nº 15.052 de 06 de dezembro de 2011 (CEARÁ, 2011a) regulamentada pelo Decreto Nº 30.797, de 29 de dezembro de 2011 (CEARÁ, 2011) que disciplinava o Prêmio Escola Nota Dez. Esta legislação determinava que a cada ano seriam premiadas até 150 escolas públicas do segundo ano e até 150 escolas públicas do quinto ano do Ensino Fundamental. Também eram beneficiadas as escolas públicas em igual número das premiadas que obtiverem menores resultados nas avaliações do SPAECE do segundo e quinto anos. (CEARÁ, 2012).

Mas os avanços do PAIC não param por ai, em 2015 o programa passa a atender também os anos finais do Ensino Fundamental, sendo ampliado até o 9º ano, e com isso, o prêmio também não fica para trás e passa a bonificar as escolas com 9º com melhores resultados e prestar apoio as escolas com 9º ano com os menores índices educacionais, portanto em dezembro de 2015 a legislação anterior foi revogada e aprovada a Lei estadual 15.923 de 15 de dezembro de 2015 , que prevê premiação para as escolas públicas de 2º, 5º e 9º anos do Ensino Fundamental com os melhores resultados na avaliação do SPAECE , bem como apoio financeiro às escolas de 5º e 9º ano com os menores resultados nesta avaliação. (CEARÁ, 2015).

De acordo com o artigo 5º da Lei Nº 15.923/2015, de 15 de dezembro de 2015 (CEARÁ, 2015a), para que sejam premiadas, conforme Lei Nº 15.052/2011 de 06 de dezembro de 2011 (CEARÁ, 2011a) serão premiadas a cada ano até 150 escolas que atendam às seguintes condições:

> I – ter no momento da avaliação de alfabetização do Sistema Permanente de Avaliação da Educação Básica do Ceará - SPAECE pelo menos 20 (vinte) alunos matriculados no 2º ano do Ensino Fundamental regular;
> II – ter obtido média de Índice de Desempenho Escolar- Alfabetização (IDE-Alfa) situada no intervalo entre 8,5 (oito e meio) e 10,0 (dez), inclusive; e
> III – ter no mínimo 90% (noventa por cento) de alunos matriculados no 2º ano do Ensino Fundamental avaliados pelo Sistema Permanente de Avaliação da Educação Básica do Ceará – SPAECE. (CEARÁ, 2011a, p.7).

Ao se tratar da premiação das escolas com bom desempenho no 5º ano do Ensino Fundamental, de acordo com o artigo 3º, da Lei Nº 15.052, de 06 de dezembro de 2011(CEARÁ, 2011a), serão premiadas até 150 escolas entre as que atendam às seguintes condições:

> I – Ter, no momento da avaliação do Sistema Permanente de Avaliação da Educação Básica do Ceará-SPAECE, pelo menos 20 (vinte) alunos matriculados no 5º ano do Ensino Fundamental regular;
> II – Ter obtido média de Índice de Desempenho Escolar- 5º ano (IDE-5) entre 7,5 (sete e meio) e 10,0 (dez); e
> III – Ter no mínimo 90% (noventa por cento) de alunos avaliados pelo Sistema Permanente de Avaliação da Educação Básica do Ceará-SPAECE no 5º ano. (CEARÁ, 2011a, p. 12).

O Prêmio é entregue em duas parcelas, sendo a primeira parcela correspondente a 75%do valor total e a segunda parcela correspondente a 25% (CEARÁ, 2015a). O recebimento da segunda parcela será mediante alguns critérios:

> I – A comprovação da execução da ação de cooperação técnica pedagógica entre a escola premiada e a apoiada com exceção das escolas premiadas com base nos resultados do 2º ano;
> II – A manutenção ou elevação dos bons resultados, obtidos pelas escolas premiadas, na melhoria da aprendizagem dos alunos, comprovados através do IDE- Alfa, IDE-5 e IDE-9, ao final do segundo ano de execução do Plano de Aplicação deRecursos da 1a parcela; e
> III – A melhoria dos resultados da escola de 5o e 9o ano apoiada, que deverá obter, no ano de 2017, nota mínima de 5,0 no IDE-5 e 5,0 no IDE-9. §1o. A comprovação da execução da ação de cooperação técnico-pedagógica será atestada pela Coordenadoria Regional de Desenvolvimento da Educação –CREDE, responsável pela região onde se encontrarem as escolas participantes. (CEARÁ, 2015a).

De acordo com as regras do Prêmio Escola Nota Dez, as escolas que tiveram menor desempenho escolar – 150 escolas com menor IDE-Alfa (2º ano) e 150 escolas com menor IDE-5 (5º ano), no resultado do SPAECE, denominadas Escolas Apoiadas, receberão apoio financeiro e pedagógico para elevar a qualidade de suas ações educacionais (CEARÁ, 2015a).

O valor da contribuição financeira é calculado considerando o índice per capita por aluno de R$ 1.000,00 (hum mil reais), correspondente à multiplicação do número de alunos do 5º e/ou dos 9º anos do Ensino Fundamental avaliados pelo SPAECE, de acordo com o artigo 6º, da Lei Nº 15.923, 15 de dezembro de 2015 (CEARÁ, 2015a). O resultado do SPAECE é divulgado no ano seguinte à realização da avaliação externa, que ocorre no início de dezembro e a divulgação em meados de maio.

Concluímos este eixo reiterando que desde sua implementação a legislação do Prêmio Escola Nota Dez passou por ajustes, a medida em que o PAIC foi alterando suas ações, ou seja, passando a dar apoio não só a alfabetização como também os anos iniciais e anos finais do ensino fundamental, o prêmio também passou a contemplar o 5º e 9º, séries que fecham cada ciclo (anos iniciais e anos finais). Ressaltamos também que a última alteração da lei, foi somente para acrescentar o 9º ano, as regras de apoio e premiação permaneceram as mesmas da Lei anterior. Assim, podemos perceber que a Política do Prêmio Escola Nota Dez foi implementado no contexto em que a alfabetização se tornou prioridade para estado e municípios, trazendo não só apoio financeiro como também técnico e pedagógico as escolas.

4 PROCESSO DE ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS DADOS DA PESQUISA

Esse capítulo aborda os pontos principais: (1) a compreensão do cenário educacional em Maracanaú de 2017 a 2019; (2) ouvir os atores envolvidos no processo educacional sobre o impacto do PENdez. Esses pontos correspondem ao objetivo geral dessa pesquisa que foi avaliar os resultados obtidos do Prêmio Escola Nota Dez no regime de colaboração – administrativo, pedagógico e financeiro – considerando uma escola apoiada no 5º ano do Ensino Fundamental localizada no município de Maracanaú no período de 2017 a 2019. Para isso, nós nos embasamos na questão norteadora para a construção dos objetivos específicos desta pesquisa: quais os efeitos educacionais do Prêmio Escola Nota Dez no contexto de colaboração- administrativo, pedagógico e financeiro- no período de 2017 a 2019 em uma escola do município de Maracanaú?

Tomando como alicerces a questão supracitada, nesse capítulo apresentamos as categorias de análise que emergiram na construção dos dados, bem como retomamos o embasamento teórico para fundamentar as discussões do presente capítulo. Ressaltamos que essas categorias se articulam com as ideias significativas que formam nossa base teórica: as políticas públicas educacionais; o percurso histórico do MAISPAIC; a trajetória, conceitos da avaliação em larga escala; e uma visão geral do PENdez.

Tendo em vista a perspectiva de avaliação em profundidade da nossa pesquisa, os dados obtidos foram analisados com base em alguns aspectos da Análise de Conteúdo proposta por Bardin (2011) e Franco (2012), sem, contudo, restringir-nos a uma única técnica de análise dos dados e sem perdermos o rigor da pesquisa. Em nossa pesquisa, empregamos mecanismos elaborados por nós, usando a criatividade e a experiência de observadores, a fim de responder as indagações propostas na pesquisa. A proposta dos autores desempenhou um papel crucial ao orientar nossa análise das falas dos participantes envolvidos em nossa pesquisa. De acordo com Bardin (2011, p. 47), a Análise de Conteúdo:

> É um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando a obter, por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) destas mensagens.

Seguindo a perspectiva do autor, a Análise de Conteúdo representa um conjunto de técnicas voltadas para a análise de mensagens ou indicadores, visando superar as incertezas inerentes e aprimorar a interpretação dos dados coletados. Essa abordagem busca não apenas

decodificar as informações de maneira direta, mas também enriquecer a compreensão, proporcionando uma leitura mais profunda e significativa das nuances presentes nos dados. Segundo Bardin (2011) e Franco (2012) as etapas da técnica são organizadas em três fases a saber: pró-análise, exploração do material e tratamento dos resultados. Na pró-análise, selecionamos o material que seria analisado, fizemos uma leitura flutuante, que consistiu no primeiro contato com os documentos oficiais como Leis, decretos, manuais de orientação do Prêmio Escola Nota Dez e textos que tratavam sobre o assunto.

Na segunda fase foi o momento de explorar todo material, fizemos os recortes dos textos e convertemos em unidades de registros, classificação e agregação das informações em categorias simbólicas ou temáticas.

Na terceira e última fase ocorreu o tratamento dos resultados da nossa pesquisa por meio da inferência e interpretação. Nesta fase, empenhamo-nos na apreensão dos conteúdos tanto explícitos quanto implícitos presentes em todo o conjunto de materiais coletados, abrangendo documentos diversos, dados educacionais provenientes da escola objeto da pesquisa, bem como as informações obtidas por meio das entrevistas realizadas. Essa abordagem permitiu uma análise abrangente e aprofundada, considerando não apenas o que está manifesto, mas também as nuances subjacentes que contribuíram para uma compreensão mais completam do contexto estudado.

Em resumo, o método empregado possibilitou a análise do material coletado, baseando-se nas expressões dos participantes registradas durante as entrevistas e nas anotações detalhadas feitas pela pesquisadora. A fundamentação teórica orientou-nos na fase empírica, que consistiu na condução efetiva da pesquisa e na geração de dados por meio das entrevistas. Por último, as categorias de análise construídas ofereceram-nos um arcabouço que viabilizou uma compreensão aprofundada das relações investigadas

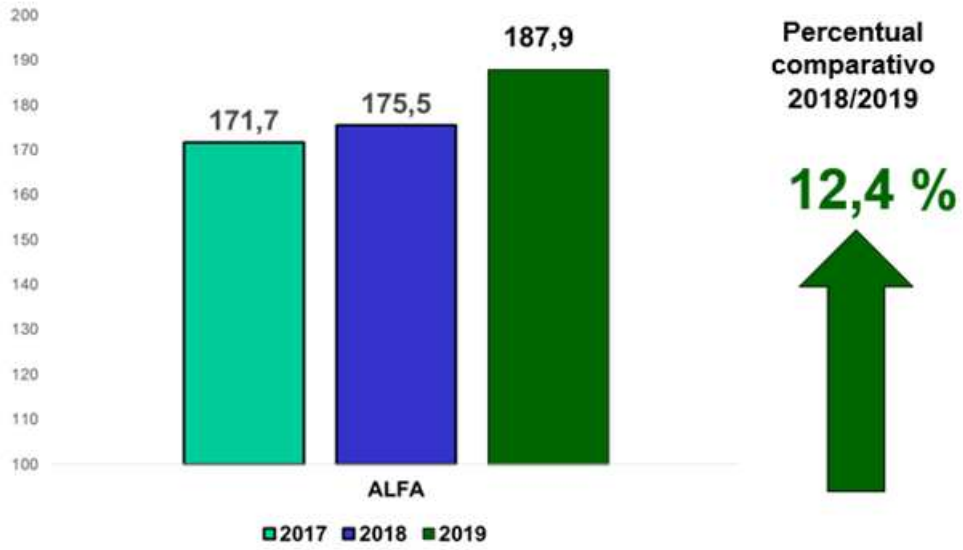
Conforme evidenciado, o foco desta dissertação encontrou-se profundamente enraizado em um contexto histórico, tornando-se uma fonte preciosa de informações passíveis de análise. A abordagem adotada na análise dos dados oriundos das entrevistas exigiu que o intérprete, no caso da pesquisadora, esteja aberto para compreender aquilo que o texto busca comunicar. Isso implica em acolher as mensagens contidas tanto na linguagem informal quanto na linguagem literária presente nos diálogos, sem, no entanto, perder de vista a sua própria perspectiva, enquanto estabelece uma relação dialógica com o conteúdo que o texto, ou seja, a linguagem, busca transmitir.

4.1 Cenário Educacional em Maracanaú

É mister compreender o cenário dos indicadores educacionais de Maracanaú, cidade na qual realizamos nossa pesquisa, para isso, fizemos um levantamento dos resultados do município no período de 2017 a 2019. Segundo dados do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), o município, em 2017, atingiu o IDEB de 5.8. Já em 2019 IDEB foi de 6.0. Com relação ao SPAECE, avaliação que acontece anualmente com o intuito de medir a proficiência de todos os estudantes do 2º, 5º e 9º ano, conforme já exposto anteriormente, buscamos dados junto a Secretaria de Educação do Município, focamos no SPAECE-ALFA e no 5º ano do Ensino Fundamental, nos anos de 2017 a 2019, já que esse é o período que pesquisamos.

Observamos que no SAPECE ALFA, em 2017, a proficiência média do município era de 171,7, em 2018 passou para 175,5 e 2019 teve um crescimento percentual de 12,4% passando para 187,9 de 2018 a 2019, conforme gráfico abaixo:

Gráfico 1 – Proficiência SPACE ALFA 2º ano - 2019



Fonte: Elaboração própria com base nos dados da SEDUC (2019).

Vale ressaltar que a proficiência é dividida em padrões de desempenho, que são categorias que retratam o nível de aprendizagem do aluno, a partir da avaliação aplicada. Na alfabetização, o perfil das crianças pode estar nos níveis: desejável, suficiente, intermediário, alfabetização incompleta e não alfabetizado. Já no 5º ano, o perfil dos alunos pode estar nos níveis: adequado, intermediário, crítico e muito crítico (SEDUC, 2012). Apresentamos a seguir, uma tabela com um resumo da proficiência média dos estudantes da rede pública de Maracanaú,

no SPAECE ALFA com a quantidade de alunos avaliados em cada ano (2017,2018 e 2019), bem como o percentual de alunos por padrão de desempenho.

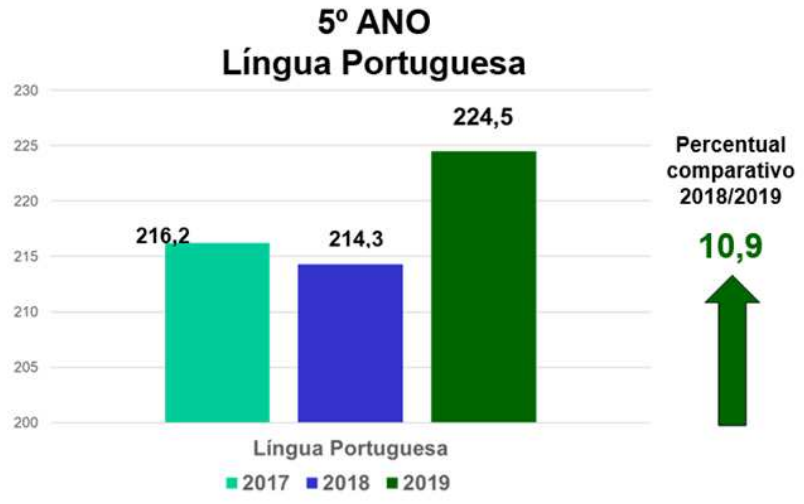
Tabela 1 – SPAECE – ALFA 2017/2028/2019

Ano de realização da avaliação	Nº de alunos matric.	Nº de alunos avaliados	Profic. média	% de alunos por padrão de desempenho				
				NF[1]	AI[2]	INT[3]	SUF[4]	DESJ[5]
2017	2.629	2.732	171,7	1,0	5,8	11,4	15,0	66,8
2018	2.458	2.547	175,5	0,8	3,7	9,0	15,7	70,8
2019	**2.115**	**2.185**	**187,9**	**0,7** **15** **alunos**	**2,5** **54** **alunos**	**7,2** **157** **alunos**	**11,9** **259** **alunos**	**77,8** **1.700** **alunos**

Fonte: Elaboração própria com base nos dados da SEDUC (2019).

Já no 5º ano do Ensino Fundamental, em Língua Portuguesa o município de 2017 para 2018 teve uma queda em seus resultados, de 216,2 a proficiência média caiu para 214,3 mas em 2019 teve um aumento considerável, chegando a 224,5, conforme podemos verificar no gráfico a seguir:

Gráfico 2 – Resultados SPAECE 2017/2018/2019 – 5º ano



Fonte: Elaboração própria com base nos dados da SEDUC (2019).

[1] Não alfabetizado.
[2] Alfabetizado Incompleto.
[3] Intermediário.
[4] Suficiente.
[5] Desejado.

Tabela 2 - Padrão de Desempenho – Língua Portuguesa -SPAECE 5º ano – 2017/2018/2019

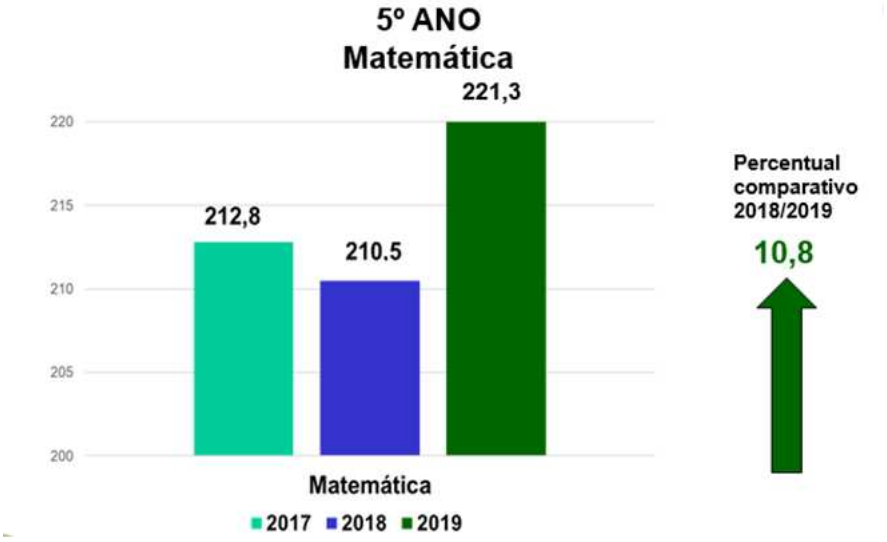
Ano de realização da avaliação	Nº de alunos matric.	Nº de alunos avaliados	Profici. média	% de alunos por padrão de desempenho			
				MC[6]	CRIT[7]	INT	ADEQ[8]
2017	3.875	3.933	216,2	2,2	18,6	36,1	43,1
2018	3.001	3.085	214,3	2,3	21,2	34,6	41,9
2019	**2.701**	**2.794**	**224,5**	**2,1 58 alunos**	**16,1 451 alunos**	**30,1 842 alunos**	**51,6 1.443 alunos**

Fonte: Elaboração própria com base nos dados da SEDUC (2019).

Na tabela acima, temos a proficiência média em Língua Portuguesa de 2017 a 2019, com o percentual de alunos por padrão de desempenho em cada ano avaliado.

Com relação a matemática, no 5º ano do Ensino Fundamental, a proficiência média dos estudantes em 2017 foi de 212.8, assim como em Língua Portuguesa, teve um decréscimo em 2018 para 210.5 e em 2019 teve um crescimento de 10.8 percentual chegando a 221.3 como podemos verificar no gráfico abaixo:

Gráfico 3 – Resultados SPAECE 2017/2018/2019 – 5º ano



Fonte: Elaboração própria com base nos dados da SEDUC (2019).

[6] Muito Crítico.
[7] Crítico.
[8] Adequado.

A tabela abaixo traz um resumo da proficiência em Matemática:

Tabela 3 - Padrão de Desempenho – SPAECE 5º ano – 2017/2018/2019

Ano de realização da avaliação	Nº de alunos matric.	Nº de alunos avaliados	Profici. média	% de alunos por padrão de desempenho			
				MC	CRIT	INT	ADEQ
2017	3.875	3.933	212,8	9,2	31,4	37,4	22,1
2018	3.001	3.085	210,5	10,1	34,6	33,1	22,2
2019	**2.701**	**2.794**	**221,3**	**6,0 167 alunos**	**28,7 802 alunos**	**37,3 1.042 alunos**	**28,0 783 alunos**

Fonte: Elaboração própria com base nos dados da SEDUC (2019).

4.1.1 Caracterização da escola apoiada de Maracanaú

Para compreendermos a trajetória do PENDez dentro desse contexto escolar, torna-se essencial iniciar localizando a instituição no município bem como suas características e a percepção sobre si mesma.

A pesquisa de campo realizou-se na cidade de Maracanaú, município brasileiro do Estado do Ceará que integra a Região Metropolitana de Fortaleza, na Escola Municipal de Educação Infantil e Ensino Fundamental Manoel Rodrigues Pinheiro de Melo situada na Avenida Central Norte, 2000, conjunto Acaracuzinho. A escola participou do Prêmio Escola Nota Dez em 2017 a 2019 na condição de escola apoiada e estabeleceu parceria com a escola Premiada Osmar de Sá Ponte localizada no município de Sobral.

A escola oferece Educação Infantil e Ensino Fundamental I (1º ao 5º ano) e Ensino Fundamental II (6º ao 9º ano). A referida escola tem uma área física distribuída em: salas de aula, laboratório de informática, biblioteca, pátio coberto, sala dos professores, diretoria e secretaria. As dependências e vias são adequadas aos alunos com deficiências ou com mobilidade reduzida.

Segundo dados do Censo Escolar de 2017, a matrícula geral foi de 386 alunos, a maior parte concentrou-se nas séries iniciais, com 234 discentes matriculados; nos anos finais a matrícula era de 113 alunos e 39 alunos na Educação Infantil. Quanto aos indicadores de rendimento escolar, o Censo Escolar de 2017 indicou 2,4% de evasão, 8% de reprovação nos anos iniciais, nos anos finais essa taxa era um pouco maior, 11,1% de reprovação e 4,2% de evasão, demonstrando que os índices de evasão e repetência não eram satisfatórios merecendo

um tratamento especial. Isso se agrava ao consultar os dados de distorção idade-série que apresentou 10,3%, ou seja, a cada 100 crianças 10 estavam em atraso escolar.

A escola, quando selecionada para ser escola apoiada, no ano de 2017, tinha padrão de desempenho intermediário em Língua Portuguesa e Crítico em Matemática no 5º ano do Ensino Fundamental, série na qual foi apoiada, como mostra o quadro a seguir.

Tabela 4 - Resultado de desempenho escolar em Língua Portuguesa (SPAECE 2017 a 2019)

Edição	Código da etapa de escolaridade	Etapa de escolaridade	Indicação do padrão de desempenho	% por padrão de desempenho			
				MC	CRIT	INT	ADEQ
2017	5	5º ano	Intermediário	10	39	41	10
2019	5	5º ano	Crítico	21	43	24	13

Fonte: Elaboração própria com base em Ceará (2019)

Tabela 5 - Resultado de desempenho escolar em Matemática (SPAECE 2017 a 2019)

Edição	Código da etapa de escolaridade	Etapa de escolaridade	Indicação do padrão de desempenho	% por padrão de desempenho %			
				MC	CRIT	INT	ADEQ
2017	5	5º ano	Crítico	34	41	22	3
2019	5	5º ano	Crítico	36	45	17	2

Fonte: Elaboração própria com base em Ceará (2019)

Observamos, que em 2017, a maior concentração dos alunos do 5º ano do ensino fundamental estava no padrão de desempenho intermediário, totalizando 41% dos estudantes. Já o resultado de matemática, podemos verificar que a mesma quantidade, 41% da turma estava no padrão de desempenho crítico. Atualizando os dados de desempenho no SPAECE, a escola de Maracanaú, em 2019, obteve em Língua Portuguesa 21% dos estudantes no padrão de desempenho muito crítico,43% no crítico, 24% no intermediário e somente 13% no adequado, o que nos leva a perceber que de 2017 a 2019, período no qual a escola foi apoiada, ouve um retrocesso na aprendizagem dos estudantes fazendo com que o padrão de desempenho saísse do intermediário para o crítico. Em matemática no ano de 2017, 34% dos estudantes estavam

no muito crítico, 41% no crítico, 22% no intermediário e somente 3% no adequado. Com a atualização dos dados, em 2019, em matemática 36% ficaram no muito crítico, 45% no crítico, 17% no intermediário e apenas 2% no adequado, claramente a situação em matemática foi bem mais grave, onde quase 80% da turma ficaram no padrão de desempenho muito crítico e crítico, é possível verificar com esses dados que não houve avanços nos resultados educacionais neste período analisado, período no qual a escola recebeu apoio técnico pedagógico da escola premiada de Sobral.

Mediante os resultados aferidos pelo SPAECE, nos anos de 2017 a 2019, foi possível identificar que, no período de dois anos em que a escola foi contemplada com o Prêmio Escola Nota Dez na condição de escola apoiada, recebendo cooperação técnica e pedagógica da escola premiada de Sobral, a escola retrocedeu nos resultados educacionais saindo do intermediário para crítico em Língua Portuguesa e apesar de permanecer no crítico em matemática o número de alunos aumentou não somente no crítico como também no muito crítico, isso significa que a maioria dos estudantes não desenvolveram as habilidades necessárias para essa série.

4.2 Apresentação e discussão dos resultados

Como mencionado anteriormente, os dados obtidos foram submetidos à abordagem da Análise de Conteúdo, seguindo o método proposto por Bardin (2011) e Franco (2012). De acordo com Franco (2012, p. 21), a mensagem pode se manifestar de diversas formas, seja verbal (oral ou escrita), gestual, silenciosa, figurativa, documental ou provocada diretamente.

O foco da investigação centrou-se na cooperação técnico-pedagógica, que se manifestou como resultado direto da política educacional do estado do Ceará. Durante o desenvolvimento da pesquisa, os dados foram coletados por meio de encontros presenciais com os participantes, observações in loco meticulosamente registradas e aplicação de entrevistas. Em todas essas etapas, adotamos uma abordagem perspicaz, garantindo que as interpretações fossem conduzidas com o rigor necessário inerente à pesquisa científica.

Empregamos as fases da proposta de Bardin (2011) desde a organização dos documentos objetivos, exploração do material, apreensão dos conteúdos explícitos e implícitos, dados educacionais da escola no período analisado, bem como as informações obtidas por meio das entrevistas realizadas.

Após a leitura criteriosa dos documentos relativos ao Prêmio Escola Nota Dez e entrevistas com os sujeitos da pesquisa, os dados obtidos foram agrupados em três categorias, conforme o procedimento de Análise deConteúdo, de Bardin (2011).

Dessa forma, as categorias elaboradas foram as seguintes:

1. Categoria 1: Concepção de escola de qualidade;
2. Categoria 2: Práticas pedagógicas: planejamento, matriz curricular, avaliação e projetos escolares a luz das ações propostas pelo Prêmio Escola Nota Dez para a escola apoiada.
3. Categoria 3: Assimilação e os impactos do Prêmio Escola Nota Dez;

Na primeira categoria apresentamos o discurso dos sujeitos sobre escola de qualidade, o que eles entendem e enxergam como fatores cruciais para o sucesso do trabalho docente. Na segunda categoria expomos as ações de planejamento, matriz curricular, avaliações e projetos escolares que são desenvolvidos na escola com foco nas orientações do Prêmio Escola Nota Dez e na terceira categoria abordamos os impactos do prêmio escola nota dez no município, na escola pesquisada e nas práticas docentes.

Uma vez com os sujeitos da pesquisa (diretor, professores e técnico da secretaria de educação), mesmo que em seções anteriores já apresentamos algumas discussões do resultado das entrevistas, traremos aqui de forma mais aprofundada a discussão e análise das entrevistas realizadas com os sujeitos supracitados. Trazemos para o debate ações desenvolvidas na instituição no período de 2017 a 2019, conforme proposta desta pesquisa, bem como informações levantadas em todas as etapas da investigação, principalmente na aproximação da análise documental que se faz, na observação das vivências na escola, dos planejamentos e das demais ações em geral.

4.2.1 Perfil do gestor e docentes da escola apoiada de Maracanaú e do Técnico da Secretária de Educação

Os sujeitos que participaram da pesquisa foram: a diretora da escola, duas professoras, uma de língua portuguesa e outra de matemática, que atuam no 5º do ensino fundamental, uma técnica da secretária de educação do município, e por telefone, entrevistamos a diretora da escola premiada de Sobral, totalizando 5 entrevistados.

A diretora da escola apoiada possui graduação em Pedagogia, Licenciatura Plena em Matemática, Especialização em Gestão Educacional e é Mestranda em Avaliação de

Políticas Públicas. Trabalha no campo educacional há 30 anos e está como gestora da escola há 06 anos.

As duas professoras do 5º ano são formadas em Pedagogia e possuem curso de especialização em Psicopedagogia e em Gestão e Coordenação Pedagógica. Ambas estão na escola desde 2015, portanto, estavam lotadas na escola no período em que participaram do Prêmio Escola Nota Dez.

A técnica da Secretaria de Educação é graduada em Pedagogia e pós-graduada em Planejamento Educacional. Trabalha no campo educacional a 38 anos e está a 34 anos na Secretaria de Educação do Município de Maracanaú.

4.3 Análises das entrevistas

Partindo dos resultados obtidos com as entrevistas e observações, iremos analisar, nos tópicos seguintes, os dados obtidos tendo como pressuposto a visão de cada sujeito da nossa pesquisa, para assim chegarmos a uma conclusão a respeito do nosso objeto de estudo.

4.3.1 A visão da diretora (D1)

O item a seguir trata da visão da diretora da escola apoiada de Maracanaú a respeito das atribuições do gestor, da concepção de escola de qualidade, das práticas pedagógicas desenvolvidas e dos efeitos do Prêmio Escola Nota Dez na gestão escolar.

4.3.1.1 CATEGORIA 1- As atribuições do gestor e a concepção de escola de qualidade

Para a diretora da escola apoiada de Maracanaú, suas principais atribuições são "[...] acompanhar de perto o aprendizado dos alunos, a frequência do aluno, dialogar com os pais sobre a frequência e a realização dos deveres escolares. A gestora enfatizou os aspectos pedagógicos da rotina escolar, também atribuiu ao cargo as responsabilidades de gestão financeira e administrativa da escola. Deste discurso, pôde-se inferir que a gestão pedagógica da escola apoiada seja o foco primordial da incumbência do diretor escolar. Agora, é necessário verificar se isso se reflete na prática. Em acréscimo a esse tópico, a gestora mencionou o que ela vê como essencial para desempenhar eficazmente suas funções:

> Contar com professores de apoio na sala de aula para auxiliar os estudantes que enfrentam desafios de aprendizagem, principalmente em matemática, onde se

> encontra os menores resultados. A escola precisa dispor de recursos materiais. [...] também é preciso manter um relacionamento pacífico com os docentes, demonstrando atenção, habilidade de escuta e promovendo um ambiente harmônico. Agir com compreensão, evitando constrangimentos públicos aos professores. (D1, 2023)

Os elementos destacados pela diretora da escola estão associados as dificuldades que ela enfrenta no dia a dia, como a falta de recursos humanos e de materiais para empreenderem ações pedagógicas eficazes. Além disso ela enfatizou a importância de ouvir os professores e os funcionários e de promover uma relação interpessoal respeitosa com seus pares, pois não aprova repreender os educadores ante outras pessoas. Indagada sobre o que é uma escola de qualidade, a diretora afirmou:

> Uma escola que promova a aprendizagem e que essas aprendizagens reverberem em resultados junto aos aferidores externos[...] escola de qualidade se manifesta quando o aprendizado do aluno é eficaz. O professor desempenha seu papel no ensino, e o aluno realiza seu papel na aprendizagem, essa é uma jornada contínua, demandando dedicação constante, pois a qualidade educacional se traduz em um ensino eficaz e na atenção dedicada ao desenvolvimento do aluno[...] (D1, 2023)

A gestora designou que a excelência educacional está interligada ao processo de ensino-aprendizagem dos estudantes, uma vez que o propósito fundamental da instituição escolar é assegurar o aprendizado do aluno e que esses estudantes tenham bons resultados em avaliações externas. A diretora ainda comentou ser difícil atingir esse padrão de qualidade quando a escola se localiza em uma área de risco e sofre influências do contexto social em que o educando está inserido. Esse comentário revelou que a escola que estamos fazendo nossa pesquisa está situada numa área carente do Município de Maracanaú, mesmo com esforço para desempenhar um trabalho de qualidade, enfrenta desafios decorrentes das circunstâncias de vulnerabilidade social que afetam as crianças.

Nessa ótica, tornou-se claro que, para a participante desta pesquisa, a realidade social dos alunos desempenha um papel fundamental na asseguração da qualidade do processo de ensino-aprendizagem. A qualidade da educação transcende a mera avaliação do desempenho acadêmico, pois essa métrica isolada não reflete com precisão a complexidade da realidade escolar. Outros elementos, tais como recursos pedagógicos, condições de trabalho dos professores, formação docente, contexto socioeconômico dos estudantes, entre outros, desempenham igualmente um papel crucial na determinação da qualidade do sistema educacional.

4.3.1.2 CATEGORIA 2- Práticas pedagógicas: planejamento, matriz curricular, avaliação e projetos escolares

Questionada sobre a existência de um trabalho escolar direcionado para as avaliações externas (SPAECE, SAEB), a diretora afirmou positivamente que realiza da seguinte maneira:

> No atual contexto cearense as avaliações externas são de grande importância para todas as escolas. Dentre as diversas ações feitas em prol da aprendizagem dos estudantes destacamos: lotação dos professores de acordo com seus perfis; avaliações diagnósticas no início de cada ano; plano de metas bimestrais a partir dos testes de leitura realizados semanalmente; simulados semanais (agosto a dezembro); alinhamento curricular com base nos descritores com baixo resultado diante dos simulados; intervenções semanais; conversa com as famílias; atualização dos cadastros dos alunos; dia D onde todas as turmas são avaliadas por meio de simulados (esquenta SPAECE e esquenta SAEB). (D1, 2023)

Percebeu-se que os trabalhos desenvolvidos estão voltados para o exercício de atividades e de simulados nos moldes da avaliação externa. Destacam-se no depoimento da diretora as tarefas e simulados aplicados a fim de treinar os alunos para as avaliações externas. Boa parte de suas atividades centram-se na preparação para as avaliações externas, principalmente pela aplicação de simulados.

Nessa perspectiva, notou-se que a escola apoiada de Maracanaú adota abordagens pedagógicas focalizadas em momentos específicos do ciclo de ensino-aprendizagem, direcionadas principalmente para preparar os alunos a enfrentar os desafios das avaliações externas. No entanto, sentimos falta de um plano de ação estruturado destinado a fortalecer as competências de Língua Portuguesa e Matemática dos estudantes.

No tocante ao uso da matriz do SPAECE para direcionar o currículo, a diretora falou que sim por meio de estudo das habilidades as quais são contempladas nos descritores e através dos resultados dos testes e simulados. A respeito do processo de avaliação escolar, a diretora relatou que acontece de forma diagnóstica e processual. Quanto aos projetos desenvolvidos pela escola a diretora citou de forma resumida, que existem:

> Projetos interdisciplinares que envolvem a todos da comunidade escolar, tais como: fest Manoel Rodrigues que trabalha a partir de filmes e livros, onde os estudantes realizam estudos em sala de aula desses clássicos e apresentam de forma artística aos demais estudantes; festa junina que trabalha a cultura do Nordeste e a Expo MR, no qual os estudantes apresentam trabalhos acadêmicos de conteúdos aprendidos em sala. Este ano apresentaremos a Expo de Educação Infantil ao 4º ano, abordaremos livros e conteúdos tratados nos livros da autora Amália Simonte em homenagem a sua contribuição para a educação de nosso Estado. (D1, 2023)

Diante dessa explicação da diretora, verificou-se que a escola empreende projetos próprios da escola nos quais existem intervenções pedagógicas formativas que mobilizam

espaços, tempo e recursos escolares para a promoção da aprendizagem de acordo com a realidade da escola e das necessidades dos estudantes.

4.3.1.3 CATEGORIA 3- O Prêmio Escola Nota Dez: efeitos na gestão escolar

A respeito de ter conhecimento sobre o Prêmio Escola Nota Dez, a diretora afirmou que participa da referida premiação como escola apoiada desde 2017. Disse também que recebe apoio técnico pedagógico de uma escola premiada localizada no município de Sobral através de visitas.

> Na primeira visita deles a nossa escola, eles conheceram a escola, os estudantes, os professores e funcionários da escola. Fizeram diagnósticos com os alunos com o objetivo de identificar os níveis de proficiência dos estudantes e para assim poderem sugerir intervenções pedagógicas. Foi um momento muito rico de diálogo e escutas. . (D1, 2023).

Sobre as visitas realizadas na escola premiada de Sobral, a diretora da escola apoiada explanou que:

> Fomos a Sobral e vivenciamos três dias intensos de como as coisas acontecem certo que existem diferenças que repercutem nos resultados, mas observamos práticas de rotina de sala de aula e de gestão que podem ser aplicados em nosso dia a dia. Vivenciar essa cultura de bons resultados foi muito positivo e incentivou aos nossos professores a compartilharmos juntos desse sentimento de avaliação, por mais que já fizéssemos essa fala e muitas práticas voltadas para a aprendizagem e resultados, a imersão dos professores durante a visita foi contagiante. . (D1, 2023)

> Eles nos receberam muito bem, tanto núcleo gestor quanto professores. As professoras foram a sala de aula para observar as professoras de Sobral, eu fiquei conversando com a diretora e com a coordenadora na sala da gestão. Elas queriam saber como a gente trabalhava e também deu sugestões de como fazer. Chamou minha atenção a quantidade de alunos por sala, no máximo 20 e a professora tinha um apoio em sala pra acompanhar individualmente os alunos com mais dificuldade. (D1, 2023)

A narrativa refletiu uma recepção positiva da gestora e professores em sua escola parceira. Através das observações *in loco*, diretora e professores puderam identificar práticas pedagógicas inovadoras que vêm sendo implementadas com êxito na escola premiada de Sobral. Além disso, o diálogo eficaz com o corpo docente desempenhou um papel fundamental na aquisição de conhecimentos sobre essas experiências bem-sucedidas, permitindo levar novas ideias e informações para a escola apoiada. De acordo com Brooke (2013), esse intercâmbio entre as escolas que alcançaram bons resultados e as que enfrentam dificuldades é uma estratégia legítima, uma vez que as escolas bem-sucedidas podem servir como valiosas fontes de aprendizado para as demais.

No quesito relacionado ao fato de se o Prêmio Escola Nota Dez estimula os professores a desenvolverem um trabalho com mais compromisso e qualidade, a resposta, em síntese, da diretora da escola apoiada de Maracanaú foi:

> Com certeza, há uma maior motivação, há uma dedicação maior por parte dos professores para verem os índices melhorarem. Mas, assim, o professor já tinha interesse em melhorar os resultados da sua turma, o prêmio vem somar com o trabalho que eles já desenvolviam. A escola ficou mais ativa, todos contribuem para melhorar esses resultados, o professor sabendo da existência do prêmio ficou mais motivado. O nosso objetivo é chegar no verde pra que as duas escolas fiquem bem. (D1, 2023)

A gestora enxerga o Prêmio Escola Nota Dez como um estímulo adicional para os educadores desempenharem suas funções, embora faça questão de ressaltar que o interesse, a dedicação e o comprometimento não dependem exclusivamente da premiação, uma vez que o corpo docente já demonstra um sólido compromisso profissional. A diretora destaca que, durante a parceria em 2017-2019, notava-se um aumento na atividade escolar, com os professores mobilizando-se para oferecer o melhor de si a fim de alcançar o cobiçado nível de proficiência "desejável" representado pela cor verde. Esse conceito está alinhado com a visão de Brooke (2013), que sustenta que os bônus representam um reconhecimento justo pelo desempenho exemplar dos professores, gerando motivação substancial para aprimorar a competência docente.

Interrogada sobre o acompanhamento das ações voltadas para o Prêmio Escola Nota Dez, a gestora respondeu resumidamente que "[...] o acompanhamento através de três reuniões com a Secretaria de Educação de Maracanaú, em que a pauta focou nos cuidados que a escola deveria ter para não cair a proficiência dos estudantes, informaram dados referentes ao prêmio, com as datas das visitas e do recebimento dos recursos.

Dessa forma, foi possível observar que o sistema de monitoramento das escolas beneficiadas pelo Prêmio Escola Nota Dez, realizado em parceria com a Secretaria Municipal de Educação de Maracanaú, enfatizou aspectos técnicos e meritocráticos, incluindo a análise detalhada dos dados do prêmio, a locação estratégica dos recursos financeiros recebidos e o comprometimento com a melhoria do Índice de Desempenho Escolar (IDE). Isso demonstra um esforço concentrado na busca pela excelência educacional, alinhando os objetivos do prêmio com práticas que promovem o aprimoramento contínuo nas escolas premiadas.

Questionada se o Prêmio Escola Nota Dez surtia efeito nos processos pedagógicos e, por conseguinte, no aprendizado do aluno, a diretora assim respondeu:

> Compra de materiais pedagógicos e didáticos, recursos de lazer e de ludicidade, tudo isso contribui para o desenvolvimento social do estudante, os recursos são aplicados

> com o intuído de contribuir com o processo de ensino e aprendizagem. Compramos jogos, material didático, todo material que fosse utilizado com os alunos. (D1, 2023)

Pelo comentário mencionado anteriormente, ficou nítido que o Prêmio Escola Nota Dez exerce influências altamente benéficas na administração pedagógica da escola apoiada, especialmente por meio da aquisição de materiais didáticos e recursos tecnológicos destinados a enriquecer as práticas educacionais. Através do relato da diretora, emergiu a compreensão de que o dinheiro do prêmio, quando direcionado para aquisição de recursos materiais na escola ampliam significativamente o leque de possibilidades para as estratégias de ensino, resultando em uma soma de esforços que potencialmente impulsiona o processo de aprendizado.

O assunto bonificação escolar foi abordado pela gestora como um elemento do Prêmio Escola Nota Dez que influencia a forma como os professores desempenham seu papel, pois:

> [...] é uma forma de valorização do professor, a escola fica mais motivada, percebemos uma empolgação por parte dos docentes porque quando a gente sabe que vai ganhar o prêmio há um maior interesse, é um incentivo para que o processo aconteça, um professor motivado tem mais energia para se doar ao processo. (D1, 2023)

Na visão da diretora, a bonificação financeira desempenha o papel de um mecanismo de valorização e apreço pelo esforço docente, resultando em um aumento do interesse e entusiasmo por parte dos professores. Essa perspectiva implica em um conceito de reciprocidade, onde os educadores desempenham suas funções com maior vigor, com a expectativa de receber um prêmio adicional como recompensa por seu empenho e dedicação.

Para concluir, a gestora fez uma breve reflexão acerca dos obstáculos e desafios que surgiram em decorrência do Prêmio Escola Nota Dez, destacando que:

> A burocracia para prestação de contas, os poucos recursos, pois quem é apoiada era pra receber mais recursos que do quem apoia, se não o mesmo valor. Ressaltamos ainda a demora no pagamento chega a ser de dois anos. (D1, 2023)

Viu-se no depoimento da gestora que a prestação de contas é algo que dificulta o trabalho, talvez fosse necessária uma capacitação para contribuir com esse processo. Também a informação da demora em receber o prêmio que segundo a gestora poderia ser melhor ou igual ao da escola premiada.

Ainda sobre a validação do Prêmio Escola Nota Dez, a diretora falou sobre sua expectativa quanto a possibilidade da escola que trabalha torna-se premiada:

> Precisaria de uma política de âmbito municipal pois sabemos das implicações dos resultados serem bons para todas as escolas. As condições das nossas escolas, muitas turmas, turmas numerosas, falta de apoio de sala, isso dificulta um bom aproveitamento, diminuindo a probabilidade de que todos se saiam bem nas avaliações externas. Se compararmos com a escola premiada de Sobral a qual

> visitamos, é muito diferente, lá vimos turmas com poucos alunos e com apoio de sala, assim fica mais fácil atingir metas maiores. Tem também a situação econômica e social, nossos alunos estão inseridos em uma realidade de maior vulnerabilidade, por isso falei no início, para conseguirmos ser premiada seria necessário bem mais do que o prêmio, seria necessário políticas públicas municipais que atuassem em toda essa situação. (D1, 2023)

No depoimento acima ficou claro que a diretora não acredita que a escola na qual trabalha, nas condições reais em que se encontra como turmas numerosas, docentes sem apoio de sala de aula e alunos em situação de vulnerabilidade social, possam a vir alcançar o prêmio.

Com base nas análises realizadas, foi possível concluir que a diretora da escola apoiada de Maracanaú participou do Prêmio Escola Nota Dez no ano de 2017 a 2019, período em que recebeu suporte técnico e pedagógico da escola premiada de Sobral. Essa colaboração teve início com a visita de professores e da direção da escola premiada a escola apoiada de Maracanaú, com o objetivo de realizar um diagnóstico acerca da proficiência dos alunos. Em seguida ocorreu visitas a escola de Sobral, com o propósito de observar, identificar e adotar prática bem-sucedidas na escola de Maracanaú.

Apesar de a escola apoiada ter adotado, durante o período da parceria, práticas pedagógicas inspiradas nas experiências da escola premiada de Sobral, tais como o monitoramento da frequência escolar, recompensa em forma de prêmios e brindes para os alunos mais destacados, intervalos com atividades lúdicas direcionadas, entre outras, tornou-se evidente que a instituição não tem mantido a continuidade dessas abordagens. Além disso, o município não tem desenvolvido projetos escolares distintos. Atualmente, o que tem se observado é a adoção de programas de abrangência estadual e federal, o que se traduz em uma reprodução de ações estabelecidas por órgãos que não estão diretamente ligados à realidade das unidades educacionais do município.

4.3.2. A visão docente

Nessa seção, discutiremos as perspectivas dos professores que ministram aulas de Língua Portuguesa e Matemática no 5º ano do Ensino Fundamental na escola apoiada de Maracanaú. Vamos chamar de P1 o professor de Língua Portuguesa e P2 o professor de matemática.

4.3.2.1. CATEGORIA 1- As atribuições docentes e a concepção de escola de qualidade

A indagação acerca da definição de uma escola de qualidade encontrou resposta por parte dos professores da escola apoiada de Maracanaú da seguinte forma:

> Uma escola de qualidade tem seu foco voltado para o aluno, sua aprendizagem, promova inclusão das crianças com deficiência e estabelece parceria estreita com as famílias. Na busca pela excelência, a participação e apoio dos pais desempenham um papel crucial, pois o trabalho da escola se beneficia enormemente desse envolvimento (P1, 2023)

> Estabelecer uma integração sólida entre os professores, proporcionando apoio mútuo e garantindo a continuidade das atividades escolares, é fundamental para o sucesso da escola. Além disso, contar com funcionários comprometidos que colaboram de maneira eficaz, se apoiando nas tarefas, é uma peça-chave sabe, na construção de um ambiente escolar coeso. Ter profissionais empenhados em se manter atualizados e inovadores é essencial para acompanhar as demandas em constante evolução da educação (P2, 2023).

Os relatos apresentam uma ampla gama de fatores associados à qualidade da escola, incluindo a oferta de um ensino de qualidade, a atenção as necessidades de aprendizado dos alunos, a promoção da inclusão escolar, a construção de parcerias eficazes com as famílias, a formação docente especializada em suas áreas de atuação, bem como a integração e o engajamento da equipe escolar em todas as atividades. Esses testemunhos revelam que os professores da escola apoiada têm uma visão abrangente e sensível da educação de qualidade, levando em consideração a participação ativa dos atores educacionais, tanto no contexto da educação formal, dentro do ambiente escolar, quanto na educação informal, junto as famílias. Além disso destacam a importância de crianças com deficiência como parte integrante desse conceito de excelência educacional. No que diz respeito às responsabilidades inerentes à função de professor, os educadores enfatizaram a importância de

> ensinar os conteúdos, fomentar o desenvolvimento da habilidade oral e de cálculo dos alunos, dada a dificuldade que algumas crianças enfrentam para expressar o que aprenderam. Formar cidadãos críticos e oferecer suporte social, especialmente devido à falta de acompanhamento familiar adequado por parte dos estudantes. (P1 e P2, 2023).

Além disso, os professores destacaram diversos elementos que consideram cruciais para garantir a qualidade do trabalho docente, como:

> integração eficaz entre teoria e prática, um compromisso inabalável com a educação e um acompanhamento mais estreito das famílias, especialmente porque situações de violência e o envolvimento com drogas podem resultar na evasão escolar e na interrupção do trabalho pedagógico. (P1 e P2, 2023).

E "[...] conhecer as necessidades individuais de cada aluno, investir em formação contínua, ter acesso a recursos para atualização constante e abraçar a modernização no campo

educacional.” (P2, 2023). Essas observações ressaltam a importância da formação docente como um elemento vital para a promoção de um ensino de qualidade.

A questão familiar e social que as escolas apoiadas enfrentam é percebida como um desafio significativo para o processo de aprendizagem dos estudantes. Consequentemente, os professores enfatizam a necessidade de um acompanhamento mais efetivo por parte dos pais, reconhecendo-o como um elemento crucial na redução dos índices de evasão escolar e violência dentro do ambiente educacional. O trabalho dos educadores se torna ainda mais desafiador devido ao fato de muitos alunos estarem envolvidos no uso de substâncias entorpecentes, exigindo que a escola mobilize esforços significativos para enfrentar essa complexa questão social.

4.3.2.2. CATEGORIA 2- Práticas pedagógicas: planejamento, matriz curricular, avaliação e projetos escolares

Quando questionados sobre a implementação de um esforço voltado para as avaliações externas, como SPAECE E SAEB, os professores confirmaram que estão envolvidos nesse processo:

> [...] contamos com a professora do Mais Educação, a tia da sala de multimeios que no contraturno desenvolvem atividades de Português e Matemática para os alunos com dificuldade [...](P1, 2023).

> [...] fazemos simulados e informamos a gestão os alunos que estão faltando muito, para que possam fazer busca ativa. Quando se aproxima as avaliações externas realizamos diagnostico geral da turma e após isso identificamos os alunos com maiores dificuldades para serem acompanhado pelas tias do reforço. [...] (P2, 2023).

Evidencia-se uma congruência notável entre as informações fornecidas pela gestora e os professores da escola em relação às iniciativas direcionadas às avaliações externas, como os projetos de reforço, o Mais Educação do governo federal e os simulados. Entretanto, como já discutido anteriormente, esses projetos não conseguem abordar de maneira abrangente as necessidades de aprendizagem dos alunos na escola apoiada, servindo, em grande parte, como soluções temporárias para lidar com as questões do fracasso escolar. Além disso, outra ação em andamento é o reforço escolar nas disciplinas de Língua Portuguesa e Matemática, realizada no contraturno, que também ocorre na escola. A distinção reside no fato de que na escola premiada, as crianças contam com o apoio de uma auxiliar de sala, enquanto na escola apoiada, essa responsabilidade é atribuída a uma profissional da área de multimeios, que acumula diversas funções.

Um ponto de destaque no depoimento da P2 merece atenção especial, que diz respeito à prática da escola realizar um diagnóstico dos estudantes quando se aproxima as avaliações externas. Reconhece-se a importância do diagnóstico escolar como uma ferramenta pedagógica valiosa para avaliar o nível de aprendizagem dos alunos e direcionar práticas pedagógicas de acordo com suas necessidades. Contudo, a realização desse diagnóstico às vésperas da prova do SPAECE ou SAEB, que normalmente ocorre em novembro ou dezembro, levanta questionamentos sobre a eficácia e consistência de um trabalho que visa a superar as dificuldades de aprendizagem dos alunos.

No que concerne à avaliação escolar, os professores explanaram da seguinte forma:

> O sistema de avaliação adotado compreende três tipos de notas distintas: a avaliação contínua, que leva em consideração uma variedade de atividades, desde escritas até orais e lúdicas; avaliação bimestral, que envolve a aplicação de provas contextualizadas, muitas vezes seguindo o modelo SPAECE, elaboradas pelo professor titular e submetidas à avaliação da coordenação, sendo possível também utilizar provas do PAIC+; e por fim, os trabalhos escolares, que englobam desde cópias e pesquisas até a apresentação de cartazes, paródias e culminâncias de projetos, proporcionando uma abordagem diversificada e abrangente da avaliação do desempenho dos alunos.(P1, 2023).

> São três notas: a nota 1, que engloba trabalhos, pesquisas e apresentações; a nota 2, que considera critérios como comportamento, pontualidade, frequência, conclusão de tarefas de casa e de classe, participação em sala, precisão de cálculo, raciocínio lógico. Cada critério é atribuído um ponto. Por fim, a nota 3 é destinada a prova escrita. (P2, 2023).

Observou-se uma clara semelhança nos modelos de avaliação escolar adotado pelos professores. Ambos utilizam um sistema de atribuição de três notas, onde a primeira engloba atividades e atitudes dos alunos ao longo do bimestre, a segunda está relacionada a provas bimestrais, seguindo o formato do SAPECE e, por último, a terceira nota está associada aos trabalhos escolares, que incluem pesquisas, cópias, apresentações, entre outros. É importante ressaltar que a escola também leva em consideração o comportamento, a frequência e a participação dos alunos na composição das notas, sugerindo uma ênfase na valorização das atitudes disciplinares dos estudantes no processo de avaliação.

No aspecto relacionado à utilização da matriz do SPAECE como guia para o desenvolvimento do currículo escolar, os professores mencionaram o seguinte:

> O trabalho do professor é multifacetado, abrangendo tanto o ensino das matérias quanto o desenvolvimento do letramento dos estudantes. O enfoque do letramento é evidenciado através da abordagem da leitura e interpretação, onde o uso de livros com diversas gravuras enriquece a compreensão do que é lido. O mesmo acontece com a matemática, questões contextualizadas que exigem do aluno uma interpretação além do cálculo. É um material da editora aprender bem didático, os estudantes recebem todo o material, além disso o pessoal da editora realiza capacitações mensais conosco. Tem também o material estruturado do MAISPAIC que o governo do estado

> disponibiliza para todos os estudantes, também temos formações continuadas para esse material dada pelos técnicos da secretaria, mas não utilizamos muito esse material, usamos mais o da editora, porque são muitos materiais que as vezes alguns ficam no esquecimento. (P1 e P2, 2023).

Conforme apontado pelos professores, eles recorrem a um material complementar, fornecido pela SME, o que se concentra na abordagem dos descritores do SPAECE. De acordo com os professores, o material se destaca por sua dinamicidade, incluindo atividades contextualizadas e gravuras ilustrativas que ajudam no letramento e no raciocínio lógico matemático. Esse material é visto como suporte valioso para a prática docente. Foi perceptível que a orientação do currículo escolar fica a cargo desses materiais, inclusive não foi mencionada a realização de planejamentos para estudo dos descritores do SPAECE e para adequação do conteúdo programático.

4.3.2.3. CATEGORIA 3- O Prêmio Escola Nota Dez: efeitos no trabalho docente

Quanto ao conhecimento sobre o Prêmio Escola Nota Dez, os professores pesquisados na escola apoiada de Maracanaú relataram sua participação no evento no período de 2017 a 2019 e compartilharam detalhes sobre as visitas e a cooperação técnica e pedagógica estabelecida com a escola premiada de Sobral:

> Realizamos três visitas a escola de Sobral. Tivemos a oportunidade de interagir com a gestão da escola e com os professores. Durante esses encontros, eles compartilharam suas experiências bem-sucedidas, destacando especialmente as ações de monitoramento da frequência dos alunos na escola. Além disso, tivemos a chance de observar as práticas em sala de aula, enriquecendo nossa compreensão das abordagens pedagógicas adotadas. (P1, 2023).

> A escola premiada também retribui a visita, adotando uma abordagem semelhante. Inicialmente, realizam um diagnóstico minucioso das turmas coletando dados relevantes. Posteriormente, elas apresentam essas informações em forma de relatório detalhados, destacando o número de alunos que alcançaram o nível desejado. Além disse compartilham valiosas sugestões e recomendações visando a melhoria do desempenho e do processo de ensino-aprendizagem. Esse intercâmbio de informações e experiências tem se mostrado uma prática colaborativa fundamental na busca por aprimorar a qualidade da educação. (P2, 2023).

Com base nos relatos anteriores, observou-se que tanto os professores quanto a gestora fizeram um total de três visitas às suas escolas parceiras. Conforme evidenciado pelos profissionais da escola apoiada, essas visitas a escola premiada têm como objetivo principal a absorção de experiências bem-sucedidas que possam ser aplicadas em seu próprio contexto educacional. Mas uma vez, a prática de monitoramento da frequência dos alunos se destaca como um fator que contribui significativamente para o êxito. Além disso, os professores

destacam que as visitas dos profissionais da escola premiada a escola apoiada têm um proposito duplo: a avaliação da proficiência e apresentação de sugestões específicas a serem implementadas em sala de aula, demonstrando o compromisso com a melhoria contínua da educação. Os professores comentaram acerca das impressões que tiveram durante as visitas a escola premiada de Sobral, destacando que:

> Minha visita à escola premiada em Sobral me fez sentir como se estivesse diante de um modelo de ensino que transcendia as características típicas das escolas brasileiras. O destaque foi a habilidade dos alunos na produção de textos, que demostravam clareza na estruturação com introdução, desenvolvimento e conclusão. Eles apresentavam uma notável coerência e coesão de ideias, evidenciando a correta paragrafação dos textos e pontuação. Os alunos eram capazes de criar produções textuais com começo, meio e fim a partir de um tema. A qualidade do ensino era notável, o ensino é rígido, mas não é só o tratamento entre professor e aluno, mas na busca do desenvolvimento completo de cada estudante desde o momento em que ingressa na escola. (P1, 2023).

A P1 expressou sua admiração do notável nível de produção textual demonstrado pelos alunos da escola premiada de Sobral. Ela observou que esses estudantes eram capazes de criar textos em conformidade com a norma culta da língua, demonstrando proficiência em questões de pontuação, ortografia, paragrafação, coesão e coerência de ideias. Esse depoimento se alinha com o das vistas técnica da escola premiada, em que eles compartilharam práticas pedagógicas eficazes que promovem o desenvolvimento de competências e habilidades de maneira notável. Segundo os professores, o diferencial das escolas nota dez se dá devido a:

> [...] é porque o trabalho é realizado desde a educação infantil, as crianças já chegam no primeiro ano sabendo palavras. Os alunos que não sabem ler têm acompanhamento individual fora de sala e só retornam quando aprendem, a turma era bem pequena, poucos alunos, todos no mesmo nível e a professora ainda tem um apoio em sala de aula. O professor se sente estimulado a trabalhar assim. (P2, 2023).

De acordo com o relato da P2, a escola de Sobral, premiada, demonstra um comprometimento notável desde a educação infantil. As turmas são mantidas em um tamanho limitado, permitindo que a maioria dos alunos tenham níveis de aprendizado semelhantes. Para os alunos com mais dificuldade eles participam de um programa de apoio individualizado, que visa ajudar os estudantes a atingir o mesmo nível do restante da turma. Esse desequilíbrio de habilidades é frequentemente observado em estudantes que vem de outras escolas, que, embora tenham obtido boas notas, apresentam lacunas de aprendizagem. Nas observações dos professores destacou-se também:

> [...] é feito um acompanhamento da frequência diariamente, tanto pelos professores quanto pelos gestores, pois a coordenadora passa todos os dias nas salas pra saber quem faltou e liga pra família pra saber o motivo da falta, se for o caso vão até pegar esses alunos em casa[...] (P1 e P2, 2023).

Foi evidente, não apenas nas observações dos docentes, mas também com base nos relatos da diretora que a prática do acompanhamento diário da frequência dos estudantes, inspirado na escola de Sobral, é fundamental na intervenção pedagógica. Essa abordagem permite o estabelecimento de um contato direto com as famílias, facilita o resgate do estudante para o ambiente escolar, evitando a evasão e promove sua permanência na escola. Os professores da escola apoiada de Maracanaú avaliam essa estratégia como uma das ações de maior sucesso pela escola premiada de Sobral. Conforme observado por um dos professores:

> Apesar de estarmos em uma realidade muito diferente, nós implementamos essa ideia de intensificar o envolvimento com as famílias em nossa escola, mantendo contato com os responsáveis para entender as razões das faltas dos alunos e, quando necessário, a gestão faz visitas as suas casas. (P2,2023)

Dessa forma, foi notável que a prática tenha sido replicada com sucesso na escola apoiada. Quando perguntamos aos professores se o Prêmio Escola Nota Dez os estimula a atuarem com mais compromisso, eles responderam de forma divergente que:

> Realmente, é um estímulo significativo. A ideia de buscar inspiração em escolas premiadas, apesar de ser admirável, nem sempre está de acordo com a nossa realidade. Sabemos que Sobral é um caso de sucesso notório, porém, em Maracanaú, a realidade da escola é totalmente diferente, as dificuldades são bem mais substanciais. Porém quando há um estímulo financeiro para o professor e para a escola, o trabalho é feito com mais entusiasmo e dedicação e um professor estimulado faz toda diferença no processo de ensino e aprendizagem. (P1, 2023).

> Não creio que isso seja um estímulo, visto que, antes de termos conhecimento do apoio financeiro, mesmo assim, os professores, funcionários e a direção da escola já mantêm um compromisso de buscar sempre um ensino de qualidade. Agora os recursos influenciam na aquisição de materiais, melhorar a infraestrutura, o que pode sim impactar no ambiente de aprendizagem. Mas, independentemente da existência desse apoio financeiro para o professor ou não, a escola tem se empenhado constantemente em alcançar suas metas educacionais. (P2, 2023).

Segundo os depoimentos acima, existem duas perspectivas contrastantes em relação ao Prêmio Escola Nota Dez. Por um lado, temos o argumento de que a premiação não serve como um estímulo real, uma vez que professores, diretores e funcionários já estão constantemente empenhados em manter ou melhorar o nível de proficiência dos alunos, independentemente desse reconhecimento. Mas se admite que a verba vinda do Prêmio Escola Nota Dez tem um impacto tangível, pois é direcionada para compra de materiais e recursos, influenciando diretamente no ambiente escolar e nas abordagens pedagógicas. Por outro lado, há a defesa da proposta do Prêmio Escola Nota Dez, a professora alega que de fato o prêmio funciona como um estímulo significativo.

A professora enxerga o prêmio como uma oportunidade de conhecer e se espelhar em experiências bem-sucedidas no campo educacional, proporcionando um modelo inspirador para a escola apoiada. Ambas as visões destacam diferentes aspectos do prêmio, refletindo a complexidade das opiniões sobre seu impacto na comunidade escolar.

Contudo, foi evidente que, mesmo diante de visões variadas por parte dos docentes, há um consenso de que o reconhecimento e as recompensas promovidas através da política de bonificação exercem um papel motivador significativo. Isso deve, em parte, ao fato de os professores contemplados terem acesso a recursos didáticos e tecnológicos que permitem aprimorar suas práticas pedagógicas. Além disso, o intercâmbio de informações e a troca de experiências com a outra escola premiada também se revelam como fatores que contribuem para o aperfeiçoamento do ensino.

Com relação à percepção da comunidade em relação ao Prêmio Escola Nota Dez, a P2 destacou que "[...] a comunidade gosta muito, porque, além das experiências, tem os recursos financeiros para dar suporte a escola." Este feedback evidencia que a comunidade local confirma o valor desse prêmio, que a comunidade local confirma o valor desse prêmio, não apenas pelo reconhecimento em si, mas também pelos recursos financeiros que foram transferidos para fortalecer o ensino. Quanto à divulgação do prêmio, a comunidade se mantém informada da seguinte forma:

> Teve uma reunião com o corpo docente e os funcionários da escola. Nesse encontro elaboramos um projeto que seria solicitado à aprovação do Ministério da Educação (MEC) para receber os recursos da compra de material. Os materiais que seriam comprados foram decididos pelos professores e funcionários. (P1, 2023).

> Uma reunião ocorreu com os pais, eles assinaram uma ata que documentava o evento. O propósito dessa reunião foi sensibilizar os pais sobre a importância da frequência escolar, foi esclarecido a importância do SAPECE e as ações do Prêmio Escola Nota Dez que contribuía para o aperfeiçoamento do desempenho educacional de seus filhos. Além disso, houve uma reunião abrangente na escola que reuniu todos da escola, com o objetivo de discutir detalhes relacionados ao prêmio. (P2, 2023).

Pudemos perceber que a escola teve a preocupação de informar aos pais e responsáveis sobre o Prêmio Escola Nota e as ações que acontecem na escola. Durante esse encontro eles são informados e sensibilizados sobre a importância da participação da família no acompanhamento da frequência e das atividades escolares de seus filhos. Essa abordagem visa não apenas melhorar o desempenho dos alunos, mas também alcançar as metas condicionais do SPAECE. Questionados sobre se a direção e a coordenação efetuaram o acompanhamento do Prêmio Escola Nota Dez, os professores afirmaram que:

> A cooperação da coordenação é fundamental no enfrentamento da questão da infrequência escolar, estabelece uma comunicação ativa com os pais para entender as razões das ausências dos alunos. Em situações mais complexas também contamos com o apoio do conselho tutelar que nos auxilia nessa busca pelos alunos que não estão frequentando. Além disso, dispomos de relatórios mensais que oferecem uma visão abrangente do progresso da turma e a coordenadora também realiza verificações presenciais na sala de aula. Essas ações refletem o compromisso de todos em garantir a frequência e o sucesso educacional de todos os alunos. (P1 e P2, 2023).

Percebemos que houve acompanhamento das ações do Prêmio Escola Nota Dez nos itens frequência escolar e relatórios mensais. Questionados quanto à possibilidade de o prêmio surtir efeito nos processos pedagógicos da escola, os professores responderam que:

> É notável que o impacto mais significativo não se limita apenas ao prêmio em si, mas a transformação que ele gerou. A mudança de atitude que deu origem a ações que anteriormente não aconteciam, como a parceria entre os professores e coordenadores, o suporte logístico e de material, incluindo a disponibilidade de máquinas de xerox. Sem dúvidas a injeção de recursos financeiros aprimorou o ambiente escolar, refletindo diretamente na qualidade do processo ensino-aprendizagem. Um exemplo concreto desse impacto positivo é a instalação de sistemas de climatização nas salas de aula, que trouxe mais conforto e concentração para os alunos, especialmente nas tardes quentes. O investimento em tecnologia, como a máquina de xerox, acelerou o processo eliminando a necessidade de copiar longos textos no quadro, otimizando o tempo. (P1, 2023).

> A gente está cheio de material, aí vamos colocando em prática nosso planejamento, buscando sempre atingir as expectativas e chegar ao nível desejável. (P2, 2023).

Evidencia-se, segundo os professores, que o prêmio proporciona uma melhoria nas condições estruturais e materiais, viabilizando a implementação de ações pedagógicas que anteriormente eram inexequíveis. Esse apoio técnico e logístico, conforme destaca a P1, desempenha um papel fundamental no aprimoramento do trabalho docente. Ao tratar do assunto de se a bonificação escolar pode gerar maior compromisso docente, os professores argumentaram que:

> Depende do profissional, se ele é sincero no que faz ou não, se é dedicado ao trabalho, isso independe de dinheiro. Os resultados não são facilmente influenciados por questões financeiras. Na verdade, o que a gente quer é sempre atingir as metas, nos deixa triste receber um resultado e vê que nossos índices baixaram. Mesmo sem receber nada isso é questão de honra pra gente. E quando a gente sabe que a escola está sendo apadrinhada, aí é que aumenta a responsabilidade, porque a gente sabe que se não fizermos um bom trabalho vai prejudicar a escola premiada que fez um bom trabalho. (P1, 2023).

> Pra mim a maior recompensa não é a bonificação e sim saber que meus alunos aprenderam durante o ano, isso é o que me deixa feliz. Mesmo sem existir bonificação, nunca deixamos de realizar nosso trabalho com dedicação. Mas não vou dizer que o dinheiro não é bom, mas é um dinheiro sofrido, muitas cobranças em cima da gente, as vezes é por tão pouco que não atingimos a meta, mas eu sei que a culpa não é minha, tem todo um contexto envolvido. (P2, 2023).

Pôde-se notar que os professores enfatizam que, independentemente dos incentivos adicionais, os educadores já estão comprometidos em oferecer um ensino de qualidade e em alcançar as metas esperadas. O maior incentivo para esses profissionais é testemunhar o progresso de seus alunos ao longo do ano letivo. No entanto, eles também salientam que, a escola por ser apoiada, sentem uma pressão adicional, uma vez que a responsabilidade aumenta. Isso acontece porque elas precisam obrigatoriamente elevar o Índice de Desempenho Escolar (IDE) para recebimento da parcela de premiação e garantir o mesmo benefício para a escola premiada.

Os educadores veem o Prêmio Escola Nota Dez como um recurso conquistado com grande esforço, uma vez que, caso não alcancem as metas estipuladas para o recebimento do prêmio, percebem que suas escolas parceiras são prejudicadas. Eles fizeram a seguinte análise:

> A principal dificuldade que eu identifico está relacionada a questão familiares. Enquanto a escola desempenha o seu papel, a maioria dos pais se mostra ausente e os alunos frequentemente carecem de orientação e apoio familiar. Claro que temos alguns casos em que a família acompanha de perto as tarefas escolares, a escola enfrenta o desafio de desempenhar o seu papel e o da família, porque hoje o papel da família recai sobre o professor. (P1, 2023).

> Um dos desafios reside na busca por alcançar as metas estabelecidas, nós vamos fazendo nosso trabalho sem a certeza de que elas serão atingidas mantendo a esperança de que nosso esforço gere resultados positivos. A avaliação só acontece final de novembro e os resultados são divulgados mais ou menos em abril, o que torna a espera ainda mais desafiadora. Além disso é ter resultado bons para não prejudicar a escola que está nos apoiando. (P2, 2023).

A perspectiva da P1 aponta para o envolvimento e a participação ativa das famílias na jornada educacional dos alunos como elementos-chave que podem dificultar o alcance das metas essenciais para conquistar o Prêmio Escola Nota Dez. Nesse contexto, a escola frequentemente se vê desempenhando papéis que seriam tradicionalmente de responsabilidade familiar, o que acaba por sobrecarregar as tarefas dos professores. Essa situação ressalta a necessidade de uma colaboração eficaz entre a escola e as famílias para superar esses desafios e alcançar os objetivos propostos.

Já a P2 destaca que o principal desafio relacionado a essa premiação é atingir as metas condicionadas. Mesmo que a comunidade escolar esteja comprometida em desempenhar um trabalho de qualidade, há variáveis que não podem ser previstas até a realização da prova do SPAECE, pois estão além do controle e responsabilidade dos professores, podendo ou não influenciar de maneira positiva nos resultados obtidos. Não basta apenas o esforço dos docentes para alcançar as metas, outras variáveis do contexto escolar podem igualmente impactar os

resultados acadêmicos. Isso ressalta a complexidade da avaliação escolar, que vai além do controle dos educadores.

A partir dessas análises, tornou-se evidente que os professores da escola apoiada de Maracanaú enfrentam desafios significativos em seu ambiente de trabalho, principalmente devido ao contexto social em que seus alunos estão inseridos. Muitos deles vivem frequentemente expostos ao tráfico de drogas e à violência urbana. Esse cenário, combinado com a falta de envolvimento familiar, tende a agravar a situação escolar dos estudantes, levando a evasão e ao insucesso escolar. Nesse contexto, os professores admitem que, embora se esforcem ao máximo em seu papel docente, o ambiente familiar e social exerce influências significativas. Portanto, para esses profissionais, a qualidade da escola está intrinsecamente ligada à situação social em que os estudantes estão inseridos.

Os professores da escola apoiada de Maracanaú pretendem direcionar seus esforços docentes para atender as exigências da avaliação externa do SPAECE. No entanto, é evidente que as iniciativas como o reforço escolar no contraturno e o diagnóstico realizado pela SME próximo as avaliações externas, são intervenções isoladas, desarticuladas com os processos pedagógicos de planejamento, ensino, currículo e avaliação.

Além disso, constatou-se que a escola não desenvolve projetos educativos próprios para atender às necessidades de aprendizagem dos estudantes. O planejamento é individual e acontece uma vez por semana nas próprias instalações da escola. O currículo escolar é restrito à utilização de livros didáticos, livros da editora aprender e além disso, a abordagem pedagógica aplicada pelos educadores continua predominantemente enraizada no modelo tradicional de ensino.

No que diz respeito ao Prêmio Escola Nota Dez, os professores consideram que o intercâmbio entre a escola apoiada e a escola premiada é enriquecedor, permitindo a assimilação de experiências pedagógicas bem-sucedidas da escola premiada. No entanto, comentaram que as práticas pedagógicas que foram replicadas na escola se revelaram efêmeras, limitando-se ao período da parceria e não sendo mantidas de forma contínua.

4.3.3 A visão do técnico da Secretaria de Educação de Maracanaú (TSEM)

A matéria seguinte aborda o ponto de vista da técnica da Secretária de Educação de Maracanaú que atua no setor no MAISPAIC e é responsável por acompanhar as ações do Prêmio Escola Nota Dez nas escolas.

4.3.3.1. CATEGORIA 1- As atribuições do técnico da secretária e a concepção de escola de qualidade

Para a técnica de Secretaria de Educação de Maracanaú, suas principais atribuições são:

> Realizamos avaliações diagnósticas de desempenho do rendimento escolar junto aos estudantes; analisar dados das avaliações realizadas; processar os dados referentes às avaliações e analisar os resultados; direcionar os resultados dos indicadores educacionais, dos estudos de pesquisa e das avaliações realizadas nas diversas instâncias do sistema educacional e social civil; promover reflexões a partir dos resultados das avaliações implementadas, e desenvolvemos outras atividades correlatas. (TSEM).

A partir desse discurso, subentendeu-se que a técnica da Secretaria de Educação descreve uma série de atividades que inclui avaliação do desempenho dos estudantes, análise de dados, uso dos resultados para tomar decisões no sistema educacional e social, reflexão sobre os resultados e outras atividades relacionadas. Essas atividades são parte integrante de avaliar e melhorar o sistema educacional. Indagamos sobre o que é uma escola de qualidade, a técnica afirmou:

> [...] é a que consegue atender o direito fundamental constitucional, que é educação, fornecendo ao educando habilidades necessárias para desenvolver a capacidade que precisam para se tornarem pessoas de bem e economicamente produtivos. (TSEM).

A técnica destaca que uma escola de qualidade é aquela que cumpre o direito à educação, fornecendo aos alunos as habilidades necessárias para que se tornem pessoas éticas e economicamente produtivas. Essa é uma visão abrangente da educação, que vai além do aspecto acadêmico e enfatiza a importância do desenvolvimento total dos estudantes.

Nessa perspectiva, fez-se com que se entenda que, para esse sujeito da pesquisa, a escola dever oferecer aos alunos conhecimentos, competências e capacidades que são relevantes para o seu desenvolvimento. Deve capacitar seus estudantes para que se tornem indivíduos éticos e responsáveis, ou seja, “pessoas de bem”. Isso implica não apenas o desenvolvimento de habilidades educacionais, mas também a promoção de valores e comportamentos que levarão por toda a sua vida.

4.3.3.2. CATEGORIA 2- Práticas de orientação pedagógicas e de acompanhamento das avaliações externas

Questionada sobre a existência de um trabalho sistemático de acompanhamento para as avaliações externas (SPAECE e SAEB) da Secretaria junto as escolas do município a técnica afirmou positivamente que realizam da seguinte maneira:

> Após a realização das avaliações diagnósticas realizada no início do ano, com base nos descritores das referidas avaliações, orientamos os planejamentos visando o aprimoramento das aprendizagens; realizamos ainda um estudo e análise dos resultados verificando os descritores que tiveram menor percentual de acertos e orientamos através de planejamentos voltados para o resgate dos descritores críticos, isso é inegociável, a escola tem que fazer; realizamos simulados quando se aproxima o dia das avaliações externas. (TSEM).

Percebeu-se que a técnica descreveu um processo no contexto educacional do município, em que no início do ano letivo forma conduzidas avaliações diagnósticas para avaliar o nível de conhecimento e habilidades do estudante. Essas avaliações utilizaram critérios ou descritores específicos que descrevem o que espera que os alunos aprendam ou sejam capazes de fazer em determinadas áreas ou disciplinas. Com base nos resultados das avaliações diagnósticas e nos descritores usados, ainda segundo a técnica, a instituição educacional ou educadores guiam o desenvolvimento dos planos de ensino. O objetivo é melhorar a aprendizagem dos alunos, identificando áreas onde eles precisam de reforço e oferecendo estratégias para atender essas necessidades.

Destacam-se ainda um conjunto de ações que a secretaria de educação realiza para melhorar o desempenho dos estudantes. Isso inclui a análise dos resultados das avaliações, a identificação de áreas problemáticas (descritores críticos), o desenvolvimento de planos de ensino específicos para abordar essas áreas e a realização de simulados para preparar os alunos para avaliações externas. A técnica enfatizou a importâncias dessas ações como parte das responsabilidades educacionais para com os estudantes

4.3.3.3. CATEGORIA 3- Impactos do Prêmio Escola Nota Dez no Município

A respeito de o município já ter sido contemplado com Prêmio Escola Nota Dez com escolas premiadas, a técnica afirmou que em 2009 o município teve 11 escolas na condição de premiada e que este foi o único ano que receberam a bonificação de escola premiada.

Ao ser questionada sobre se o Prêmio Escola Nota Dez estimula os professores a desenvolverem um trabalho de qualidade, a técnica respondeu:

> Sim, é estimulante saber que o profissional será reconhecido pela relevância do trabalho que realiza. Sabemos que é uma obrigação de cada educador entregar o seu melhor a sociedade, faz parte do seu desempenho profissional. Ser uma escola reconhecida financeiramente pelo trabalho realizado, nos impulsiona cada vez mais a

> continuar na busca de permanecer nesse nível de singularidade. O dinheiro do Prêmio foi revertido em equipamentos e cursos para os professores. (TSEM).

O relato enfatizou a importância do reconhecimento e da valorização do trabalho dos educadores, destaca a motivação resultante desse reconhecimento financeiro e mostra o compromisso da escola em investir em recursos para melhorar a qualidade da educação, especialmente por meio do desenvolvimento profissional dos docentes.

Quanto a forma em que os técnicos da secretaria orientam e acompanham as ações do Prêmio Escola Nota Dez, a resposta foi um pouco vaga, a mesma informou apenas que na época foram montadas equipes exclusivas para orientação e monitoramento dos planos de ação das escolas contempladas com o prêmio, mas que não tinha propriedade para falar, tendo em vista que não fazia parte da equipe.

Questionada sobre o que foi possível aprender com a escola premiada de Sobral e aplicado na realidade do município, a técnica assim respondeu:

> O que eu percebi foi que deveria ser dado sempre uma continuidade de investimentos de tempo e dinheiro para se cumprir metas. O que vimos em Sobral foi um investimento que vai além do prêmio, o que deveria ser feito aqui no município para só assim voltarmos a ter escola premiadas e não apoiadas. (TSEM).

Com os relatos, constatou-se a importância de investir continuamente em educação para atingir metas, assim como na cidade de Sobral, onde o sucesso educacional vem de um compromisso constante, em vez de apenas prêmios temporários. A técnica instigou a aplicação de um modelo semelhante em seu próprio município para obter sucesso duradouro na educação.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como uma intricada tapeçaria, cuidadosamente entrelaçado fio a fio, delineou-se a trajetória desta pesquisa que, na perspectiva de uma avaliação em profundidade, se propôs a avaliar os resultados obtidos do Prêmio Escola Nota Dez no regime de colaboração – administrativo, pedagógico e financeiro – considerando uma escola apoiada no 5º ano do Ensino Fundamental localizada no município de Maracanaú no período de 2017 a 2019. Este prêmio, sendo um dos pilares fundamentais do Programa de Aprendizagem na Idade Certa (PAIC), assumiu a responsabilidade de incentivar a colaboração entre as instituições de ensino premiada e apoiada. A avaliação do impacto desta indução à cooperação tornou-se o cerne da análise, buscando compreender não apenas se, mas também como efetivamente operou no contexto dessa escola.

Assim, alcançamos uma compreensão mais profunda da realidade do Programa, tal como vivenciada pela escola de Maracanaú, abrindo, por conseguinte, espaço para a ampliação e aprimoramento das discussões em torno do Prêmio. No papel de professora na rede pública de ensino, a condução da pesquisa nos proporcionou uma apropriação mais robusta do funcionamento do Programa e da realidade local em análise, contribuindo significativamente para o aperfeiçoamento da nossa prática pedagógica.

Ao analisarmos os documentos institucionais do Prêmio; os relatórios pedagógicos e financeiros da escola apoiada pelo Prêmio Escola Nota Dez - e a transcrição das entrevistas realizadas com os sujeitos da pesquisa, encontramos evidências de como o regime de cooperação entre as duas instituições foi estabelecido.

As ações desenvolvidas pela escola, durante o regime de cooperação, foram identificadas: nos documentos oficiais; nos relatórios preenchidos pelas referidas instituições; e nas falas dos sujeitos, as quais foram coletadas por meio de entrevistas.

Com relação à caracterização da escola apoiada de Maracanaú, ela oferta Educação Infantil, Ensino Fundamental I (1º ao 5º ano) e Ensino Fundamental II (6º ao 9º ano). Observou que a escola está localizada em uma área considerada de bastante vulnerabilidade para os estudantes. A escola contava, em 2017, com uma matrícula de 39 alunos matriculados na Educação Infantil, 234 alunos matriculados no Ensino Fundamental I e 113 alunos no Ensino Fundamental II. A escola participou do Prêmio Escola Nota Dez no período de 2017 a 2019 como escola apoiada no 5º ano do Ensino Fundamental. A escola, quando selecionada para ser escola apoiada, no ano de 2017, tinha padrão de desempenho intermediário em Língua Portuguesa e Crítico em Matemática no 5º ano do Ensino Fundamental.

Mediante os resultados aferidos pelo SPAECE, nos anos de 2017 a 2019, é possível identificar que, no período de dois anos em que a escola foi contemplada com o Prêmio Escola Nota Dez na condição de escola apoiada, recebendo cooperação técnica e pedagógica da escola premiada de Sobral, a escola teve um retrocesso nos padrões de desempenho saindo do intermediário para o crítico em Língua Portuguesa. Em matemática claramente a situação foi bem mais grave, onde quase 80% da turma ficou no padrão de desempenho muito crítico e crítico, é possível verificar com esses dados que não houve avanços nos resultados educacionais neste período analisado, período no qual a escola recebeu apoio técnico pedagógico da escola premiada de Sobral.

Quanto à caracterização da escola premiada de Sobral, que prestou apoio técnico pedagógico a escola de Maracanaú, verificou-se que ela oferece as etapas de ensino: Ensino Fundamental (anos iniciais e anos finais) e Educação de Jovens e Adultos. Com relação ao padrão de desempenho, no 5º ano do ensino fundamental, 83% dos seus alunos estavam no adequado, 17% no intermediário, 3% no crítico e nenhum aluno no muito crítico, ou seja, quase 100% da turma desenvolveu as habilidades necessárias para a série em que se encontravam.

Ao comparar os dois estratos, fica evidente que a escola premiada apresenta um desempenho escolar muito superior ao da escola apoiada. Além disso, a escola que recebeu apoio mostra índices de evasão, repetência e alunos com distorção idade-série, o que não se percebe na escola premiada.

Com relação ao perfil da gestora e docentes da escola apoiada, observou-se que a diretora possui graduação em Pedagogia, Licenciatura Plena em Matemática, Especialização em Gestão Educacional e é Mestranda em Avaliação de Políticas Públicas. Trabalha no campo educacional há 30 anos e está como gestora da escola há 06 anos. Já as professoras do 5º ano são formadas em Pedagogia e possuem curso de especialização em Psicopedagogia e em Gestão e Coordenação Pedagógica. Ambas estão na escola desde 2015, portanto, estavam lotadas na

escola no período em que participaram do Prêmio Escola Nota Dez. A técnica da secretaria possui graduação em Pedagogia e pós-graduação em Planejamento Educacional, a mesma tem 38 anos de tempo de serviço e atua na Secretaria de Educação a 35 anos.

Na fusão de horizontes vimos que os professores, gestora da escola apoiada e técnica da secretaria de educação possuíam qualificação para estarem exercendo suas funções e atuarem na escola desde o período em que a escola foi apoiada, conhecendo a realidade da escola e dos estudantes, não deixando margem para contestação entre a atuação e a formação docente, bem como a qualidade do trabalho docente.

Após obtermos esses dados iniciais sobre a caracterização da instituição de ensino e o perfil dos participantes da pesquisa, pudemos dar início à fusão de horizontes das categorias centrais deste estudo. Isso nos permitiu uma compreensão mais aprofundada e substancial dos impactos do Prêmio Escola Nota Dez no processo pedagógico na escola apoiada de Maracanaú.

A primeira categoria abordou a concepção de escola de qualidade. Dado que o conceito de "qualidade" abrange múltiplos significados, esta pesquisa se dedicou à análise das perspectivas do gestor, professores e técnico da secretária de educação da escola apoiada de Maracanaú. O objetivo foi identificar o significado que os mesmos dão ao termo "escola de qualidade" e como eles interpretam essa noção dentro do contexto educacional.

A diretora, os docentes e a técnica da secretaria, ambos da escola apoiada, comungam de uma visão ampla sobre escola de qualidade, associam escola de qualidade ao processo de ensino-aprendizado dos estudantes, acrescentam que a dinâmica familiar e os aspectos sociais desempenham um papel crucial no desenvolvimento educacional dos estudantes, sendo esses fatores fundamentais para promover uma educação de qualidade. Essa visão foi enraizada na experiência e vivência dos educadores, eles apontam que fatores externos ao ambiente escolar, como o suporte familiar e as condições socioeconômicas, desempenham um papel determinante no processo de aprendizagem. Ao considerar essas influências, foi possível criar estratégias mais eficazes para garantir que os estudantes alcancem seu pleno potencial educacional, tornando-se cidadão mais capacitados e engajados em suas comunidades.

A segunda categoria compreende os processos pedagógicos da escola, ou seja, planejamento, currículo, ensino, avaliação e projetos escolares. A pesquisa revelou de que maneira cada uma dessas abordagens pedagógicas se desdobra na escola de Maracanaú, permitindo a identificação de como as práticas pedagógicas estão sendo inovadoras no contexto educacional da escola, o que pode ser fundamental na promoção de estratégias de aprimoramento e no compartilhamento de melhores práticas entre a escola premiada e apoiada.

Na ação planejamento, a rede de ensino de Maracanaú realiza planejamento individual uma vez por semana na própria instituição, nesses planejamentos os professores preparam atividades e simulados nos moldes das avaliações externas, há uma preocupação com a frequência e com a participação dos estudantes no dia das provas de SPAECE E SAEB.

Já na escola premiada de Sobral, segundo a diretora da escola apoiada que visitou a escola premiada, o planejamento acontece na escola semanalmente e acompanhado pela coordenação em que todos os professores do 5º ano se reúnem e planejam coletivamente e visa adequar o plano geral à realidade da escola e às necessidades dos alunos. Destacamos também que o plano escolar foi feito visando os melhores resultados nas avaliações externas.

Percebeu-se que, embora os dois estratos de escola compartilhem o objetivo de planejar ações direcionadas para o SPAECE, a escola premiada de destacou ao conduzir um planejamento estratégico minucioso, de forma sistematizada, com acompanhamento contínuo, permitindo adaptações ágeis e eficazes, contrastando com o planejamento adotado pela escola apoiada.

Na elaboração do currículo escolar os dois estratos de escola fazem uso de materiais didático complementar centrando-se na preparação de atividades e provas nos moldes das avaliações externas, porém a escola premiada realiza diagnósticos contínuos dos alunos a fim de identificar possíveis dificuldades, a partir daí trabalham os descritores do SPAECE com atividades diversificadas, cuidando para atender as necessidades dos alunos. A escola apoiada mesmo trabalhando os descritores do SPAECE com matérias complementares não demonstraram a preocupação em adequar as atividades as necessidades do aluno.

Na ação ensino, os docentes da escola apoiada fazem uso predominantemente da escrita no quadro para os alunos copiarem e do acompanhamento das atividades nos livros didáticos. Para avaliar os estudantes os professores utilizaram provas no molde do SPAECE, eles ajustaram suas práticas avaliativas internas à luz do teste padronizado de desempenho escolar das avaliações externas.

A escola pratica avaliações somativas, ao final de cada bimestre, e formativa, com aplicação de atividades diversificadas que envolvem pesquisas, cópias, trabalhos escolares, além de considerarem o comportamento, a frequência e a participação dos estudantes nas atividades escolares. A escola atribui valores às atitudes comportamentais dos estudantes. Portanto, observou-se que a avaliação escolar na escola apoiada de Maracanaú não se encontrou subordinada por completo aos padrões e aos objetivos das avaliações externas. Com relação a escola premiada não obtivemos essa informação.

No que diz respeito a ação de projetos escolares desenvolvidos pela escola a pesquisa revelou que a escola apoiada desenvolve reforço escolar de Língua Portuguesa e Matemática, esse projeto aconteceu no segundo semestre e fica a cargo da professora da sala de multimeios. Nessa perspectiva, o reforço escolar ofertado pela escola serviu como uma solução temporária para auxiliar os estudantes que enfrentam dificuldades no processo de aprendizagem. Isso se contrastou com o que eles vivenciaram na visita a escola premiada, onde segundo os docentes, na escola premiada de Sobral o reforço ocorreu desde o início do ano, dado por uma professora de apoio, onde ela realizava um acompanhamento individual com o objetivo de corrigir deficiências momentâneas e promovia uma evolução contínua no desempenho escolar dos alunos.

Verificou-se que algumas práticas os docentes copiaram da escola de Sobral a qual visitaram, como por exemplo o controle da frequência dos estudantes. Porém a partir da fusão de horizontes, concluiu-se que a maioria das práticas eram inviáveis de serem aplicadas pois a realidade das duas escolas era muito diferente.

A terceira e última categoria abordou a assimilação e os impactos do Prêmio Escola Nota Dez na escola. De acordo com as perspectivas dos entrevistados, foi comum considerar o Prêmio Escola Nota Dez como uma iniciativa catalisadora que impulsionou uma dinâmica de constante aprimoramento no ambiente escolar direcionada para a melhoria do desempenho dos alunos. Porém, a validade do sistema de intercâmbio entre as instituições (premiada e apoiada) se tornou evidente, tanto no aprendizado adquirido por meio da troca de experiências, quanto na disseminação das práticas bem-sucedidas na escola apoiada, não houve uma continuidade das ações, durando apenas no período de visitas.

Nesse contexto foi possível concluir que o Prêmio Escola Nota Dez, como política de responsabilização e bonificação, tem alcançado seu objetivo principal, que é motivar as escolas a aprimorar seus resultados através de um modelo de aprendizado institucional centrado na disseminação de boas práticas em gestão e ensino. No entanto, é importante ressaltar que a escola em condição de apoiada demonstrou uma tendência a implementar as boas práticas de gestão e ensino apenas durante o período em que recebem cooperação técnico-pedagógica da escola premiada, sem necessariamente incorporar de forma integral à cultura escolar da sua instituição. Além disso, foi possível verificar através dos relatos que a realidade entre as escolas (apoiada e premiada) são muito diferentes no que diz respeito a estrutura física, ao número de alunos por sala e principalmente na realidade social em que os estudantes estão inseridos, isso dificulta a aplicação de muitas práticas pedagógicas, o que também pôde justificar a inexistência de avanços significativos nos resultados educacionais da escola apoiada.

Na continuação, a pesquisa revelou outro resultado significativo sobre o Prêmio Escola Nota Dez na escola apoiada. Ficou evidente que o referido programa possibilita não apenas a melhoria na infraestrutura escolar, mas também o acesso a recursos essenciais como materiais didáticos e tecnológicos, viabilizando inovações nas práticas docentes, que contribui para elevar a motivação dos profissionais em seu trabalho diário e contribui com o incremento das práticas docentes de sala de aula em decorrência do intercâmbio com a escola parceira.

A política de bonificação adotada pelo Prêmio Escola Nota Dez gerou divergências entre os entrevistados, por um lado consideraram a bonificação como um mecanismo importante para valorizar e reconhecer o árduo trabalho dos educadores, o que, por sua vez aumenta o entusiasmo no desempenho de suas funções. Por outro lado, sustentam que, independentemente da bonificação, eles já estão comprometidos em fornecer um ensino de qualidade, a gratificação é vista como insuficiente diante dos desafios profissionais inerentes ao ato de ensinar, que visam moldar cidadãos críticos e engajados na sociedade.

As educadoras da escola apoiada de Maracanaú acrescentaram ainda que a bonificação funciona como um mecanismo de pressão que intensifica a responsabilidade dos docentes na busca por atingir as metas condicionadas pelo prêmio. O Prêmio Escola Nota Dez, por ser uma política que utiliza a avaliação externa do SPAECE para responsabilizar os envolvidos na educação pelos resultados escolares, em virtude das recompensas financeiras associadas, tende a, por um lado, incentivar e provocar mudanças positivas nas práticas de ensino; por outro lado, no entanto, também pode gerar pressões consideráveis sobre o corpo docente para cumprir essas metas, resultando em prejuízo e desgastes nas relações intra e interpessoais no contexto escolar.

Por fim, evidenciou-se que o Prêmio Escola Nota Dez desencadeou mudanças na abordagem pedagógica dos professores, porém não impactou consideravelmente nos resultados educacionais da escola apoiada de Maracanaú, a mesma teve na verdade, um retrocesso em seus resultados educacionais, o que nos leva a perceber, através da análise da pesquisa que não foi suficiente somente um apoio técnico-pedagógico de uma escola com bom desempenho para uma escola com baixo desempenho, o apoio deve ir além do prêmio, é necessário considerar aspectos sociais e culturais de onde a escola está inserida, bem como, é preciso que os gestores municipais desenvolvam políticas públicas que contribuam para o sucesso do aluno, sejam elas de bonificação ou de suporte pedagógico. Contudo, faz-se fundamental ressaltar que esses resultados não podem ser generalizados, uma vez que a amostra da pesquisa não abrange a totalidade das escolas apoiadas de Maracanaú. Portanto, se faz necessário realizar novos estudos para avaliar o impacto dessa política e suas diversas abordagens, tanto no desempenho dos

alunos, nas práticas de colaboração entre escolas premiadas e apoiadas, quanto nas práticas de gestão pedagógica escolar.

REFERÊNCIAS

ABRÚCIO, F. L. **O impacto no modelo gerencial na administração pública**: um breve estudo sobre a experiência internacional recente. Brasília, DF: Enap, 1997. (Série Cadernos Enap, 10).

ABRÚCIO, F. L. SEGATTO, C. I.; PEREIRA, Maria Cecília Gomes. **Regime de Colaboração no Ceará**: funcionamento, causa do sucesso e Alternativas de Disseminação do Modelo. 1. Ed. São Paulo: Instituto Natura, 2016. V. 300.75p.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70. 2011.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em 05 mar. 2023.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**, LDB. 9394/1996. BRASIL. Lei nº 9.394, de 24 de dezembro de 1996.

BRASIL. **Emenda Constitucional nº 14**, de 12 de setembro de 1996. Modifica os arts. 34, 208, 211 e 212 da Constituição Federal e dá nova redação ao art. 60 do Ato das Disposições constitucionais transitórias. 1996a. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc14.htm. Acesso em 10 jun. 2023.

BRASIL. **Lei nº 11.114, de 16 de maio de 2005.**. Altera os arts. 6º , 30, 32 e 87 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, com o objetivo de tornar obrigatório o início do ensino fundamental aos seis anos de idade. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/lei/l11114.htm#:~:text=LEI%20N%C2%BA%2011.114%2C%20DE%2016%20DE%20MAIO%20DE%202005.&text=Altera%20os%20arts.,aos%20seis%20anos%20de%20idade. Acesso em 10 jun. 2023.

BROOKE, N. Controvérsias sobre políticas de alto impacto. **Cadernos de Pesquisa**, Rio de Janeiro, v. 43, n. 148, p. 336-347, 2013.

BROOKE, N.; CUNHA, M.A.A. A avaliação externa como instrumento da gestão educacional nos estados. **Estudos & Pesquisas Educacionais**, São Paulo: Fundação Victor Civita, p. 17-79, ago. 2011. Disponível em: http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/pdf/avaliacao_externa_fvc.pdf. Acesso em: 16 de dez. 2022.

BURGOS, M. B; SANTOS. M. M; FERREIRA, P.V.G. Avaliação, alfabetização e responsabilização: os casos de Minas Gerais e Ceará. **Revista Pesquisa e Debate em Educação**. Juiz de Fora/MG, v.2, n. 2, p. 24-44. 2012. Disponível em: http://www.revistappgp.caedufjf.net/index.php/revista1/article/view/21. Acesso em: 09 set.2018.

CALDERÓN, A.I. Usos e Apropriações das Avaliações em Larga Escala: tensões e desafios.In: AMANDA, S.A. et al. **Diálogos e Proposições**: planos de ação para a Rede Estadual de Educação de Minas Gerais. Juiz de Fora, MG: Projeto CAEd-Fadepe/JF, 2017, p.30-45.

CALDERÓN, A. I.; RAQUEL, B. M. G.; CABRAL, E. S. O Prêmio Escola Nota 10: meritocracia e cooperação para a melhoria do desempenho escolar. **Ensaio: Avaliação em Políticas públicas em Educação**, Rio de Janeiro, 2015.

CALDERÓN, A. I.; POLTRONIERI, H. Avaliação da aprendizagem na educação básica: as pesquisas do estado da arte em questão (1980-2007). **Revista Diálogo Educacional**, Curitiba, v. 13, n. 40, p. 873-893, 2013.

CARVALHO, A. M. P.; GUSSI, A. F. Mesa Redonda: Perspectivas contemporâneas em avaliação de políticas públicas. In: **Seminário MAPP, 2011**, Fortaleza. Palestras [...]. Fortaleza: Universidade Federal do Ceará, 2011.

CARVALHO, K. B. de. **Territórios produtivos:** estudo geográfico do I Distrito Industrial do Ceará. Fortaleza, 2009. 197 f. Dissertação (Mestrado em Geografia). Programa de Pós-graduação em Geografia, Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza-CE, 2009.

CASTRO, C.; OLIVEIRA, J. Por que a educação brasileira é tão fraquinha? **Sociólogo Políticas públicas**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009. P. 135-154.

CEARÁ. **Lei 15.921 de 15 de dezembro de 2015**. Altera a redação do caput do art. 2º da lei 14.026 de 17 de dezembro de 2007. Diário Oficial do Estado do Ceará, Fortaleza, CE, 2015.

CEARÁ. **Lei estadual 15.923 de 15 de dezembro de 2015**. Institui o Prêmio Escola Nota Dez, destinado a premiar as Escolas Públicas com melhores resultados de aprendizagem no segundo, quinto e nono anos do Ensino Fundamental. 2015a. Disponível em: https://belt.al.ce.gov.br/index.php/legislacao-do-ceara/organizacao-tematica/educacao/item/4227-lei-n-15-923-de-15-12-15-d-o-15-12-15#:~:text=15.12.15),-tamanho%20da%20fonte&text=Institui%20o%20Pr%C3%AAmio%20Escola%20Nota,nono%20anos%20do%20Ensino%20Fundamental. Acesso em: 06 jun. 2023.

CEARÁ. **Decreto n°30.797 de 29 de dezembro de 2011**. Regulamenta a Lei n°15.052/2011, que cria o Prêmio Escola Nota 10, destinado a premiar as escolas públicas com melhores resultados de aprendizagem no segundo e quinto anos do ensino fundamental, e da outras

providencias. Diário Oficial do Estado, Fortaleza, serie 3, ano III, n° 249, 30 de dezembro de 2011a. Disponível em: http://www.idadecerta.seduc.ce.gov.br/index.php/o-paic/historico/legislacao Acesso em: 06 jun. 2023.

CEARÁ. **Lei nº 15.052, de 6 de dezembro de 2011**. Institui o Prêmio Escola Nota Dez, destinado a premiar as escolas públicas com melhores resultados de aprendizagem no segundo e quintos anos de ensino fundamental, e dá outras providências. Diário Oficial do Estado, Fortaleza, 12 dez. 2011a. Série 3, ano III, n. 235, p. 2-3.

CEARÁ. Secretaria de Educação. **Regime de colaboração para a garantia do direito a aprendizagem:** o Programa Alfabetização na Idade Certa (PAIC) no Ceará. Fortaleza: SEDUC, Fundo das Nações Unidas para a Infância, 2012.

CEARÁ. Secretaria de Educação. **Regime de colaboração para a garantia do direito a aprendizagem**. Fortaleza: SEDUC, Fundo das Nações Unidas para a Infância, 2019.

CEARÁ. **Lei nº 14.371, de 19 de junho de 2009**. Cria o Prêmio Escola Nota Dez, destinado a premiar as escolas públicas com melhor resultado no Índice de Desempenho EscolarAlfabetização (IDE-Alfa), e dá outras providências. Diário Oficial do Estado, Poder Executivo, Fortaleza, 19 jun. 2009. Série 3, ano I, n. 111, caderno 1/2, p. 1.

CEARÁ. **Lei Nº 14.023, de 17 de dezembro de 2007**. Modifica dispositivos da Lei nº 12.612, de 7 de agosto de 1996, que define critérios para distribuição da parcela de receita do produto e arrecadação do imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação - ICMS, pertencente aos municípios e dá outras providências. Disponível em: https://www.legisweb.com.br/legislacao/?id=122702. Acesso em: 6 de jun. 2023.

CEARÁ. **Lei Nº 12.612, de 07 de agosto de 1996** (D.O. DE 12.08.96). Define, na forma do Art. 158, Parágrafo Único, II, da Constituição Federal, critérios para distribuição da parcela de receita do produto de arrecadação do ICMS pertencente aos municípios. Disponível em: https://belt.al.ce.gov.br/index.php/legislacao-do-ceara/titulos-de-utilidade-publica/item/2512-lei-n-12-612-de-07-08-96-d-o-de-12-08-96. Acesso em: 6 de jun. 2023.

CHUERI, M. S. F. Concepções sobre a avaliação escolar. **Estudos em Avaliação Educacional**, São Paulo, v. 19, n. 39, p. 49-64, 2008.

COELHO, M. I.C.A. **Rede de Cooperação entre Escolas**: uma ação no âmbito do Programa Alfabetização na Idade Certa – PAIC. 2013. Dissertação (Mestrado Profissional em Gestão e Avaliação da Educação Pública) – Faculdade de Educação, Universidade Federal de Juiz de Fora. Juiz de Fora, 2013.

COUTINHO, Carlos N. **Representações de interesses, Formulação de Políticas e Hegemonia**. In: Teixeira, Sônia. (ORG). Reforma Sanitária: em busca de uma teoria. 2ª ed. São Paulo: Cortez Editora, 1995. Pg.

CRONBACH, L. J. Course improvement trough evaluation. **Teachers College Record**, New York, n. 64, p. 672-683, 1963

CRUZ, D. M. Enfoquea contra-hegemônicas e pesquisa qualitativa: desafios da avaliação em profundidade em políticas públicas. AVAL. **Revista Avaliação de Políticas Públicas**, Fortaleza. P. 160-173, 2019.

DEPRESBITERIS, L. Avaliação de programas e avaliação da aprendizagem. **Educação e Seleção**, São Paulo, n. 19, p. 5-31, 1989.

ESCUDERO, T. Desde los tests hasta la investigación evaluativa actual. Un siglo, el XX, de intenso desarrollo de la evaluación. Relieve: **Revista Electrónica de Investigación y Evaluación Educativa**, [*S.l.*], v. 9, n. 1, p. 11-43, 2003.

FRANCO, M. L. P. B. **Análise de conteúdo** 3. ed. Brasília: Líber Livro, 2008.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1998.

GATTI, B.A. Avaliação de sistemas educacionais no Brasil. **Sísifo/Revista de Ciências da Educação**. São Paulo, n.9, p. 7-17, mai./ago. 2009. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/28320450_Avaliacao_de_sistemas_educacionais_no_Brasil.

GATTI. Formação continuada de professores: a questão psicossocial. **Cadernos de Pesquisa**, n. 119, p.191-204, jul.2016.

GONDIM, L. **Os "Governos das Mudanças" no Ceará**: um populismo weberiano? Caxambu: ANPOCS, 1995.

GONSALVES, E. P. **Conversas sobre iniciação à pesquisa científica**. Campinas: Alínea, 2007.

GIRON, G. R. Políticas públicas, educação e neoliberalismo: o que isso tem a ver com a cidadania. **Revista de Educação**. PUC-Campinas. Campinas.n.24.jun.2008.

GUSSI, A. F. Outras epistemologias e metodologias para avaliar políticas públicas**:** a experiência do Mestrado de Avaliação de Políticas Públicas – MAAP da Universidade Federal do Ceará, Brasil. **Journal of Chemical Information and Modeling**. S.L. v.53, n. 9, p.287, 2019.

LIMA, A. L. G. Testes ABC: proposta de governo de uma população problemática. **Psicologia Escolar e Educacional**, Campinas, v. 11, n. 1, p. 139-163, 2007.

LIMA, W. G. Política Pública: discussão de conceitos. **Interface** (Porto Nacional), Edição número 05, out.2012.

LÍNERA G. A. **A Constituição do Estado.** Faculdade de Direito UBA, 09 de abril de 2010. Disponível em: http://cidac.filo.uba.ar/conferencia-magistral--de-alvaro-garcia-linera. Acesso em: 5 mai. 2023.

LUCKESI, C. **Verificação ou avaliação**: o que pratica a escola? São Paulo: FDE, 1998. (Série Ideais, 8).

LUCKESI, C. **Avaliação da aprendizagem**: componentes do ato pedagógico. São Paulo: Cortez, 2011.

MACEDO, S. M. F.; LIMA, M. A. M. Revolvendo o passado da avaliação educacional e algumas repercussões na escola. **Revista Teias,** Rio de Janeiro, v. 14, n. 32, p. 155-171, 2013.

MADURO JÚNIOR, P. **Taxas de matrícula e gastos em educação no Brasil**. Dissertação: EPGE – FGV. Rio de Janeiro, 2007.

MAGALHÃES JÚNIOR, A. G.; FARIAS, M. A. SPAECE: uma história em sintonia com a avaliação educacional do governo federal. **Revista Humanidades**. Fortaleza, v. 31, n. 2, p. 525-547, jul./dez. 2016. Disponível em: http://periodicos.unifor.br/rh/article/view/6036/4990. Acesso em: 5 mai. 2023.

MARTINEZ KEIN, M. **Programa de Investigação Qualitativa em Educação;** Primeira Unidade: O Paradigma Qualitativo; Apontamento, 1999. Universidade Maior, Santiago-Chile.

MATTOS, H. E. **Estado e Políticas Públicas Sociais**; Faculdade de Educação da Unicamp. Departamento de Metodologia de Ensino (DEME)-Novembro/2001.

MENDES, M. Descentralização do ensino fundamental: avaliação dos resultados do FUNDEF. **Planejamento e Políticas públicas**, n. 24, 2001.

MILITÃO, C. **FUNDEB, mais do mesmo?** Nuances: estudos sobre Educação, Presidente Prudente, v.18, n. 19, p. 124-135, 2012.

MINAYO, M.C.S. **O Desafio do Conhecimento, pesquisa qualitativa em saú**de, São Paulo-Rio de Janeiro, Hucitec-ABRASCO, 1992.

MOREIRA, D. A. **O método fenomenológico na pesquisa**. São Paulo: Pioneira Thomson, 2002.

NASPOLINI, A. A Reforma da Educação Básica no Ceará. **Estudos avançados**, São Paulo, Universidade de São Paulo, v.15, n.42,p.169-186,2001.

OLIVEIRA, M. M. **Como fazer pesquisa qualitativa.** Petrópolis: Vozes, 2007

OLIVEIRA, A. F. Políticas Públicas Educacionais: conceito e contextualização numa perspectiva didática. *In:* OLIVEIRA, Adão Francisco de. **Fronteiras da educação**: tecnologias e políticas. Goiânia- Goiás: PUC Goiás, 2010.

OLIVEIRA, B. R. Evaluar desde a América latina e a Contra Hegemonia no Campo da Avaliação de Políticas Públicas. **Revista Avaliação de Políticas Públicas**, Fortaleza, v. 1, n. Janeiro/Junho n° 15. P. 50-65, 2019. Disponível em http://periodicos.ufc.br/article/view/41547.

PARLETT, M.; HAMILTON, D. **Evaluation as illumination**: a new approach to the study of innovatory programs. Edinburgh University. Centre for Research in the Educational Sciences, 1972

PETERS, B.G. **Americam Public Policy**. Chatham: Chatham House, 1986.

PEREIRA, P. A.P. **Discussões conceituais sobre política pública como política pública e direito de cidadania**. *In:* BOSCHETTI, Ivonete. Et al. (org) ed. São Paulo: Cortez, 2009. Pg 87-89.

QUADROS, N. H. B. **Políticas públicas voltadas para a qualidade da educação no ensino fundamental:** inquietudes e provocações a partir do plano de desenvolvimento da educação. (Dissertação de Mestrado em Educação). Passo Fundo-RS: Faculdade de Educação da Universidade de Passo Fundo, 2008.

RODRIGUES, L. C. Propostas para uma avaliação em profundidade de Políticas Públicas Sociais. **Revista Avaliação de políticas Públicas**, S.I., v.7, p. 7-16, 2008.

RODRIGUES, A. M. R.; PARENTE, F. A. C. Avaliação educacional: uma abordagem histórica. In: LIMA, M. A. M.; MARINELLI, M. (Org.). **Epistemologias e metodologias para a avaliação educacional**: múltiplas visões e abordagens. Fortaleza: UFC, 2010. p. 101-126.

SÁ SILVA, J. R.; ALMEIDA, C. D.; GUINDANI, J. F. Pesquisa documental: pistas teóricas e metodológicas. **Revista Brasileira de História & Ciências Sociais**, v. 1, n. 1, p.1-15, jul.2009. Disponível em: https://www.rbhcs.com/rbhcs/article/view/6/pdf. Acesso em: 10 abr.2023.

SAVIANI, D. O legado educacional do regime militar. **Cadernos Cedes**, v. 28, n. 76, p. 291-312, 2008.

SECCHI, L. **Políticas Públicas**: Percebendo as políticas públicas, Florianópolis, set/2012, p.02-12.

SETUBAL, M. A. Com a palavra. **Consulex**. Ano XVI. N.382. 15 de dezembro de 2012.

SOUSA, J. Transformações políticas de institucionais no Ceará: as repercussões nas finanças públicas do estado. **Revista Econômica do Nordeste**, v. 38, n. 4, 2007.

SOUZA, C. Sociologias, Porto Alegre, jul/dez 2006, p.20-46- **Políticas Públicas**: Uma revisão de literatura.

SUMIYA, L. A. **A hora da alfabetização**: atores, ideias e instituições na construção do PAICCE. 2015. 247f. Tese (Doutorado em Administração) - Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2015.

SCRIVEN, M. S. The methodology of evaluation. *In:* STAKE, R. E. (Ed.). **Curriculum evaluation**. Chicago: Rand McNally, 1967. p. 39-83.

STAKE, R. E. The countenance of education evaluation. Theacher's College **Record,**

University of Illinois, v. 68, p. 523-540, 1967.7

STUFFLEBEAM, D. L. The relevance of the CIPP evaluation model for educational accountability. **Journal of Research and Development in Education**, Ohio State University, Columbus, v. 5, n. 1, p. 19-25, 1971.

VIANNA, H. M. **Avaliação educacional**: teoria-planejamento-modelos. São Paulo: Ibrasa, 2000.

VAILLANT, D. El fortaleciemento del desarrollo professional docente: uma mirada desde Lationoamérica. **Journal of Supranational Policies of educaction**, n.5, p.5-21, out.2016.

VASCONCELOS, J. R. de. Ceará e Pernambuco: economia, finanças públicas e investimentos nos anos de 1985-1996. In: Amaral Filho, J. (Org.). **Federalismo fiscal e transformações recentes no Ceará**. Fortaleza: INESP, 2000.

APÊNDICE A – ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA PARA O GESTOR DA ESCOLA APOIADA DE MARACANAÚ

ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA PARA OS GESTOR DA ESCOLA APOIADA

1. Informações gerais:

a) Idade?

b) Naturalidade?

c) Formação?

d) Tempo de serviço?

e) Tempo de serviço na unidade escolar pesquisada?

2. O que você entende por qualidade?

3. Como você define uma escola de qualidade?

4. Na escola em que você atua, há um trabalho sistemático voltado para as avaliações externas (Spaece, SAEB)? Como acontece?

5. A escola utiliza a matriz da avaliação externa (Spaece) como parâmetro para selecionar o currículo programático? Como isso acontece?

6. Como é o processo de avaliação escolar?

7. A escola desenvolve projetos voltados para a promoção do desempenho escolar do aluno? Quais?

8. Alunos, pais, funcionários e professores possuem informações sobre o Prêmio Escola Nota Dez? De que forma eles tomam conhecimento?

9. A Secretaria da Educação do Estado e/ou do Município promove(m) formação

docente a respeito do Prêmio Escola Nota DezA escola bonifica seus professores e funcionários com verbas provenientes do Prêmio Escola Nota Dez?

10. Como é a aceitação da comunidade em face da política de bonificação dos resultados através do Prêmio Escola Nota Dez?

11. Em sua opinião, o que mudou com o Prêmio Escola Nota Dez no processo de ensino--aprendizagem do aluno?

12. Em sua opinião, o Prêmio Escola Nota Dez estimula os professores a desenvolverem o trabalho docente com maior qualidade? Justifique sua resposta.

13. Você participou de algum intercâmbio promovido pelo Prêmio Escola Nota Dez entre a escola premiada e a apoiada? Como aconteceu?

14. O que foi possível aprender com a escola premiada de Sobral e aplicar em sua realidade?

15. Em sua opinião, a bonificação de professores mediante os resultados dos rendimentos escolares vem provocando mudanças no trabalho docente? Justifique sua resposta.

16. A verba recebida com o Prêmio Escola Nota Dez está sendo direcionada a contento e de forma eficaz? Justifique sua resposta.

17. Quais as dificuldades e os desafios que o Prêmio Escola Nota Dez apresenta para a escola?

18. Você tem expectativas de que a escolas apoiadas possa tornar-se escola premiada?

19. Como ocorre o apoio pedagógico entre a escola apoiada e premiada?

20. Em razão da política de indução adotada pelo Prêmio Escola Nota Dez, houve sinais de mudanças no trabalho docente da escola apoiada?

21. A realidade da escola apoiada condizia com a realidade da escola premiada que estava dando apoio?

22. Quais as ações pedagógicas propostas pelo prêmio escola nota dez que influencia no desempenho dos educandos na escola apoiada de Maracanaú.

23. Como os recursos provenientes do Prêmio Escola Nota Dez são administrados pela escola.

APÊNDICE B – ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA PARA OS PROFESSORES DA ESCOLA APOIADA

ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA PARA OS PROFESSORES

1. Informações gerais:

a) Idade?

b) Naturalidade?

c) Formação?

d) Tempo de serviço?

e) Tempo de serviço na instituição?

2. Como você define uma escola de qualidade?

3. Nas escolas do município em que você atua, há um trabalho sistemático voltado para as avaliações externas (Spaece, SAEB)? Como acontece?

4. O município já foi contemplado com o Prêmio Escola Nota Dez? Em que categoria (escola premiada, apoiada ou ambos)?

5. Em quais anos o município foi contemplado com o prêmio escola nota dez?

6. Quantas unidades escolares foram contempladas? Em que condição, apoiada ou premiada?

7. Como ocorre o processo de acompanhamento das ações do Prêmio Escola Nota Dez pela Secretária de Educação?

8. Como ocorreu o regime de cooperação técnico-pedagógica entre as escolas apoiadas e as escolas que as apoiou?

9. Quais ações de cooperação administrativa, pedagógica e financeira foram desenvolvidas? Essas ações contribuíram para melhorar o desempenho dos estudantes?

10. Quais as dificuldades e formas de enfrentamento vivenciadas durante o período de cooperação estabelecidos entre as escolas, premiada e apoiada?

11. Em sua opinião, o que mudou com o Prêmio Escola Nota Dez no processo de ensino-aprendizagem dos estudantes?

12. Você considera que o Prêmio Escola Nota Dez estimula os professores a desenvolverem o trabalho docente com maior qualidade? Justifique sua resposta.

13. De que forma os técnicos da secretaria de educação orientam e acompanham as ações do Prêmio Escola Nota Dez no município?

14. O que foi possível aprender com a escola premiada e aplicar na realidade do município?

15. Em sua opinião, a bonificação de professores mediante os resultados dos rendimentos escolares vem provocando mudanças no trabalho docente? Justifique sua resposta.

16. A realidade da escola apoiada condizia com a realidade da escola premiada que estava dando apoio?

APÊNDICE C – ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA PARA O TÉCNICO DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DE MARACANAÚ

ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA PARA O TÉCNICO DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DE MARACANAÚ

1. Informações gerais:

a) Idade?

b) Naturalidade?

c) Formação?

d) Tempo de serviço?

e) Tempo de serviço na instituição?

2. Quais suas atribuições na instituição que atua?
3. Como você define uma escola de qualidade?
4. Vocês orientam a escola para realizarem um trabalho sistemático voltado para as avaliações externas (Spaece, SAEB)? Se sim, cite algumas dessas orientações.
5. O município já foi contemplado com o Prêmio Escola Nota Dez? Em que categoria (escola premiada, apoiada ou ambos)?
6. Em quais anos o município foi contemplado com o prêmio escola nota dez?
7. Quantas unidades escolares foram contempladas? Em que condição, apoiada ou premiada?
8. Você considera que o Prêmio Escola Nota Dez estimula os professores a desenvolverem o trabalho docente com maior qualidade? Justifique sua resposta.

9. De que forma os técnicos da secretaria de educação orientam e acompanham as ações do Prêmio Escola Nota Dez no município?
10. O que foi possível aprender com a escola premiada e aplicar na realidade do município?